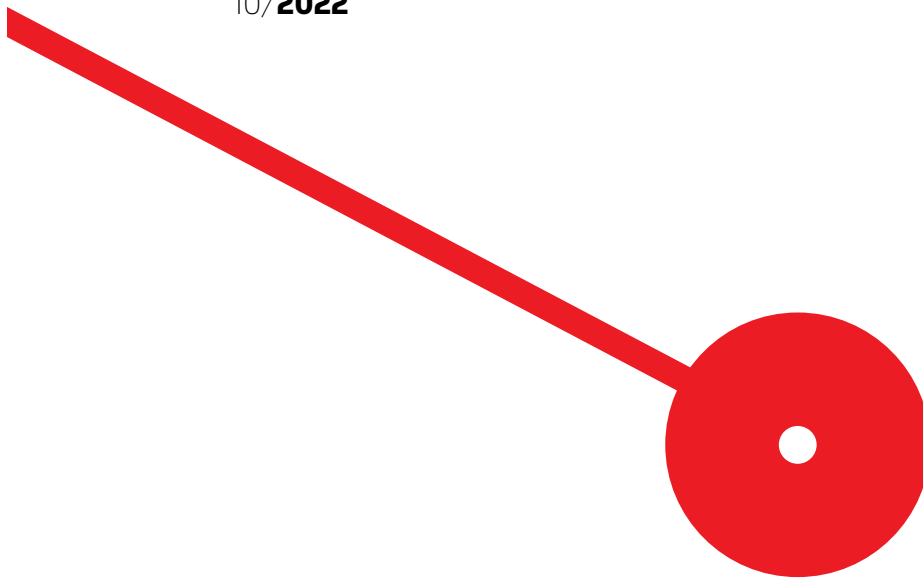




Determinantes da capacidade para identificar notícias falsas: um retrato geracional em Portugal

Maria Emília da Silva Pinho

10/2022





Determinantes da capacidade para identificar notícias falsas: um retrato geracional em Portugal

Maria Emília da Silva Pinho

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para obtenção do grau de Mestre em Assessoria em Comunicação Digital, sob orientação de Prof. Doutora Luciana Oliveira



Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha orientadora, a professora Luciana Oliveira, que fez mais do que orientar: motivou, confiou e acreditou em mim e nesta investigação.

Aos meus pais, a quem devo todo o meu sucesso, por me proporcionarem a oportunidade de continuar a estudar e por me darem apoio permanente.

Aos meus irmãos, pela confiança, apoio e, sobretudo, paciência constante.

Ao André, que aturou os meus melhores e (sobretudo) piores momentos, sem nunca deixar de acreditar em mim.

À Adriana, que iluminou e alegrou o meu percurso neste mestrado.

A todos os meus amigos, que me mostraram que, mesmo em trabalhos árduos, momentos de pausa, abstração e diversão também são fundamentais.

Resumo:

A pandemia da COVID-19 impulsionou a produção e a circulação de informação falsa, sobretudo nos meios digitais, levando a que a Organização Mundial de Saúde classificasse este fenómeno com uma infodemia, ou seja, uma pandemia da desinformação. Neste contexto, a propagação de informação falsa relativa ao coronavírus amplificou e potenciou os riscos para a saúde pública, vivência em sociedade e bem-estar psicológico dos indivíduos, pelo que releva estudar os determinantes que conduzem à sua ampliação. Considerando o contacto crescente com notícias falsas e os perigos associados a este problema, o grande objetivo desta investigação consiste em avaliar a influência de seis determinantes fundamentais na capacidade para identificar notícias e informação falsa: a religiosidade, a literacia em saúde, o consumo de media, a confiança nas fontes de informação, a confiança pública e a consciência da existência de verificadores de factos, salientando diferenças geracionais. Recorrendo a uma metodologia quantitativa, baseada num processo hipotético-dedutivo, suportado por inquérito por questionário autoadministrado online, estudamos estas influências numa amostra de 305 participantes. Os resultados evidenciam que a maior parte dos inquiridos não possui capacidade suficiente para detetar notícias falsas, uma vez que aproximadamente 75% dos inquiridos obteve uma classificação de “muito insuficiente” ou “insuficiente” nesse diagnóstico. Dos seis determinantes analisados, apenas os valores médios de Consumo de Media e da Confiança Pública revelaram diferenças estatisticamente significativas nos diferentes escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias ou informação falsa. No Consumo de Media, concluiu-se que pessoas que vêm televisão com mais frequência têm tendência a ter um bom desempenho no diagnóstico da capacidade para identificar notícias falsas. Já relativamente à Confiança Pública, os resultados revelaram que pessoas com maior nível de Confiança Pública têm também tendência para terem melhores resultados no diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas. Estes resultados evidenciam um cenário preocupante e favorável à expressão contínua da desinformação, potenciando riscos para o bem-estar, para a vivência em sociedade e para a saúde pública, tornando urgente o desenvolvimento de estratégias de combate à desinformação, de estratégias comportamentais de consumo de media e de manutenção do relacionamento com as instituições e serviços públicos.

Palavras chave: notícias falsas; COVID-19; determinantes; desinformação; gerações

Abstract:

The COVID-19 pandemic boosted the production and circulation of false information, especially in digital media, leading the World Health Organization to classify this phenomenon as an infodemic, i.e., a pandemic of misinformation. In this context, the spread of false information about the coronavirus has amplified and increased the risks to public health, social life and psychological well-being of individuals, so it is important to study the determinants that lead to its amplification. Considering the increasing contact with fake news and the dangers associated with this problem, the main purpose of this research is to assess the influence of six key determinants on the ability to identify fake news and information: religiosity, health literacy, media consumption, trust in information sources, public trust, and awareness of the existence of fact checkers, highlighting generational differences. Using a quantitative methodology, based on a hypothetical-deductive process, supported by an online self-administered online questionnaire survey, we studied these influences, on a sample of 305 participants. The results showed that most of the respondents do not have sufficient ability to detect fake news, considering that approximately 75% of the respondents obtained a rating of "very insufficient" or "insufficient", regardless of the determinants or generations under analysis. Of the six determinants analyzed, only the mean values of Media Consumption and Public Confidence showed statistically significant differences in the different diagnostic levels of the ability to detect fake news or information. In Media Consumption, it was concluded that people who watch television more often tend to have a good performance in the diagnosis of the ability to identify fake news. Regarding Public Trust, the results revealed that people with higher levels of Public Trust also tend to have better results in the diagnosis of the ability to detect fake news. These results show a worrisome and favorable scenario for the continuous expression of misinformation, potentiating risks for well-being, for living in society, and for public health, making it urgent to develop strategies to combat misinformation, behavioral strategies for media consumption and for maintaining the relationship with public institutions and services.

Keywords: fake news; COVID-19; determinants; misinformation; generations

Índice geral

Introdução.....	1
Enquadramento teórico	3
1 A era da pós-verdade e da desinformação.....	3
1.1 A era da pós-verdade	3
1.1.1 <i>Misinformation, desinformation e mal-information</i>	6
1.1.2 A pandemia da desinformação	9
1.2 Os verificadores de factos no combate às notícias falsas.....	11
1.3 A literacia mediática no combate à desinformação	15
2 Determinantes da capacidade de identificar notícias falsas	19
2.1 Religiosidade	20
2.2 Literacia em saúde	21
2.3 Consumo de informação noticiosa.....	22
2.4 Confiança nas fontes de informação	24
2.5 Confiança pública	25
2.6 Consciência da existência de verificadores de factos	25
Metodologia	27
3 Metodologia	27
3.1 Questão de investigação.....	27
3.2 Objetivos de investigação	27
3.2.1 Estratégia e desenho da investigação	27
3.3 Modelo de análise	28
3.4 Instrumentos, dados e procedimentos	29
3.4.1 Inquérito por questionário	29
3.4.2 Amostragem e amostra.....	32
Apresentação e discussão de resultados	33
4 Resultados e Discussão	33
4.1 Caracterização sociodemográfica	33
4.1.1 Exposição e autoeficácia percebidas na identificação de informação falsa	34
4.2 Religiosidade	36
4.3 Literacia em Saúde.....	36
4.4 Consumo de Media.....	38
4.5 Confiança nas Fontes de Informação.....	39
4.5.1 Confiança nos Media.....	39
4.5.2 Confiança nas Pessoas e Organizações	40
4.6 Confiança Pública.....	42
4.6.1 Confiança no Governo	42
4.6.2 Confiança na Direção-Geral da Saúde	43
4.6.3 Confiança nos Profissionais de Saúde.....	44

4.7	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	45
5	Capacidade Para Detetar Notícias Falsas	49
5.1	Religiosidade	51
5.2	Literacia em Saúde.....	54
5.3	Consumo de Media	58
5.4	Confiança nas Fontes de Informação	60
5.5	Confiança Pública	63
5.6	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	66
	Considerações finais.....	71
6	Conclusão	71
7	Contribuições e impactos esperados.....	72
8	Limitações (ou fragilidades).....	72
9	Recomendações para trabalhos futuros	73
	Referências bibliográficas.....	74
	Apêndices	80
	Apêndice A – Instrumento de recolha de dados (questionário)	81
	Apêndice B – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Religiosidade	86
	Apêndice C – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Literacia em Saúde ...	88
	Apêndice D – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação ao Consumo de Media	90
	Apêndice E – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Confiança nas Fontes de Informação	99
	Apêndice F – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Confiança Pública ...	101
	Apêndice G – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Consciência da Existência de Verificadores de Factos	103

Índice de Figuras

Figura 1 Os sete tipos de desinformação (Wardle, 2017)	7
Figura 2 Formas do fenómeno da desordem informacional (Wardle & Derakhshan, 2017)	8
Figura 3 Dimensões usadas pelo Observador	13
Figura 4 Dimensões usadas pelo Público.....	13
Figura 5 Dimensões usadas pelo Polígrafo	14
Figura 6 Unidades do modelo de análise	29
Figura 7 Exposição percebida na identificação de informação falsa	34
Figura 8 Autoeficácia percebida na identificação de informação falsa.....	34
Figura 9 Religiosidade (%)	36
Figura 10 Literacia em Saúde (%)	37
Figura 11 Consumo de Média (%)	38
Figura 12 Confiança nos Média (%)	39
Figura 13 Confiança nas Pessoas e Organizações (%).....	40
Figura 14 Confiança no Governo (%).....	42
Figura 15 Confiança na Direção-Geral da Saúde (%).....	43
Figura 16 Confiança nos Profissionais de Saúde (%)	44
Figura 17 Consciência da existência de verificadores de factos: Conhecimento (%).....	46
Figura 18 Consciência da existência de verificadores de factos: Acompanhamento (%).....	46
Figura 19 Nota final da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas por sexo, escolaridade, estado civil e geração	51
Figura 20 Valores estandardizados para Religiosidade e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações	52
Figura 21 Valores estandardizados para Literacia em Saúde e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações	56
Figura 22 Valores estandardizados para Confiança nas Fontes de Informação e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações	61
Figura 23 Valores estandardizados para Confiança Pública e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações	64
Figura 24 Valores estandardizados para Consciência da Existência de Verificadores de Factos e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações.....	67

Índice de Tabelas

Tabela 1 Sumário dos artigos relacionados com o tema	19
Tabela 2 Sumário das dimensões e indicadores do questionário.....	30
Tabela 3 Notícias apresentadas no questionário.....	31
Tabela 4 Caracterização Sociodemográfica (Sexo, Idade, Estado Civil, Nível de escolaridade, Vacinação) (N=305).....	33
Tabela 5 Valores médios de Religiosidade (N=305).....	36
Tabela 6 Valores médios de Literacia em Saúde (N=305).....	37
Tabela 7 Valores médios de Consumo de Media (N=305)	38
Tabela 8 Valores médios de Confiança nos Media (N=305)	40
Tabela 9 Valores médios de Confiança nas Pessoas e Organizações (N=305)	41
Tabela 10 Índices sintéticos das subdimensões da Confiança nas Fontes de Informação (N=305)	42
Tabela 11 Valores médias de Confiança no Governo (N=305)	43
Tabela 12 Valores médios de Confiança na DGS (N=305)	44
Tabela 13 Valores médios de Confiança nos Profissionais de Saúde (N=305).....	45
Tabela 14 Índices sintéticos das subdimensões da Confiança Pública (N=305).....	45
Tabela 15 Valores médios da Consciência da Existência dos Verificadores de Factos: Conhecimento (N=305).....	47
Tabela 16 Valores médios da Consciência da Existência dos Verificadores de Factos: Acompanhamento (N=305).....	47
Tabela 17 Índices sintéticos da Consciência da Existência de Verificadores de Factos (N=305)	47
Tabela 18 Notas inequívocas da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas (N=305)	49
Tabela 19 Caracterização descritiva da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas (N=305).....	50
Tabela 20 Valores médios da Religiosidade e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.....	51
Tabela 21 Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Religiosidade	52
Tabela 22 Valores médios de Religiosidade e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações	53
Tabela 23 Valores médios da Literacia em Saúde e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	55
Tabela 24 Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Literacia em Saúde	55

Tabela 25 Valores médios de Literacia em Saúde e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações	57
Tabela 26 Valores médios do Consumo de Media e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	58
Tabela 27 Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Consumo de Media.....	58
Tabela 28 Valores médios dos indicadores do Consumo de Media e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações	59
Tabela 29 Valores médios da Confiança nas Fontes de Informação e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.....	60
Tabela 30 Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Confiança nas Fontes de Informação	61
Tabela 31 Valores médios da Confiança nas Fontes de Informação e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações	62
Tabela 32 Valores médios da Confiança Pública e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	63
Tabela 33 Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Confiança Pública.....	64
Tabela 34	65
Tabela 35 Valores médios da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.....	66
Tabela 36 Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Consciência da Existência de Verificadores de Factos	67
Tabela 37 Valores médios da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações	68
Tabela 38 Síntese da validação hipóteses.....	69

Lista de abreviaturas

CDC	Centro de Controlo e Prevenção de Doenças
CE	Comissão Europeia
CLEMI	Centre de Liaison de l'Enseignement et des Médias d'Information
CUF	Companhia União Fabril
DGS	Direção-Geral da Saúde
EAVI	European Association for Viewers' Interests
EUA	Estados Unidos da América
IFCN	International Fact-Checking Network
OMS	Organização Mundial de Saúde
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SIC	Sociedade Independente de Comunicação
TVI	Televisão Independente

Este documento é escrito em conformidade com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), em vigor desde 2009. É adotada a 7ª Edição da Norma APA como sistema de referência.

Introdução

A pandemia da COVID-19 fez-se acompanhar de um aumento de desinformação, sobretudo no meio online. A Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou este fenómeno como uma infodemia (*infodemic*), ou seja, uma superabundância de informação, que inclui tentativas deliberadas de divulgar informações erradas para minar a resposta de saúde pública (World Health Organization, 2020). Neste contexto, a propagação de informação falsa relativa ao novo coronavírus amplifica e potencia os riscos para a saúde pública.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, “os impactos da desinformação relacionada com a covid-19 são mais mortais do que a desinformação sobre outros assuntos, como política e democracia” (UNESCO, 2020).

Numa era em que o consumismo associado ao meio digital é cada vez mais uma realidade, os indivíduos dirigem a sua atenção para a exploração da comunicação e da informação online, na qual as redes sociais assumem um papel progressivamente mais relevante na aquisição e transmissão de informação, recorrentemente em forma de notícia e publicada por pessoas e entidades sem regulação (Delmazo & Valente, 2018).

As transformações observadas nos meios de comunicação, a difusão de produtores de conteúdo, o crescimento significativo do fluxo de informação e o aperfeiçoamento e maior desenvolvimento das técnicas de desinformação, tornam a verificação de factos especialmente importante e relevante (Wardle & Derakhshan, 2017).

É neste contexto que os verificadores de factos ganham ainda mais relevância, sendo que o seu aparecimento foi uma resposta à sensação de que já não se podia confiar na informação (Seaton et al., 2020)

Para além disso, a literacia mediática assume também um papel cada vez mais importante no que diz respeito ao combate da desinformação, tendo em conta a onda crescente de criação, propagação e amplificação de informação falsa, denominada desordem informacional (Wardle & Derakhshan, 2017).

Tendo em conta o facto de as notícias falsas serem um tema tão presente na atualidade, a importância desta investigação assenta no acréscimo de informação acerca do consumo de informação noticiosa das diversas gerações em Portugal, bem como na análise da sua capacidade para detetar notícias ou informação falsa, identificando seis possíveis determinantes. Procura-se,

desta forma, fortalecer bases conceituais acerca do tema, com o objetivo final de contribuir para combater o problema da desinformação. Apesar desta temática já possuir alguns estudos científicos, nenhum deles foi realizado em Portugal, nem direcionado para a comparação entre as diferentes gerações.

Desta forma, o grande objetivo desta investigação é avaliar a capacidade para identificar notícias e informação falsa tendo em conta a religiosidade, literacia em saúde, consumo de media, confiança nas fontes de informação, confiança pública e consciência da existência de verificadores de factos, salientando as diferenças geracionais, sendo que a questão de investigação que orienta este estudo é “Que diferenças geracionais é possível encontrar nos determinantes da capacidade para detetar notícias ou informação falsa?”.

Assim, este estudo assenta numa metodologia quantitativa, baseada num processo hipotético-dedutivo, suportado por inquérito por questionário autoadministrado online para a recolha de dados.

Este trabalho inicia-se com um enquadramento teórico dos conceitos e tendências mais relevantes para a temática abordada. Em primeiro lugar, contextualizamos o fenómeno da pós-verdade, abordando a origem e definição, bem como os conceitos de *misinformation*, *desinformation* e *mal-information* e da pandemia da desinformação. De seguida, introduzimos a crescente emergência dos verificadores de factos e, depois, exploramos o conceito de literacia mediática, bem como, a sua importância no combate à desinformação. Por último, enquadrámos seis determinantes da capacidade para detetar notícias falsas que nos parecem particularmente relevantes no contexto português: religiosidade, literacia em saúde, consumo de media, confiança nas fontes de informação, confiança pública e consciência da existência de verificadores de factos.

Estabelecido o quadro teórico, apresentamos a proposta metodológica que permite dar resposta ao objetivo geral da investigação, referindo a questão e os objetivos do estudo, a estratégia e o desenho da investigação, o modelo de análise, o instrumento de recolha de dados e a amostra.

Após a apresentação das decisões e escolhas metodológicas, avançamos para o reporte do trabalho empírico, que inclui a apresentação, análise e discussão dos resultados.

Por último, o presente trabalho é encerrado com a secção de conclusão, onde refletimos sobre o estudo e os resultados que dele retiramos, falando depois sobre as contribuições e impactos que dela esperamos, apresentamos as suas limitações e reservando algumas recomendações para trabalhos futuros que possam dar continuidade e ampliar o trabalho apresentado.

1 A era da pós-verdade e da desinformação

1.1 A era da pós-verdade

As notícias falsas ganharam magnitude no meio digital sobretudo depois das eleições nos Estados Unidos da América (EUA), em 2016. As notícias falsas foram usadas como propaganda política para obter votos, reconhecendo-se que estas tiveram um papel na nomeação de Donald Trump para presidente (Gunther et al., 2018). Outro exemplo que revela o impacto que as notícias falsas podem ter surge através do referendo para o Brexit, no qual a divulgação de notícias e informação falsa influenciaram a saída da União Europeia por parte do Reino Unido, em 2016 (Greene et al., 2021).

O conceito de notícias falsas tem sido bastante discutido, referindo-se geralmente a uma grande variedade de desinformação que circula online e nos meios de comunicação social (Marwick & Lewis, 2017).

O Cambridge Dictionary define *fake news* como histórias falsas que aparentam ser notícias, espalhadas na Internet ou outros meios de comunicação, geralmente criadas para influenciar opiniões políticas ou para fins humorísticos (Cambridge Dictionary, 2022). Na mesma linha, Allcott and Gentzkow (2017) referem que notícias falsas são artigos intencional e comprovadamente falsos, que induzem os leitores em erro. Tandoc Jr et al. (2018) afirmam que existem seis tipos de notícias falsas: sátira, paródia, fabricação de notícias, manipulação de fotos, publicidade e relações-públicas e propaganda.

O Reuters Institute for the Study of Journalism define notícia falsa como "informação falsa que circula conscientemente com intenção estratégica específica - seja ela política ou comercial. Tais conteúdos tipicamente disfarçam-se de notícias legítimas enquanto tráfico de teorias de conspiração ou outros assuntos carregados de apelos emocionais que confirmam crenças existentes" (Reuters Institute, 2017). De um modo geral, as notícias falsas atraem os leitores, pois expõem conteúdo intencionalmente interessante, impulsionando a sua partilha sem uma reflexão sobre o assunto noticioso (Teixeira et al., 2018).

O conceito de notícias falsas está ainda intrinsecamente ligado ao de pós-verdade (*post-truth*), visto que este último possibilita a compreensão do fenómeno da desinformação como um entrave ao direito à informação factual e fidedigna (Oliveira, 2020).

O termo pós-verdade surgiu pela primeira vez em 1992, num artigo escrito por Steve Tesich, que abordou o incidente Watergate e a Guerra do Vietname. Posteriormente, em 2004, o termo ressurgiu no livro de Ralph Keyes intitulado “A era da pós-verdade: desonestidade e decepção na vida contemporânea”. Contudo, o fenómeno ganhou a atenção do público quando o Oxford Dictionary o elegeu como a palavra do ano em 2016, depois de se verificar um aumento de dois mil por cento no seu uso no ano anterior, definindo-a como: “relacionada ou denotando circunstâncias em que os factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crença pessoal e pode ser eficaz em processos de disseminação de informações, comportamentos de busca de informação de indivíduos, produção e uso de informação” (Oxford Dictionary, 2016).

Nesta definição, o prefixo "pós" (*post*) não tem conotação temporal (como por exemplo, no "pós-guerra"). Revela antes que a verdade foi ocultada ou encoberta, apontando para a ideia de que a pós-verdade não é tanto uma afirmação de que a verdade não existe, mas que os factos estão subordinados ao ponto de vista de cada um, salientando a noção de que os sentimentos por vezes importam mais do que os factos (Mcintyre, 2018).

Na sua forma mais pura, a pós-verdade refere-se ao potencial das reações do público para alterar efetivamente os factos sobre uma mentira (Mcintyre, 2018), criando-se uma realidade (verdade) alternativa. O autor acrescenta ainda que na pós-verdade os sentimentos têm mais peso e importância que os factos, sendo que um indivíduo só vai contestar um facto óbvio se for em benefício próprio (Mcintyre, 2018).

Grijelmo (2017) menciona a gravidade e inquietação associada à era da pós-verdade, visto que se tornou a era da mentira. Existem estudos que revelam que os indivíduos estão mais propícios a partilharem notícias com traços linguísticos e conteúdos mais instigantes e sensacionalistas (Cardoso et al., 2018). Desta maneira, é possível entender a ligação entre as notícias falsas e a proeminência da componente emocional denotada no conceito de pós-verdade.

Mcintyre (2018) afirma ainda que os praticantes da pós-verdade pretendem forçar alguém a acreditar numa informação, com ou sem boas provas para tal, exercendo uma espécie de supremacia ideológica.

Atualmente, vive-se numa conjuntura em que qualquer pessoa se sente no direito de dizer qualquer coisa, seja nas redes sociais ou em discursos políticos, mesmo não estando alicerçados em dados reais e verídicos (Feitosa, 2017). Manjoo and Johnston (2008) referem que o alcance da pós-verdade pode ser explicado através do facto de haver uma preferência em selecionar informações que vão ao encontro com as crenças pessoais. Referimo-nos, por exemplo, ao raciocínio motivado e ao viés de confirmação.

A pós-verdade é caracterizada pela intencionalidade prévia, a padronização, a ética como acontecimento secundário e arcaico, a massificação da informação e sobrevalorização do senso comum, em detrimento do conhecimento científico (Silva, 2018).

Na era da pós-verdade, as pessoas escolhem a sua própria realidade, na qual as suas convicções e preconceitos se sobrepõem aos factos (Lewandowsky et al., 2017). Dessa forma, torna-se razoável acreditar naquilo que cada um deseja e as crenças tornam-se difíceis de mudar, visto que as provas contrárias não têm força suficiente para isso (Nyhan & Reifler, 2010). Para além disso, quando as pessoas acreditam que as suas opiniões são amplamente partilhadas, são particularmente resistentes à mudança ou correção (Leviston et al., 2013), havendo menos probabilidade de cedência.

Neste contexto, a mentira não só é aceite, como também é recompensada, sendo que falsificar a realidade não se trata de mudar as crenças das pessoas, mas sim de afirmar o poder (Lewandowsky et al., 2017).

Contudo, Dunker (2017) realça que, apesar de muitos considerarem que a pós-verdade representa uma suspensão completa dos factos e verificações objetivas, o fenómeno é, na realidade, mais complexo que isso, sendo que este envolve uma fusão calculada de fontes confiáveis, observações corretas e interpretações plausíveis misturada com informações falsas e interesseiras.

Aparici and Marín (2019) afirmam que existem diversas manifestações do fenómeno pós verdade:

- *Clickbait* (títulos sensacionalistas que têm como objetivo gerar várias visualizações); conteúdo patrocinado (publicidade que se parece com conteúdo informativo);
- Sátira (conteúdos de paródia que se fazem passar por informação verdadeira);
- Conteúdo partidário (observações parciais da realidade disfarçadas por apresentação de neutralidade);
- Teorias da conspiração (fundamentam-se em histórias aparentemente simples, para explicar acontecimentos complexos, como resposta à incerteza e ao medo);
- Pseudociência (informação que aparenta ser científica, mas que não resulta da aplicação de métodos científicos);
- Desinformação (combinação entre conteúdo falso e factos verídicos, com atribuição falsa de autoria)
- Notícias falsas (conteúdos falsos e inventados, para enganar as pessoas, por vezes com objetivos políticos e/ou económicos).

A pós-verdade é consequência do «boom informacional» impulsionado pelos constantes avanços tecnológicos, visto que a informação é mediada pelos diversos dispositivos móveis e é divulgada praticamente no momento em que o acontecimento decorre (Oliveira, 2020).

Santaella (2020) refere que a pós-verdade é estruturada por dois processos: a formação de bolhas ou câmaras de eco e a disseminação de notícias falsas. O primeiro faz alusão às “bolhas”, nas quais os indivíduos ficam isolados de novas ideias e informações, ficando mais vulneráveis a propagandas e manipulações, por causa da confirmação preconceituosa das suas concepções. O segundo processo, que diz respeito à disseminação de notícias falsas na Internet, assenta na inexistência de regulamentações (como as que recaem sobre as instituições jornalísticas), seguindo uma lógica em que todas as informações têm a mesma importância, independentemente da sua qualidade, empenho e compromisso institucional envolvidos na produção noticiosa (Santaella, 2020).

Nesse sentido, McIntyre (2018) refere a importância da denúncia das informações falsas, salientando que o pensamento crítico, o ceticismo e a submissão das ideias individuais ao escrutínio dos outros são grandes aliados da manutenção da verdade. Por sua vez, Santaella (2020) destaca o papel da educação contra as notícias falsas, bem como a promoção de uma utilização inteligente e informada das redes sociais.

É ainda importante ressaltar que, apesar de a pós-verdade ter ganho mais relevância em 2016, depois do resultado do Brexit e das eleições presidenciais dos Estados Unidos, como já foi referido anteriormente, o fenómeno tem origens longas, tendo sido intensificado pelas mudanças no panorama dos meios de comunicação social (McIntyre, 2018).

1.1.1 *Misinformation, desinformation e mal-information*

A desinformação tornou-se num tema central na esfera pública da sociedade atual. A desinformação, que pode ter ou não uma intencionalidade na sua origem, cresceu à medida que a tecnologia se foi desenvolvendo, encontrando nos espaços de comunicação emergentes uma conjuntura ideal para a sua propagação (Ferreira, 2022). Neste contexto, o anonimato e a abertura associados aos novos media facilitam as trocas de informação, provocam um ambiente mais suscetível e vulnerável ao contacto com a desinformação (Shu et al., 2020). Contudo, a desinformação não é um fenómeno exclusivo, nem derivado da Internet (Brant et al., 2021).

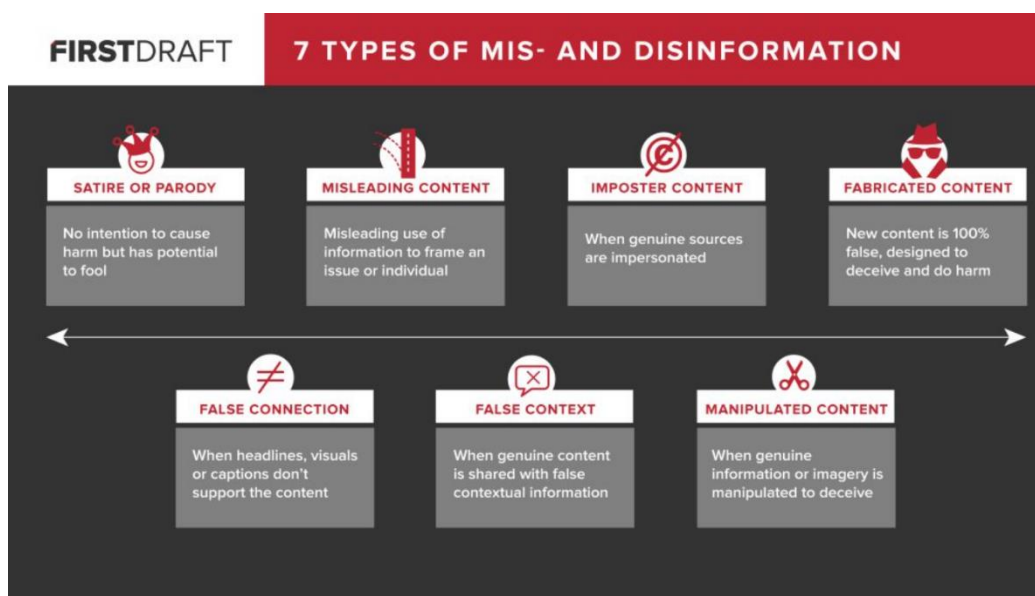
A desinformação possui três características principais, enunciadas por Fallis (2015): a noção de que a desinformação é um género de informação e a sua análise é feita consoante o tipo de informação escolhida; a desinformação é um tipo de informação enganosa, pois gera ideias falsas

o que a torna alarmante e perigosa; e, por último, a desinformação não é aleatória, destacando-se, por isso, de outros tipos de informação enganosa, intencionais ou não.

Wardle and Derakhshan (2017) afirmam que a desinformação assume sete formas diferentes, que podem ser posicionadas numa escala de medição, tendo em conta a sua intencionalidade, tal como demonstrado na Figura 1.

Figura 1

Os sete tipos de desinformação (Wardle, 2017)



Nota. Retirado de "Fake news. It's complicated" (<https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>), por Claire Wardle, 2017. De domínio público.

Wardle and Derakhshan (2017) focam a sua análise na intencionalidade, isto é, identificar se a informação, apesar de não ser verdadeira ou correta, não teve qualquer intenção subjacente ou se foi propositadamente adulterada, com o intuito de originar um determinado efeito. Os autores apresentam os seguintes tipos de desinformação:

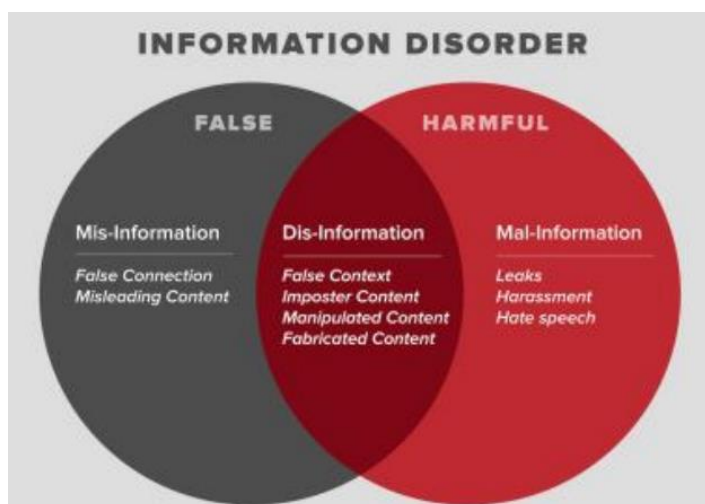
- Sátira ou paródia: não tem intenção de causar danos, mas tem potencial para enganar;
- Conteúdo enganoso: uso de informação duvidosa para enquadrar um problema ou um indivíduo;
- Conteúdo impostor: quando fontes genuínas são representadas por fontes falsas e inventadas;
- Conteúdo fabricado: conteúdo totalmente falso, criado de raiz, com o intuito de enganar, prejudicar e/ou causar danos.

- Conexão falsa: quando as manchetes, imagens ou legendas não têm coesão ou conexão com o conteúdo textual;
- Contexto falso: quando o conteúdo genuíno é partilhado com informação contextual falsa;
- Conteúdo manipulado: quando informações ou imagens genuínas são manipuladas com o intuito de enganar.

Wardle and Derakhshan (2017) caracterizam ainda o fenómeno da desordem informacional desdobrando-o em três categorias: *desinformation*, *misinformation* e *mal-information*, tal como representado na figura abaixo.

Figura 2

Formas do fenómeno da desordem informacional (Wardle & Derakhshan, 2017)



Nota. Adaptado de “Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making” (<https://tverezo.info/wp-content/uploads/2017/11/PREMS-162317-GBR-2018-Report-desinformation-A4-BAT.pdf>) por Wardle e Derakhshan (2017)

Para os autores, *misinformation* é definida como informação falsa, mas que não foi criada e divulgada com o intuito de causar dolo, podendo ser disseminada de forma acidental ou com a convicção de que é informação verdadeira. *Disinformation* caracteriza-se por ser informação falsa, criada com a intenção de causar dano a um indivíduo, a um grupo, a uma organização ou país. Por último, *mal-information* refere-se à informação que é baseada em factos reais e que é partilhada com o objetivo de ferir terceiros, significando, em muitos dos casos, a divulgação de informações pessoais e privadas, que não têm interesse público (Wardle & Derakhshan, 2017).

Contudo, é importante referir que independentemente do propósito ou objetivo o efeito prático das três categorias tende a ser idêntico, ou seja, a ausência de informação (Wardle & Derakhshan, 2018).

Importa ainda referir que o fenómeno de desordem informacional está dividido em fases e inclui diversos elementos. Em relação às fases, estas abrangem a criação (quando a mensagem é criada),

a produção (quando a mensagem é convertida num produto mediático) e, por último, a distribuição (quando a mensagem é partilhada e/ou tornada pública). No que diz respeito aos elementos, salientam-se os agentes (quem cria, produz e partilha a mensagem e a sua intenção), a mensagem (tipo de mensagem, formato e atributos) e o intérprete (o recetor da mensagem, a sua interpretação e reação). É importante mencionar que o agente que cria uma mensagem adulterada pode ser diferente do agente que produz essa mensagem e que, por sua vez, pode ser diferente do agente que distribui a mesma (Wardle & Derakhshan, 2017).

Castro and Ribeiro (2004), referindo-se à discussão sobre desinformação na qualidade de ausência de informação, afirmam que a par da sociedade da informação existe a sociedade da desinformação, do analfabetismo tecnológico e dos isolados do acesso aos variados bens culturais, que abrange uma maior proporção.

Belluzzo (2005) acrescenta que a desinformação pode explicar a existência de diversos problemas sociais, visto que afeta a racionalidade do ser humano, lembrando que o conhecimento é um elemento de competitividade. Bradshaw and Howard (2018) afirmam que existem diferentes ferramentas e técnicas de manipulação da opinião pública, sobretudo nas plataformas digitais, o que significa que as pessoas necessitam de novos tipos de competências e conhecimentos, de forma a combater a desinformação.

1.1.2 A pandemia da desinformação

A pandemia da COVID-19 fez-se acompanhar de um aumento de desinformação, sobretudo nos meios digitais. A Organização Mundial de Saúde (OMS) classificou este fenómeno como uma infodemia (*infodemic*), ou seja, uma superabundância de informação, que inclui tentativas deliberadas de divulgar informações erradas para minar a resposta de saúde pública (World Health Organization, 2020b). Neste contexto de emergência sanitária, a OMS realça que as pessoas necessitam de diretrizes que as orientem para tomarem ações de forma a diminuir as consequências da doença (World Health Organization, 2020b). Sem informações e referências corretas, as medidas levadas a cabo para controlar a pandemia podem ficar comprometidas e até mesmo custar vidas (World Health Organization, 2020b).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, “os impactos da desinformação relacionada com a COVID-19 são mais mortais do que a desinformação sobre outros assuntos, como política e democracia” (UNESCO, 2020).

Desta forma, constata-se que a pandemia da COVID-19 é um exemplo real e atual da ameaça e dos riscos que a desinformação representa, reafirmando-a como um problema social sério (Montesi, 2021). No Irão, entre fevereiro e abril de 2020, foram registadas mais de 700 mortes

por ingestão de metanol, um produto altamente tóxico, que as pessoas acreditavam que permitiria curar a infecção do novo coronavírus (Aljazeera, 2020). Já nos Estados Unidos da América, verificou-se um aumento de casos de envenenamento por produtos químicos, depois do então presidente Donald Trump ter aconselhado a ingestão de desinfetantes como uma possível cura para os pacientes com COVID-19 (Gharpure et al., 2020). Neste contexto, é importante ressaltar que a desinformação causa efeitos negativos na saúde mental dos indivíduos, aumentando a ansiedade e o medo, o que faz com que recorram a tratamentos sem evidências científicas de eficácia e segurança (Nelson et al., 2020).

Tal como afirmado por Islam et al. (2020), a informação falsa, as teorias da conspiração e os rumores podem provocar a redução na confiança depositada nas autoridades de saúde, impactando negativamente a capacidade de difundir informações credíveis e sérias. De facto, a desinformação sobre a pandemia da COVID-19 é uma ameaça séria, não só para a saúde pública, mas também para as relações internacionais, dado que provoca a proliferação de conselhos de saúde prejudiciais, como os exemplos mencionados no parágrafo anterior, até conspirações de motivação política, como por exemplo, teorias sobre a origem do vírus (Roozenbeek et al., 2020).

Segundo a OMS, a desinformação sobre a COVID-19 pode ser dividida em quatro grandes áreas: a origem do vírus, os padrões de transmissão e os sintomas associados à doença, os tratamentos e curas disponíveis e, por último, a eficácia das medidas de controlo da pandemia levadas a cabo pelos governos (World Health Organization, 2020a)

A desinformação acerca da COVID-19, para além na linguagem emotiva, pouco clara e complexa, típica das notícias falsas (Zhou & Zhang, 2008), caracteriza-se também pelo uso de componentes visuais, como forma de legitimação da informação. Brennen et al. (2021), no seu estudo que investigou o conteúdo visual associado à desinformação sobre o novo coronavírus, concluíram que este tem três funções específicas: a ilustração ou ênfase seletivo, servir como prova e, por último, fazer-se passar por ou assegurar autoridade.

Neste contexto, as notícias falsas relativas às vacinas para combater a COVID-19 também assomaram, sobretudo no meio digital, provocando hesitação e descrença nas autoridades de saúde e nos governos. A desconfiança nas vacinas, o medo dos seus possíveis efeitos secundários, a crença em teorias da conspiração e informação falsa, como por exemplo, as vacinas serem usadas como meio de controlo da população mundial, manifesta-se na resistência à inoculação e, conseqüentemente, num entrave ao controlo da pandemia (Jennings et al., 2021).

Desta forma, torna-se essencial desenhar estratégias e formas para combater a desinformação sobre a COVID-19. Bowles et al. (2020) afirmam que o aumento da literacia tecnológica, a instrução e consciencialização dos utilizadores podem ser fatores decisivos no combate às notícias falsas. Já Knuutila et al. (2020) referem que o início da transformação tem de começar nas redes

sociais, nas quais devia ser promovida a eliminação completa de mensagens e informação falsa, de forma cooperativa entre plataformas. A aposta na literacia em saúde também é vista como um bom recurso na luta contra a desinformação (Damian & Gallo, 2020).

Neste contexto, também foram surgindo iniciativas para dar resposta a este problema e divulgar, partilhar e aumentar a quantidade de mensagens corretas e verdadeiras acerca do novo coronavírus, como a plataforma WHO Information Network for Epidemics (EPI-WIN), lançada pela OMS, e a #CoronaVirusFacts Alliance do Poynter Institute, bem como os sites de verificação de factos especificamente direcionados ao tema COVID-19.

1.2 Os verificadores de factos no combate às notícias falsas

O processo de verificação de factos sempre fez parte da prática jornalística, sendo que os jornalistas analisam factos, validando-os recorrendo a procedimentos intrínsecos ao próprio exercício da sua profissão (Ferreira, 2022). Contudo, corrigir notícias tornou-se um elemento recorrente da prática jornalística: primeiramente publica-se e, posteriormente, verificam-se os factos (Currie Sivek & Bloyd-Peshkin, 2018).

A luta contra a desinformação e notícias falsas inclui dois níveis: o individual e o das grandes empresas tecnológicas (Botei, 2017). Segundo o autor, o nível individual engloba a verificação da fonte de informação, ou seja, analisar e identificar se a instituição ou o conteúdo são duvidosos, procurando mais informação acerca da equipa editorial; averiguar a credibilidade do autor da notícia/informação; e, por último, examinar o título e o conteúdo da mesma (Botei, 2017). Relativamente às grandes empresas, salienta-se o desenvolvimento de técnicas e ferramentas para detetar notícias falsas, mais conhecidas como verificadores de factos ou *fact-checkers* (Ripoll & Matos, 2017).

A indústria mediática deparou-se, então, com uma nova área de atividade – a verificação de factos (*fact-checking*) (Palacios, 2019), na qual os dados submetidos a validação são recolhidos, analisados, interpretados, contextualizados e esclarecidos (Sastre & de Carvalho, 2018). Neste contexto, surgem agências destinadas à verificação de factos e os media tradicionais adaptam as suas redações, criando segmentos dedicados ao processo (Ferreira, 2022).

Bigot (2017) afirma que a verificação de factos é, de certo modo, um jornalismo de denúncia, no qual os verificadores se comprometem com a verdade, denunciando erros, independentemente da sua origem.

A prática de verificação de factos começou na década de 90, com o objetivo de retificar o discurso político, mas foi ganhando destaque no início do século XXI, com a emergência de sites especializados neste novo tipo de jornalismo. Em 2015, foi criada a *International Fact-Checking Network* (IFCN), para dar resposta à demanda crescente de validar as iniciativas de *fact-checking*.

Segundo, Seaton et al. (2020) o aparecimento de verificadores de factos foi uma resposta à sensação de que já não se podia confiar na informação. O autor refere que passou a haver uma nova disjunção entre o modelo de um público democrático - relativamente bem informado e capaz de chegar a juízos relativamente bons sobre os seus interesses e o bem coletivo - e o que parecia estar a acontecer, que a própria base da oportunidade democrática, a capacidade de fazer juízos independentes numa base razoavelmente informada, estava a ser corroída (Seaton et al., 2020).

As transformações observadas nos meios de comunicação, a difusão de produtores de conteúdo, o crescimento significativo do fluxo de informação e o aperfeiçoamento e maior desenvolvimento das técnicas de desinformação, tornam a verificação de factos especialmente importante e relevante (Wardle & Derakhshan, 2017).

Apesar de os diagnósticos de veracidade serem, em geral, curtos, factuais e de fácil compreensão (Hameleers & Van der Meer, 2020), estes também possuem limitações e são alvos de algumas críticas. Segundo Uscinski and Butler (2013) o processo de verificar factos assemelha-se às peças jornalísticas sensacionalistas, dado que instigam à perceção redutora de assuntos complexos, como por exemplo, a política. Os autores acrescentam que os verificadores de factos verificam declarações que, tendencialmente, não podem ser apuradas como verdadeiras ou falsas (Uscinski & Butler, 2013). Em oposição, Sarr et al. (2017) defendem que os verificadores detetam os acontecimentos verdadeiros, permitindo atribuir credibilidade às informações e ajudando a reconhecer as fontes mais fidedignas.

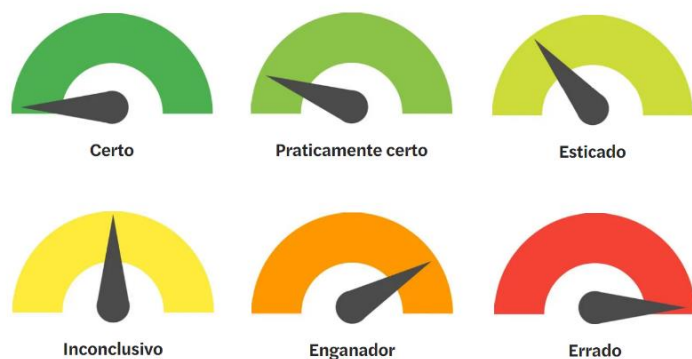
Uscinski and Butler (2013) criticam ainda os critérios dos verificadores de factos, que consideram não serem adequados, faltando-lhes objetividade quando comparam informações. Em concordância, Tandoc Jr et al. (2018) afirmam que as várias entidades/ferramentas de verificação de factos raramente usam as mesmas técnicas e, a par disso, nem sempre concordam entre si no resultado do diagnóstico. Por esta razão, é necessário criar uma escala comparativa que uniformize o trabalho dos verificadores de factos (Tandoc Jr et al., 2018).

Em Portugal, existem, atualmente, cinco verificadores de factos. O Fact Check, que é uma secção do jornal digital Observador, lançado em 2015; a Prova dos Factos, uma secção digital do jornal Público, lançada em 2016; o Polígrafo, lançado em 2018, que é o primeiro jornal digital dedicado exclusivamente à verificação de factos; a Hora da Verdade, uma rubrica do Jornal das 8 da TVI que surgiu em 2020; e a Prova dos Factos, um programa semanal da RTP que surgiu em 2022.

Analisando unicamente o caso português, e tal como se verifica nas Figuras exemplificativas abaixo, evidencia-se diferenças entre as escalas usadas algo que se considera uma problemática do processo de verificação (Tandoc Jr et al., 2018).

No caso do Fact Check, do Observador, é utilizado um velocímetro que varia entre três tons de verde, amarelo, laranja e vermelho e, no qual são incluídas seis dimensões: certo; praticamente certo; esticado; inconclusivo; enganador; e errado, tal como se verifica na Figura abaixo.

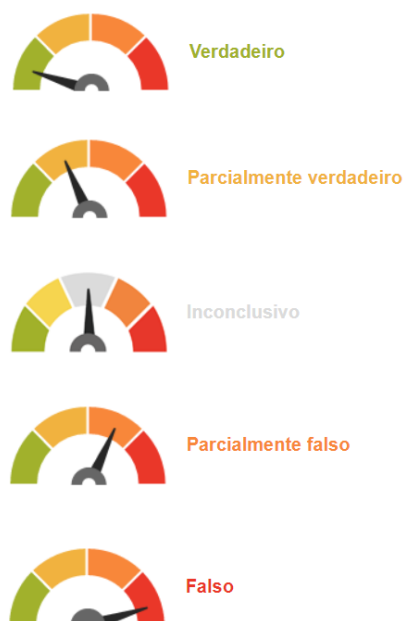
Figura 3
Dimensões usadas pelo Observador



Nota. Retirado da página web do Observador (<https://observador.pt/seccao/observador/fact-check/>). De domínio público.

Na Prova dos Factos, do jornal Público, também é usado um velocímetro, mas com uma escala de cinco níveis: verdadeiro, parcialmente verdadeiro, inconclusivo, parcialmente falso e falso e as cores variam entre o verde, laranja, cinzento e vermelho, com se pode observar na Figura seguinte.

Figura 4
Dimensões usadas pelo Público



Nota. Retirado da página web do Público (<https://www.publico.pt/prova-dos-factos>). De domínio público

Já no Polígrafo, é adotado um sistema de classificação com sete níveis: verdadeiro, verdadeiro, mas..., impreciso, descontextualizado, manipulado, falso e pimenta na língua, tal como demonstrado na Figura abaixo.

Figura 5
Dimensões usadas pelo Polígrafo



Nota. Retirado da página web do Polígrafo (<https://poligrafo.sapo.pt/autor/poligrafo-sic>). De domínio público.

Relativamente à rubrica de verificação de factos da TVI, a Hora da Verdade foi desenvolvida em parceria com o jornal Observador, portanto a escala adotada é a mesma. Contudo, no programa de televisão verificam-se notícias que recaem sobretudo dentro das categorias certo, errado ou enganador.

Por último, o programa semanal da RTP, a Prova dos Factos realiza reportagens de investigação, que analisam a fundo diferentes temas, não tendo uma escala ou velocímetro de classificação.

A verificação de factos surge como uma resposta a todas as crenças fanáticas e impeditivas do diálogo (Seaton et al., 2020). Na sua génese, o *fact-checking* aparenta ser simples, ao fazer a distinção entre o que é verdade e o que é falso, mas tenta também perceber, de um modo mais profundo, de que forma a verdade pode ser dita para que as pessoas acreditem nela (Seaton et al., 2020).

A infodemia, consequente da COVID-19, fez com que a relevância e visibilidade dos *fact-checkers* aumentasse ainda mais, sendo que estes já estavam assoberbados por uma conjuntura afastada da ideia de que ter informação fidedigna disponível é suficiente para que as pessoas estejam bem informadas (Seaton et al., 2020).

No entanto, os verificadores de factos não são a única medida destacada para combater a desinformação. Nesse sentido, também se atribui à literacia mediática um papel preponderante, visto que permite e facilita a autonomia no diagnóstico da veracidade e qualidade da informação.

1.3 A literacia mediática no combate à desinformação

O conceito de literacia mediática, não sendo um conceito estagnado, começou a ser adotado em estudos na década de 70, do século XX. Nesse contexto, o conceito abrangia três aptidões elementares: leitura, escrita e cálculo (Kirsch, 1993). Desta forma, o autor define literacia como a competência para responder às necessidades da vida em sociedade, para atingir objetivos individuais e para desenvolver conhecimentos e atributos pessoais, utilizando a informação escrita e impressa (Kirsch, 1993).

Na década de 90, o conceito foi introduzido em Portugal, por Benavente et al. (1996) no estudo intitulado *A Literacia em Portugal: Resultados de Uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, no qual literacia é definida como “a capacidade de processamento da informação escrita na vida quotidiana”. No mesmo estudo é ainda referido que o importante não é saber aquilo que as pessoas aprenderam ou não, mas em vez disso, saber as competências dos indivíduos para usarem o conhecimento adquirido (Benavente et al., 1996).

Já na Europa, procurou-se averiguar e determinar uma definição para o conceito de literacia mediática, designando métricas e orientações gerais para os países integrados na Comissão Europeia (Lopes, 2014). Assim sendo, em 2006, foi validada e, depois, certificada na Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: uma Abordagem Europeia da Literacia Mediática no Ambiente Digital, de 20 de Dezembro de 2007, a definição europeia de literacia mediática: “Literacia mediática é a capacidade de aceder aos media, de compreender e avaliar de modo crítico os diferentes aspetos dos media e dos seus conteúdos e de criar comunicações em diversos contextos” (Rending, 2009).

No mesmo documento é referido que a conduta europeia relativamente à literacia mediática deve incluir todos os media, identificando também diversos níveis de literacia mediática (Rending, 2009):

- A adoção de uma visão crítica acerca dos media, tendo em consideração não só a qualidade, mas também o rigor do conteúdo;
- O conforto com o uso dos diferentes media, desde jornais impressos a comunidades virtuais;
- A perceção e entendimento da economia dos media e a distinção entre pluralismo e propriedade dos media;
- A utilização forma crítica e criativa dos media, tendo em conta a evolução e presença cada vez mais notória da Internet como meio de distribuição, possibilitando a partilha de variadas informações, conteúdos e imagens por parte de um elevado número de pessoas europeias;

- A percepção dos temas relativos aos direitos de autor, indispensáveis para uma “cultura de legalidade”, sobretudo para os mais jovens, que assumem o papel de consumidores e produtores de conteúdos;

- O uso ativo dos variados media, nomeadamente recorrendo aos motores de pesquisa da Internet, à televisão interativa, do envolvimento em comunidades virtuais, explorando as diversas possibilidades dos media de entretenimento, acesso e diálogo entre culturas, instrução, hábitos e práticas do dia-a-dia.

Martino and Menezes (2016) definem literacia mediática como o “desenvolvimento de competências não para usar dispositivos mediáticos, mas para compreender o fluxo de sentidos dentro de um ambiente mediático. O processo não é de educação específica para os meios, mas de educação dialógica dos sentidos, das percepções e das práticas para uma sociedade que inclui os meios compreendidos, entre outras dimensões, como aparatos técnicos, como produtores/reprodutores de discursos e como mediadores da experiência relacional humana” (Martino & Menezes, 2016).

Desta forma, importa referir que uma análise eficiente das competências de literacia mediática deve basear-se nas seguintes propriedades distintas (Lopes et al., 2015):

- O acesso, ou seja, a disponibilidade e as capacidades de utilização de ferramentas ademais da sua posse;

- A compreensão e a análise, que dizem respeito à reflexão e pensamento crítico dos indivíduos, para decifrar e categorizar certos conteúdos, bem como avaliar o conteúdo e contexto analisado;

- A criação, que se relaciona com a comunicação e com a melhoria da cidadania, uma vez que é importante que os indivíduos possuam a capacidade de interação e diálogo com os outros perante conteúdos e informações lidas e assimiladas.

Contudo, existem dificuldades na medição das competências de literacia mediática, que dizem respeito não só à imprecisão das competências, mas também à escassez de informação concreta acerca deste tópico. Segundo Lopes (2014), a avaliação dos níveis de literacia mediática dos cidadãos tem-se baseado essencialmente em referenciais teórico-empíricos quantitativos-extensivos e tem tido em consideração mais as práticas do que propriamente as competências. Para além de haver uma grande dificuldade na medição das competências, há dificuldade também em desenvolver ferramentas eficientes e rigorosas para avaliar os níveis de literacia mediática. Livingstone et al. (2008) afirmam que existem poucos conhecimentos acerca da literacia mediática e sobre como medi-la, havendo, conseqüentemente, poucas evidências sobre os empenhos para a melhorar.

Neste contexto, torna-se relevante mencionar o *Study on Assessment Criteria for Media Literacy Levels*, elaborado em 2009 para a Comissão Europeia, pelo *European Association for Viewers' Interests* (EAVI), pelo Ministério da Educação francês (CLEMI), pela Universidade Autónoma de Barcelona, pela Universidade Católica de Lovaina e pela Universidade de Tampere. O estudo teve como objetivo fornecer uma avaliação e análise dos níveis de literacia mediática nos estados-membros, bem como, providenciar um recurso empírico para a medição da literacia mediática na União Europeia. A investigação baseou-se num modelo que se apoiou em duas dimensões de análise: as competências individuais e fatores ambientais externos (*environmental facts*).

O estudo conclui que os níveis de literacia mediática na Europa não são homogéneos. No nível avançado de literacia mediática estão os países nórdicos, que possuem uma população relativamente pequena e níveis mais elevados de educação e sociais. O nível mais elevado pertence à Finlândia, seguida da Dinamarca, Holanda e Reino Unido. Por oposição, no lado oposto encontram-se o Chipre, Bulgária e Roménia (que possui o nível mais baixo de literacia mediática na Europa). Portugal está abaixo da média da União Europeia, mas enquadra-se no nível médio de literacia mediática.

Os países mais desenvolvidos a nível de infraestruturas, democracia, economia e estado social são os que apresentaram uma melhor performance. A investigação comprovou ainda que existe uma relação evidente entre o empreendimento de políticas públicas na área de literacia mediática os seus respetivos níveis. Por último, relativamente à relação entre competências individuais e fatores ambientais externos, conclui-se que uma conjuntura externa mais favorável permite e impulsiona o desenvolvimento de conhecimento e competências de literacia mediática (De Smedt et al., 2009).

Neste sentido, segundo a declaração da Conferência Internacional sobre Educação para os Media, promovida pela UNESCO em 1990, a educação mediática é indispensável na sociedade, sobretudo no que diz respeito à cidadania e ao futuro da democracia (Lopes, 2014).

Para além disso, o ponto 47 da Diretiva 2010/13/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 10 de março de 2010, relativa à Coordenação de Certas Disposições Legislativas, Regulamentares e Administrativas dos Estados-membros Respeitantes à Oferta de Serviços de Comunicação Social Audiovisual afirma que:

“A educação para os media visa as competências, os conhecimentos e a compreensão que permitem aos consumidores utilizarem os meios de comunicação social de forma eficaz e segura. As pessoas educadas para os media são capazes de fazer escolhas informadas, compreender a natureza dos conteúdos e serviços e tirar partido de toda a gama de oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias das comunicações. Estão mais aptas a protegerem-se e a protegerem as suas famílias contra material nocivo ou atentatório. A educação para os media deverá, por conseguinte,

ser fomentada em todos os sectores da sociedade e os seus progressos deverão ser acompanhados de perto.” (Jornal Oficial da União Europeia, 2010).

A noção de que a literacia mediática não é simplesmente uma competência ou aptidão que se adquire é defendida por (Hartley, 2012). Para o autor, a literacia pode ser usada como forma de controlo ou como forma de emancipação social, dado que a mesma está imersa na sociedade. A par disso, Livingstone (2004) reitera que um aglomerado de competências não é suficiente para definir literacia mediática, visto que o setor social e o setor institucional devem ser tidos em conta. Em concordância, Jenkins (2009) afirma que a literacia mediática deve ser destacada como uma competência social, aprofundada através de cooperação, do estabelecimento de redes de contacto e da troca de informações entre pessoas. Segundo o autor, apesar de as competências tradicionais, como por exemplo, as técnicas de análise crítica, serem fundamentais, são também insuficientes. As competências de literacia mediática devem deixar de ser vistas apenas como atributos individuais utilizados para a autoexpressão, e passarem a ser encaradas como competências sociais e como forma de interação em comunidade (Jenkins, 2009).

2 Determinantes da capacidade de identificar notícias falsas

Existem diversos fatores que podem ajudar a explicar a propensão dos indivíduos para acreditar em informação falsa e agir com base nessas crenças (Buturoiu et al., 2021).

Na Tabela 1, encontram-se sistematizados os principais estudos que abordam os determinantes da capacidade para detetar notícias falsas.

Tabela 1

Sumário dos artigos relacionados com o tema

Determinantes	Resultados	Autor
<ul style="list-style-type: none"> -Intenção de vacinação; - 8 declarações sobre a COVID-19 (variável de exposição primária); - Literacia em saúde. 	<p>A deteção de notícias falsas e os resultados de literacia em saúde foram associados à intenção de ser vacinado contra a COVID-19. O risco de ser "anti-vacinação" ou "hesitante", em vez de "pró-vacinação", foi maior entre os indivíduos que relataram má deteção de notícias falsas e o risco de estar "hesitante", em vez de "pró-vacinação" era mais elevado entre os indivíduos com uma má pontuação de literacia em saúde.</p>	Montagni et al. (2021)
<ul style="list-style-type: none"> -Crença em teorias da conspiração sobre vacinas; - Idade; -Educação; - Religiosidade; -Disposição crítica de pensamento; -Perceção da utilidade de redes sociais digitais; - Perceção da incidência de notícias falsas sobre vacinas/vacinação COVID-19; -Frequência do consumo de notícias COVID-19 a partir de websites, redes sociais e aplicações móveis. 	<p>As pessoas com maior perceção de incidência de notícias falsas, as pessoas que acham as plataformas dos meios de comunicação digitais mais úteis, as pessoas com uma educação inferior e as que têm níveis mais elevados de religiosidade são mais propensas a acreditar em narrativas enganosas relacionadas com a COVID-19.</p> <p>A frequência do consumo de notícias (independentemente do tipo de meios de comunicação), a disposição do pensamento crítico e a idade não desempenham um papel significativo no perfil do crente em teorias da conspiração sobre a pandemia.</p> <p>A frequência do consumo de notícias através dos meios de comunicação digitais não difere significativamente para crentes e não crentes.</p>	Buturoiu et al. (2021)
<ul style="list-style-type: none"> - Exposição percebida à desinformação; - Atribuição de culpas; - Divulgação de notícias falsas; - Consumo dos meios de comunicação social; - Confiança nos meios de comunicação social; -Apoio à liberdade de imprensa. 	<p>A perceção da exposição à desinformação é elevada e que a confiança nos meios de comunicação social, nacionais e internacionais, é baixa.</p> <p>Existe uma relação significativa entre níveis mais elevados de exposição percebida à desinformação e níveis mais baixos de confiança nos meios de comunicação social, sobretudo na África do Sul.</p>	Wasserman and Madrid-Morales (2019)
<ul style="list-style-type: none"> -Estilo cognitivo; -Ilusão; -Dogmatismo; -Fundamentalismo religioso. 	<p>Os indivíduos com tendência para a ilusão, indivíduos dogmáticos, e os fundamentalistas religiosos são, tendencialmente, os que mais acreditam em notícias falsas. As análises de mediação sugeriram que estas relações podem ser</p>	Bronstein et al. (2019)

	explicadas, parcialmente, por uma redução do envolvimento ativo no pensamento analítico e de mente aberta, o que pode desencorajar amplamente crenças implausíveis.	
-Pensamento analítico; -Recetividade à “treta”.	A tendência para a recetividade à “treta” está positivamente correlacionada com perceções de exatidão de notícias falsas e negativamente correlacionada com a capacidade de diferenciar as notícias falsas das notícias reais. os indivíduos que exageram no seu nível de conhecimento também consideraram as notícias falsas mais exatas. A crença em notícias falsas pode ser impulsionada, até certo ponto, por uma tendência geral de aceitação exagerada de reivindicações fracas.	Pennycook and Rand (2020)
-Familiarização; -Precisão das notícias.	As plataformas dos meios de comunicação social ajudam a incubar a crença em notícias falsas. A exposição prévia não tem impacto em afirmações totalmente implausíveis (por exemplo, "A Terra é um quadrado perfeito"). Estas observações indicam que embora a extrema implausibilidade seja uma condição limite do efeito de verdade ilusória, apenas um pequeno grau de plausibilidade potencial é suficiente para a repetição aumentar a precisão percebida. Como consequência, o alcance e o impacto de repetição sobre as crenças é maior do que se supunha anteriormente.	Pennycook et al. (2018)
-Inteligência emocional	Os indivíduos com elevado nível de inteligência emocional e com um nível de escolaridade mais elevado têm menos probabilidades de cair nas notícias falsas do que os indivíduos com baixo nível de inteligência emocional e de escolaridade.	Preston et al. (2021)

Nesta secção, abordamos seis determinantes que nos parecem particularmente relevantes no contexto português: a religiosidade, a literacia em saúde, o consumo de media, a confiança nas fontes de informação, a confiança pública e a consciência da existência de verificadores de factos.

2.1 Religiosidade

O grau de religiosidade é um dos fatores que pode estar associado a crenças em teorias de conspiração ou informação falsa, nomeadamente informação relacionada com a pandemia da COVID-19 (Kim & Kim, 2021).

Robertson and Dyrendal (2018) afirmam que um elevado grau de religiosidade pode fomentar uma maior crença em informação falsa, já que religião e teorias da conspiração têm aspetos em comum como esoterismo, a profecia e o milenarismo. Buturoiu et al. (2021) comprovaram que uma maior assiduidade na prática religiosa está associada a uma maior tendência para acreditar em teorias da conspiração sobre vacinas contra a COVID-19.

As pessoas que adotam uma visão religiosa do mundo tendem em considerar que a fé é superior à razão e, portanto, a investigação científica poderá levar à invalidação das crenças religiosas (Hart & Graether, 2018), o que resulta numa diminuição geral do espírito crítico.

Importa ainda referir que em Portugal tem-se vindo a verificar o aumento do número de ateus, mas a prática religiosa é ainda vincada, sobretudo entre idosos (Franca et al., 2018).

De acordo com a literatura, acreditamos que **(H1)**, níveis mais elevados de religiosidade tendem a originar menor capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

2.2 Literacia em saúde

Segundo Sørensen et al. (2012) literacia em saúde compreende a capacidade dos indivíduos para aceder, compreender, avaliar e aplicar a informação relacionada com a saúde, através de todos os canais de comunicação.

A transmissão de informação acerca de saúde é mais eficiente quando os conteúdos são desenhados e direcionados especificamente para uma pessoa ou para um grupo populacional e, também, quando a mensagem é bem clara e delimitada, realçando benefícios e custos associados às tomadas de decisão e aos comportamentos adotados (Antunes, 2014). A autora realça a importância da definição de instruções específicas, valorizando a motivação das pessoas através de mensagens positivas, em detrimento da comunicação baseada em informações assustadoras e negativas (Antunes, 2014).

Um estudo observacional realizado em Itália, que incluiu mais de 2000 artigos relacionados com a COVID-19, revelou que os que continham notícias falsas foram partilhados mais de 2 milhões de vezes, representando 78% do total de todos os artigos revistos (Moscadelli et al., 2020). Esta elevada percentagem realça o fenómeno das notícias falsas e apela a uma melhoria na literacia em saúde (Montagni et al., 2021).

Contudo, num estudo levado a cabo por Montagni et al. (2021), que avaliou as associações entre a intenção de ser vacinado contra a SRA-CoV-2, a deteção de notícias falsas sobre o Covid-19 e a literacia em saúde, observou-se que não houve interação entre a capacidade de detetar notícias falsas e literacia em saúde. Os autores assumiram como uma possível explicação o facto de as perguntas sobre literacia serem relativamente fáceis, ou seja, mesmo os indivíduos com uma pontuação baixa de literacia em saúde poderiam fornecer uma boa resposta (Montagni et al., 2021).

À medida que a sociedade se torna mais complexa e os indivíduos estão, de forma crescente, sujeitos a mais desinformação sobre saúde, a literacia em saúde assume um papel cada vez mais

importante (Apfel & Tsouros, 2013), No entanto, esta é ainda uma área em desenvolvimento, sem resultados definitivos, sobretudo em Portugal.

Assim sendo, acreditamos que (H2), níveis mais elevados de literacia em saúde tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

2.3 Consumo de informação noticiosa

O número de estudos acerca do consumo de informação noticiosa e aptidões digitais entre as diferentes gerações tem vindo a crescer, visto que o comportamento de consumo de notícias está em mudança constante (Quintanilha et al., 2020).

Segundo Quintanilha et al. (2020), a relação entre consumo de notícias e a capacidade para identificar informação falsa é extremamente importante, uma vez que as pessoas com rotinas frequentes de consumo de informação estão mais esclarecidas e, conseqüentemente, possuem uma maior facilidade em reconhecer notícias falsas, conseguindo reconhecer as fontes e verificar os factos.

No início do séc. XX, a melhor maneira para receber informação era por intermédio da tela que era utilizada no cinema. Contudo, posteriormente, iniciou-se a “Era da televisão” (Díaz, 2020). Segundo Aramburu et al. (2019), em meados do século, a informação noticiosa era obtida através da rádio, jornais impressos e da televisão.

No final do séc. XX, apoiadas na inovação tecnológica, foram surgindo novas maneiras de transmitir informação, como por exemplo, através de dispositivos móveis (Díaz, 2020). Esta evolução tecnológica veio então alterar toda a conjuntura, dado que se fez acompanhar da proliferação do comércio, da globalização mediática e das variadas alternativas de interação (Buckingham, 2005). As novas formas de media também compreendem novas oportunidades de participação, sendo que a linha entre produção e consumo se torna, várias vezes, muito ténue (Nielsen & Schröder, 2014). Contudo, segundo Peters (2016) a indústria noticiosa continua a realçar o conceito de audiências como utilizadoras e não como participantes.

Nos dias atuais, as gerações mais novas têm feito cair em desuso o consumo de informação através dos jornais impressos, da rádio e da televisão (Aramburu et al., 2019), apostando mais no consumo de conteúdos mediáticos através das plataformas digitais (Livingstone et al., 2008). No entanto, o meio mais frequentemente usado para disseminação de notícias continua a ser a televisão, mesmo que possa ser visualizada em diferentes plataformas (Silva et al., 2017).

Assim, é relevante referir que, a seguir aos programas televisivos de notícias, as redes sociais são o segundo meio de consulta noticiosa mais usado em Portugal, encontrando-se ligeiramente à frente dos jornais impressos (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2015). No entanto,

em Portugal, os jornais impressos (e em particular as suas marcas de origem em papel) detêm um potencial de agregação de públicos em plataformas digitais bastante superior ao dos outros meios tradicionais (Entidade Reguladora para a Comunicação Social, 2015).

Neste contexto, importa mencionar o estudo elaborado pelo Observatório da Comunicação (OberCom) em colaboração com o Reuters Institute for the Study of Journalism (RISJ), intitulado “Perfil sociodemográfico do consumo de notícias em Portugal”, em 2016. O relatório revelou que existe uma relação significativa entre idade e interesse por notícias, sendo que os mais velhos revelam, notoriamente, mais interesse por informação noticiosa, verificando-se também que as faixas etárias mais velhas acedem às notícias mais vezes durante o dia que os mais novos.

Para além disso, o fator idade também se mostra relevante no que diz respeito à escolha dos conteúdos noticiosos e dos seus géneros. As notícias sobre economia, finanças, regionais, desporto e política nacional são distintamente escolhidas pelos mais velhos. Em oposição, as notícias relacionadas com divertimento, entretenimento, celebridades, ciência e tecnologia são, tendencialmente, preferidas pelas faixas etárias mais novas. Entre os géneros mais consensuais entre as diferentes idades encontram-se as notícias nacionais e as notícias internacionais (OberCom, 2016).

Relativamente à seleção dos recursos para consumo noticioso, é relevante mencionar que os programas de rádio são a preferência das gerações mais velhas, enquanto que os blogs são maioritariamente escolhidos pelos mais jovens (OberCom, 2016).

O relatório revelou ainda que o dispositivo mais utilizado para aceder a notícias online é o computador (portátil ou de secretária). Contudo, esta informação tende a ser mais apropriada para definir os utilizadores com idades mais avançadas. Já para os mais novos, o dispositivo de eleição para consumo noticioso é o tablet e, sobretudo, o smartphone (OberCom, 2016).

Em conclusão, as gerações mais velhas, comparativamente com os mais jovens, consultam mais frequentemente notícias ao longo do dia e demonstram um maior interesse pelos conteúdos noticiosos (Cardoso et al., 2016), sobretudo na área da política (Amaral & Silveira, 2018) economia, finanças, desporto e assuntos regionais (Cardoso et al., 2016). Em contrapartida, fazendo uma avaliação geral do consumo de informação noticiosa, os mais velhos possuem menos predisposição e aptidões para utilizarem as novas tecnologias digitais (Quintanilha et al., 2020).

A relação entre consumo de notícias e a capacidade para identificar informação falsa é extremamente importante, visto que as pessoas com hábitos frequentes de consumo de informação estão mais esclarecidas e, conseqüentemente, possuem uma maior facilidade em identificar notícias falsas, conseguindo reconhecer as fontes e verificar os factos (Quintanilha et al., 2020).

A literatura revela que o consumo de media e os tipos de meios de comunicação usados para obter informação podem influenciar a identificação de informação falsa. Um estudo exploratório sobre notícias falsas e confiança nos media realizado em três países de África (Quênia, Nigéria e África do Sul) mediu a frequência de consumo de quatro tipos de meios de comunicação (televisão, rádio, Internet e jornais). Os resultados mostraram que os indivíduos que mais recebem notícias através da Internet ou através da leitura de jornais demonstram maior consciência de exposição a notícias ou informação falsa. O consumo de notícias televisivas surge associado a uma menor percepção de exposição a notícias falsas (Wasserman & Madrid-Morales, 2019). É, assim, importante avaliar o consumo de media entre as diferentes gerações e identificar através de que canais estas poderão estar mais expostas.

Desta forma, acreditamos que **(H3)**, as pessoas que obtêm mais informação através da televisão, em detrimento da Internet, terão menos capacidade para identificar notícias falsas.

2.4 Confiança nas fontes de informação

O conceito de fontes de informação está relacionado diretamente com o interesse e necessidade do leitor de obter informação, sendo que as fontes de informação dizem respeito a todos os tipos de meios ou suportes que abrangem informações suscetíveis de serem transmitidas (de Paula et al., 2018). Desta forma, as fontes de informação são definidas como recursos que dão resposta a uma demanda, produto ou serviço de informação, uma organização, uma pessoa ou grupo, entre outros (Campello et al., 2000).

As fontes de informação possuem elementos fundamentais que podem assegurar a sua credibilidade, como a autoria e colaborações no campo da criação, organização das ideias, avaliação e aprovação por pares, abordagem da temática e atualização do conteúdo informacional e apresentação do projeto editorial, como capa, imagens, fontes, entre outros (Cunha, 2001). Assim sendo, o criador, a criação e apresentação da informação têm um papel fundamental na redução da incerteza dos leitores (de Paula et al., 2018).

As fontes de informação são, frequentemente, desenvolvidas pelas tecnologias de informação ou comunicação e pela evolução da Internet, sendo que, em adição às fontes de informação nos meios convencionais, existem cada vez mais fontes de informação em meios digitais (de Paula et al., 2018)

Wasserman and Madrid-Morales (2019) avaliaram a confiança em organizações noticiosas nacionais, locais e internacionais, e em sites de redes sociais, revelando que, na África do Sul, aqueles que percebem que estão mais expostos a informação falsa, são também os que relatam níveis mais baixos de confiança nos media (Wasserman & Madrid-Morales, 2019).

Assim sendo, acreditamos que **(H4)**, níveis mais baixos de confiança nas fontes de informação tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

2.5 Confiança pública

A confiança pública, sobretudo em momentos críticos, é um fator de particular relevo na seleção de fontes informativas e na percepção da fiabilidade da informação por parte dos públicos, podendo ajudar a prever o grau de adesão aos comportamentos preventivos recomendados (Park et al., 2019). Baixos níveis de confiança no Sistema Nacional de Saúde (SNS), por exemplo, podem originar situações de negligência e de não cumprimento de orientações, provocando consequências gravosas para a saúde pública (Meyer et al., 2008). Em concordância, Islam et al. (2020) afirmam que as teorias da conspiração, o estigma e os rumores provocam a redução da confiança nas autoridades de saúde, tanto internacionais como nacionais, com grandes consequências na capacidade de difusão de informação séria, credível e relevante.

Vários estudos referem que as pessoas pesquisam frequentemente nos websites de agências de saúde internacionais e do Ministério da Saúde para obterem informações credíveis e, portanto, recomenda-se que os governos e as agências internacionais continuem a publicar informações corretas e apropriadas ao contexto (Islam et al., 2020). Assim, é expectável que as entidades públicas, como o governo, ajudem os cidadãos a tomar decisões informadas (Gonçalves et al., 2021), recebendo informação fidedigna.

Em Espanha, Moreno et al. (2020) concluíram que, apesar de no início da pandemia os cidadãos espanhóis confiarem mais no governo, com o passar do tempo a sua confiança diminuiu e foi transferida para pessoas prestigiadas na área da saúde, como epidemiologistas.

Já Gonçalves et al. (2021), num estudo realizado em Portugal, verificaram que os portugueses consideram as entidades de saúde como fontes de informação mais confiáveis do que os media ou autoridades governamentais. De um modo geral, os portugueses mostraram pouca confiança nas redes sociais e nos influenciadores como fonte de informação sobre a COVID-19 (Gonçalves et al., 2021).

Assim, acreditamos que **(H5)**, níveis mais elevados de confiança pública tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

2.6 Consciência da existência de verificadores de factos

Como referido, a indústria mediática tem-se vindo a deparar com uma nova área de atividade- a verificação de factos (Palacios, 2019), na qual os dados submetidos a validação são recolhidos, analisados, interpretados, contextualizados e esclarecidos (Sastre & de Carvalho, 2018). A verificação de informação tornou-se um elemento recorrente da prática jornalística:

primeiramente publica-se e, posteriormente, verificam-se os factos (Currie Sivek & Bloyd-Peshkin, 2018). Diante da crescente pandemia de desinformação e numa tentativa de responder aos obstáculos originados pela constante evolução tecnológica e pela crescente abundância de informação (Oliveira, 2020), têm proliferado os projetos de *fact-checking*, no mundo e em Portugal.

Mestre (2021), numa investigação acerca da importância do *fact-checking*, expõe o facto de atualmente já existir uma certa consciência sobre a desinformação e os verificadores de factos, aos quais é reconhecida muita importância na luta contra a desinformação. Contudo, o estudo revelou que a maioria dos inquiridos, apesar de conhecerem os meios de verificação de factos, não visitam os seus websites.

No entanto, em Portugal, vive-se ainda um panorama emergente, com divulgação limitada e pouca expressão no quotidiano informativo, pelo que releva avaliar a consciência entre as diferentes gerações.

De acordo com a literatura, acreditamos que **(H6)**, uma maior consciência da existência de verificadores de factos tende a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

3 Metodologia

Neste segmento vamos abordar e apresentar a questão e os objetivos do estudo, classificar o tipo de investigação, bem como descrever detalhadamente o desenho da mesma. Para além disso, vai ser exposto o modelo de análise, o instrumento de recolha de dados, os procedimentos e a amostra.

3.1 Questão de investigação

Segundo Sousa et al. (2018), formular questões de investigação é um dos princípios fundamentais do pensamento crítico, pois permite tirar conclusões apoiadas em evidências, com o objetivo final de resolver problemas. Desta forma, segundo os autores, uma questão de investigação deve ser significativa, apropriada e deve ter um propósito. Uma boa questão “define todo o percurso da investigação e permite agilizar a mesma e orientar a pesquisa para a obtenção de resultados adequados ao problema” (Sousa et al., 2018, p. 37).

Assim sendo, este estudo pretende responder à seguinte questão: Que diferenças geracionais é possível encontrar nos determinantes da capacidade para detetar notícias ou informação falsa?

3.2 Objetivos de investigação

Os objetivos fornecem “uma orientação sobre o tipo de estudo a efetuar, as variáveis em equação e, ainda, sobre as hipóteses a formular, caso existam” (dos Santos et al., 2019, p. 52). Desta forma, o objetivo desta investigação é:

- Avaliar a capacidade para identificar notícias e informação falsa tendo em conta a religiosidade, literacia em saúde, consumo de media, confiança nas fontes de informação, confiança pública e consciência da existência de verificadores de factos, salientando as diferenças geracionais.

3.2.1 Estratégia e desenho da investigação

As estratégias de investigação devem ser adotadas tendo em conta a natureza do problema que se pretende estudar e estas podem ser quantitativas, qualitativas ou mistas (dos Santos et al., 2019).

Esta investigação é de natureza quantitativa, baseada num processo hipotético-dedutivo, suportado por inquérito por questionário autoadministrado online.

Segundo Freixo (2011) citado em dos Santos et al. (2019, p. 25), a investigação quantitativa “constitui-se como um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis” e

baseia-se na análise de acontecimentos, factos e fenómenos objetivos, que existem independentemente de quem está a investigar. Assim, a metodologia quantitativa, de acordo com Dalfovo et al. (2008) estabelece ligações através dos dados recolhidos pelo investigador, que, posteriormente, os analisa de forma imparcial e objetiva, com o apoio da estatística ou outras técnicas matemáticas. A recolha de dados é, usualmente, realizada através de questionários e entrevistas. Contudo, não existem instrumentos, nem técnicas melhores, tudo depende do tipo de investigação, do objetivo da mesma e do tipo de dados que se pretende recolher (Quivy & Van Campenhoudt, 1992).

Os inquéritos por questionário permitem sondar um elevado número de pessoas, possibilita a quantificação de dados recolhidos e, conseqüentemente, a análise estatística desses mesmos dados (Maciel et al., 2014). Desta forma, estes são bastante fiáveis, desde que respeitem, de forma minuciosa, todos os procedimentos metodológicos (Carmo & Ferreira, 2008).

Segundo dos Santos et al. (2019), o método hipotético-dedutivo recorre a uma estratégia que conjuga os métodos indutivo e dedutivo, visto que o investigador precisa tanto de ir dos dados para a teoria, como da teoria aos dados. Este método abrange as seguintes fases: 1) identificação do problema; 2) criação de um modelo teórico; 3) dedução de consequências particulares; 4) verificação de hipóteses; 5) introdução das asserções na teoria (dos Santos et al., 2019).

3.3 Modelo de análise

De acordo com a literatura apresentada na seção 2.3 do enquadramento teórico, recuperamos a lista sistematizada das hipóteses:

H1: Níveis mais elevados de religiosidade tendem a originar menor capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

H2: Níveis mais elevados de literacia em saúde tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

H3: As pessoas que obtêm mais informação através da televisão, em detrimento da Internet, têm menos capacidade para identificar notícias falsas.

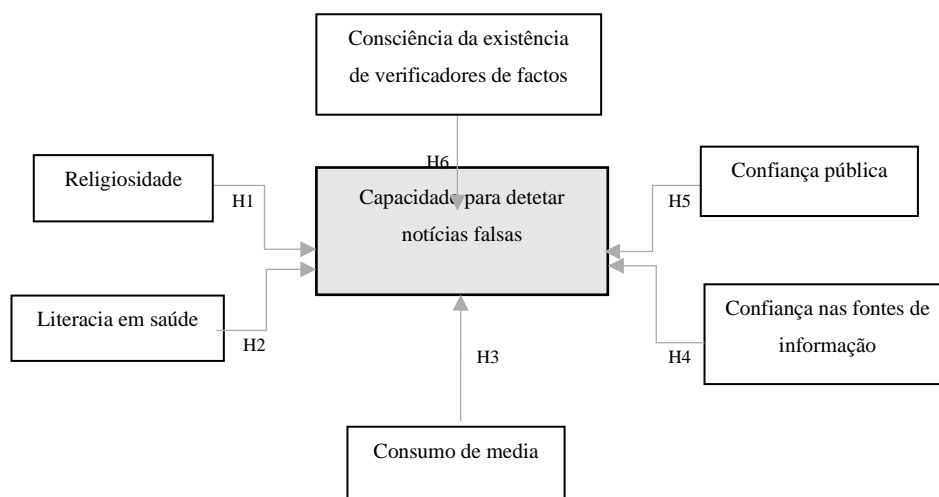
H4: Níveis mais baixos de confiança nas fontes de informação tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

H5: Níveis mais elevados de confiança pública tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

H6: Uma maior consciência da existência de verificadores de factos tende a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.

Como ilustrado na Figura abaixo, o modelo de análise consiste na investigação da influência dos seis determinantes sobre a capacidade para detetar notícias falsas: religiosidade, literacia em saúde, consumo de media, confiança nas fontes de informação, confiança pública e consciência da existência de verificadores de factos.

Figura 6
Unidades do modelo de análise



3.4 Instrumentos, dados e procedimentos

Esta investigação recorre a um inquérito por questionário autoadministrado online dirigido a indivíduos que utilizem a internet, em particular as redes sociais, e, portanto, que estejam expostos ao fenómeno da desinformação.

3.4.1 Inquérito por questionário

Um inquérito por questionário consiste em “colocar a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população, uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções ou a questões humanas e sociais, às suas expetativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou problema” (Quivy & Van Campenhoudt, 1992, p. 20).

O inquérito por questionário, tal como todos os outros instrumentos de recolha de dados, possui vantagens, mas também inconvenientes (dos Santos et al., 2019).

Como inconvenientes, Santos e Henriques (2021) realçam a falta de meios para incentivar os inquiridos a responderem, a possibilidade de existirem dificuldades em compreender as questões e não haver a hipótese de esclarecer as dúvidas. Quanto às vantagens, destaca-se o facto de

implicar baixos custos, garantir o anonimato do informante (o que pode assegurar uma maior autenticidade e veracidade nas respostas), bem como o facto de não exigir uma resposta imediata (dos Santos et al., 2019). Pode acrescentar-se ainda como vantagem o facto de permitir chegar a amostras de grande dimensão, num espaço de tempo relativamente curto (Santos & Henriques, 2021).

Neste estudo, os participantes serão inquiridos acerca dos seis determinantes da capacidade para detetar notícias falsas escolhidos: religiosidade, literacia em saúde, consumo de media, confiança nas fontes de informação, confiança pública e consciência da existência de verificadores de factos.

A tabela seguinte apresenta um sumário das dimensões e indicadores do questionário:

Tabela 2

Sumário das dimensões e indicadores do questionário

DIMENSÃO	INDICADOR	FONTE
Religiosidade	Com que regularidade frequenta ou participa em atividades religiosas (por exemplo orações, ir à igreja ou lugar de culto, etc.)?	Adaptado de Buturoiu et al. (2021)
Literacia em saúde	Indique se concorda com as seguintes informações: 1. Comparo a informação sobre saúde proveniente de diferentes fontes; 2. Quando descubro novas informações de saúde verifico se são verdadeiras ou não; 3. Eu decido qual a melhor informação de saúde para mim; 4. Posso afirmar se a informação de saúde está ou não adaptada à minha situação; 5. Inquiri profissionais de saúde sobre a qualidade da informação que encontro.	Montagni et al. (2021)
Consumo de media	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: - Televisão - Rádio - Jornais/ revistas impressas - Websites dos jornais/ revistas - Aplicações móveis dos jornais/ revistas - Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas) - Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	Wasserman and Madrid-Morales (2019)
Confiança nas fontes de informação	Qual o seu grau de confiança nas seguintes fontes de informação? Media (entidades) - Televisão - Rádio - Jornais/revistas impressas - Websites dos jornais/revistas - Aplicações móveis dos jornais/revistas - Redes sociais (páginas dos jornais/revistas) - Outras páginas ou grupos de notícias em redes sociais Pessoas/ organizações - Amigos conhecidos pessoalmente - Amigos em redes sociais digitais - Influenciadores digitais na área da saúde - Influenciadores digitais em terapias alternativas - Influenciadores de outros temas - Pessoal da saúde que dissemina informação nas redes sociais digitais - Personalidades com prestígio na área saúde	Adaptado de Gonçalves et al. (2021)

	<ul style="list-style-type: none"> - Associações profissionais na área da saúde - Pessoal da área da saúde conhecida pessoalmente 	
Confiança pública	<p>Indique o nível de confiança:</p> <p>No governo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na gestão da pandemia o governo tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos. 2. O governo é competente para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses. 3. As decisões do governo têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos. <p>Na Direção-Geral da Saúde:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na gestão da pandemia a Direção-Geral da Saúde tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos. 2. A Direção-Geral da Saúde é competente para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses. 3. As decisões da Direção-Geral da Saúde têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos. <p>Nos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. No contexto da pandemia, os profissionais de saúde tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos. 2. Os profissionais de saúde são competentes para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses. 3. As recomendações dos profissionais de saúde têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos. 	Desenvolvemos uma escala adaptada de Mohammadi et al. (2020) com 9 itens que avaliam a confiança dos cidadãos nos motivos, competência e papel do governo, da Direção-Geral da Saúde e dos profissionais de saúde na gestão da pandemia.
Consciência da existência de verificadores de factos	<p>Relativamente aos verificadores de factos, indique os que conhece e acompanha:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Polígrafo (SIC) 2. Prova dos factos (Publico) 3. Fact Check (Observador) 4. Hora da Verdade (TVI) 5. Prova dos factos (RTP) 	

Para além disso, os participantes desta investigação foram também submetidos a uma prova de verificação de seis notícias verdadeiras e seis notícias falsas acerca da COVID-19, retiradas do website do Polígrafo e apresentadas aos inquiridos de forma aleatória. Este conjunto de notícias é detalhado na Tabela seguinte.

Tabela 3
Notícias apresentadas no questionário

NOTÍCIA	VERDADEIRO	FALSO
A Universidade Johns Hopkins, nos EUA, reconhece que há pessoas que terão sido vacinadas contra a COVID-19 sem saberem, através dos testes PCR utilizados para detetar a infeção pelo novo coronavírus.		X
Relatório do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos da América, informou que 80% dos casos de COVID-19, “causados pela variante Ómicron”, têm origem em pessoas vacinadas.		X
O governo do Reino Unido admite que tomar duas doses da vacina contra a COVID-19 danifica o sistema imunitário.		X
A Pfizer acrescentou um ingrediente nas vacinas para crianças que tem como objetivo evitar ataques cardíacos.		X

A tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostra que a vacina contra a COVID-19 provoca mais efeitos secundários, num menor período de tempo, do que qualquer outro medicamento.		X
O documento de atualização do Plano de Vacinação contra a COVID-19 mostra que já foi aprovada a administração de seis doses da vacina da Pfizer em Portugal.		X
Os países europeus com maiores taxas de vacinação são os que registam menos mortes por COVID-19, de acordo com os dados compilados no portal “Our World in Data”, partilhados pela Comissão Europeia (CE).	X	
Os migrantes ilegais podem vacinar-se contra a COVID-19 e a sua situação irregular não é comunicada ao SEF, segundo a Direção-Geral de Saúde (DGS).	X	
Um Jardim zoológico nos Estados Unidos está a administrar vacinas aos animais mais suscetíveis à COVID-19.	X	
Um estudo lançado pela revista científica “The Lancet Psychiatry” revela que uma em cada três pessoas diagnosticadas com COVID-19 desenvolverá, nos seis meses seguintes, alguma patologia neurológica ou psiquiátrica.	X	
António Ferreira, médico internista e ex-presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de São João, no Porto afirma que a taxa de ocupação dos hospitais públicos foi menor em 2020, durante a pandemia, do que em 2019.	X	
A pílula contraceptiva tem maior probabilidade de criar coágulos sanguíneos do que a vacina da AstraZeneca, confirma David Rodrigues, coordenador da Unidade de Medicina Geral e Familiar do Hospital CUF Torres Vedras e professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.	X	

3.4.2 Amostragem e amostra

Neste estudo é utilizada a amostra não-probabilística, por conveniência, suportada por um inquérito por questionário disseminado nas redes sociais, nomeadamente no LinkedIn, Facebook e Instagram. Foram feitos esforços de divulgação em diversas regiões do país, através de grupos sociais abertos nestas redes.

Assim, nesta investigação serão considerados homens e mulheres portugueses, pertencentes a todas as gerações, tendo em conta que considerada a divisão em cinco gerações, adotada por Andersen et al. (2021): Tradicionalistas (nascidos entre 1922 e 1944), Baby Boomers (1945-1959), Geração X (1960-1979), Geração Y ou Millennials (1980-1994) e Geração Z (nascidos depois de 1995).

Apresentação e discussão de resultados

4 Resultados e Discussão

4.1 Caracterização sociodemográfica

Como foi referido no capítulo anterior, para este estudo recorreu-se a um inquérito por questionário para recolha de dados. O questionário foi partilhado nas redes sociais da investigadora, nomeadamente no Facebook, LinkedIn e Instagram. No total, foram recolhidas 311 respostas. No entanto, 6 respostas foram consideradas inválidas, por estarem demasiado incompletas, restando 305 respostas para análise (N=305). Os dados foram extraídos do LimeSurvey e importados para o IBM SPSS Statistics 28, onde foram pré-processados e submetidos a estatística descritiva e testes estatísticos não paramétricos, nomeadamente o teste t-Student para duas amostras independentes e o teste Kruskal-Wallis para análises com mais de duas amostras. Para a realização dos testes foi considerado um nível de significância inferior a 0,05.

A maioria dos inquiridos é do sexo feminino (70%), com idades compreendidas entre os 43 e 62 anos (35,1%), com Licenciatura (42,9%) e solteiro/a (48,1%). No que diz respeito à vacinação, os inquiridos têm, quase na totalidade, o plano de vacinação em dia (94,1%), bem como optaram por serem vacinados contra a COVID-19 (93,1%). Contudo, relativamente à vacina contra a gripe, o cenário já não é o mesmo, visto que a maioria dos inquiridos não é regularmente vacinado contra a gripe (81,9%). Em relação à vacinação de crianças com menos de 12 anos contra a COVID-19, a maioria tem a opinião de que estas também devem receber a vacina (74%), tal como demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4

Caracterização Sociodemográfica (Sexo, Idade, Estado Civil, Nível de escolaridade, Vacinação) (N=305)

	N	%		N	%
Sexo	283	100	Nível de escolaridade	303	100
Feminino	198	70	Tem instrução primária completa (4º ano)	4	1,3
Masculino	85	30	Tem ensino básico (6º ano)	6	2
Idade (Gerações)¹	302	100	Tem ensino básico completo (9º ano)	21	6,9
Tradicionalistas (78-100)	2	0,7	Tem ensino secundário ou equivalente completo (12º ano)	102	33,7
Baby Boomers (63-77)	20	6,6	Tem Licenciatura	130	42,9

¹ Foi considerada a divisão das cinco gerações adotada por Andersen, K., Ohme, J., Bjarnøe, C., Bordacconi, M. J., Albæk, E., & De Vreese, C. H. (2021). Generational gaps in political media Use and civic engagement: From baby Boomers to Generation Z.

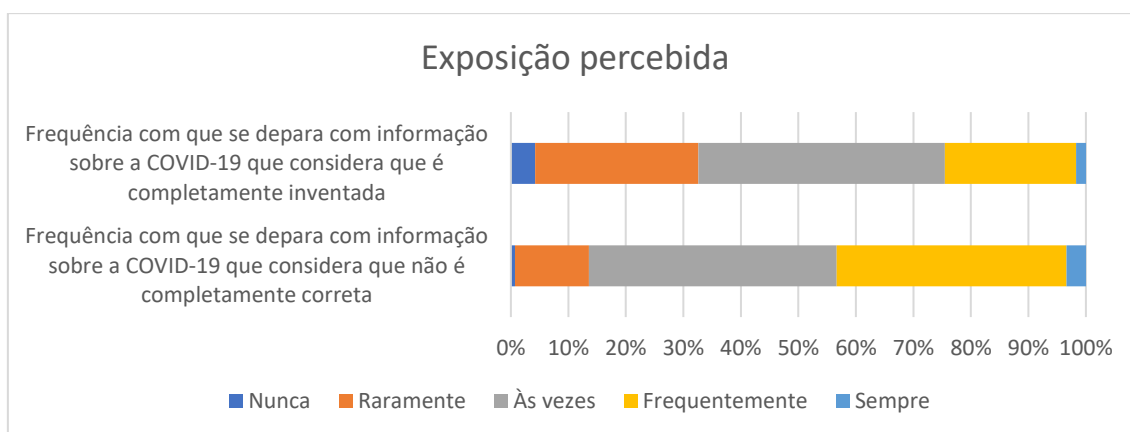
Geração X (43-62)	106	35,1	Tem Mestrado	36	11,9
Geração Y (Millennials) (28-42)	90	29,8	Tem Doutorado	4	1,3
Geração Z (27 ou menos)	84	27,8	Plano de vacinação em dia	305	100
Estado Civil	291	100	Sim	287	94,1
Solteiro/a	140	48,1	Não	12	3,9
Casado/a	105	36,1	Não sabe	6	2
Divorciado/a	33	11,3	Recebeu as vacinas contra covid-19	305	100
Viúvo/a	7	2,4	Sim	284	93,1
Outro	6	2,1	Não	21	6,9
Regularmente vacinado/a contra a gripe	304	100	Acredita que as crianças com menos de 12 anos devem ser vacinadas	300	100
Sim	53	17,4	Sim	222	74
Não	249	81,9	Não	78	26
Não sabe	2	0,7			

4.1.1 Exposição e autoeficácia percebidas na identificação de informação falsa

Relativamente à exposição percebida, a maioria dos inquiridos, quando questionados acerca da frequência com que se deparam com informação sobre COVID-19 que consideram não ser completamente correta, referem que acontece “às vezes” (43,1%). A segunda resposta mais registada foi “frequentemente”, com uma percentagem de 40%. Quando se altera a pergunta para a frequência com que se deparam com informação sobre COVID-19 que consideram ser completamente inventada, a resposta mais frequente continua a ser “às vezes” (42,9%). Contudo, a segunda mais frequente altera-se para “raramente” (28,4%), tal como demonstra a Figura 7.

Figura 7

Exposição percebida na identificação de informação falsa

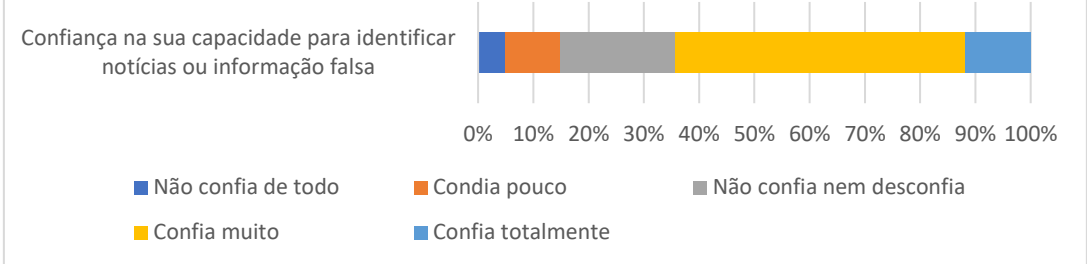


No que diz respeito à autoeficácia percebida, a grande maioria dos inquiridos afirma confiar muito na sua capacidade para identificar notícias ou informação falsa (52,5%), sendo que apenas 5% diz não confiar de todo, como se pode verificar na Figura 8.

Figura 8

Autoeficácia percebida na identificação de informação falsa

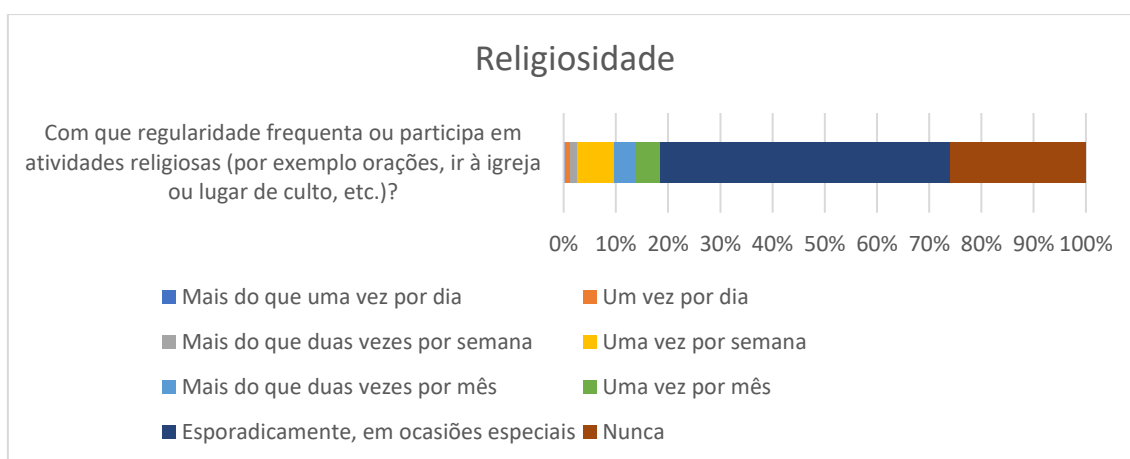
Autoeficácia percebida



4.2 Religiosidade

A Religiosidade foi avaliada através da escala adaptada de Buturoiu et al. (2021), composta por uma questão que averigua a regularidade de participação em atividades religiosas, tal como se verifica na Figura 9. Desta forma, o nível de Religiosidade dos inquiridos não é muito elevado. A maioria dos inquiridos afirma frequentar ou participar em atividades religiosas esporadicamente (55,6%) e 25,9% diz nunca frequentar, sendo esta a segunda resposta mais dada.

Figura 9
Religiosidade (%)



Como se pode verificar na Tabela 5, realizou-se uma análise descritiva, de modo a obter os valores médios para a dimensão Religiosidade e, como se pode observar, a média de Religiosidade é baixa (2,21).

Tabela 5
Valores médios de Religiosidade (N=305)

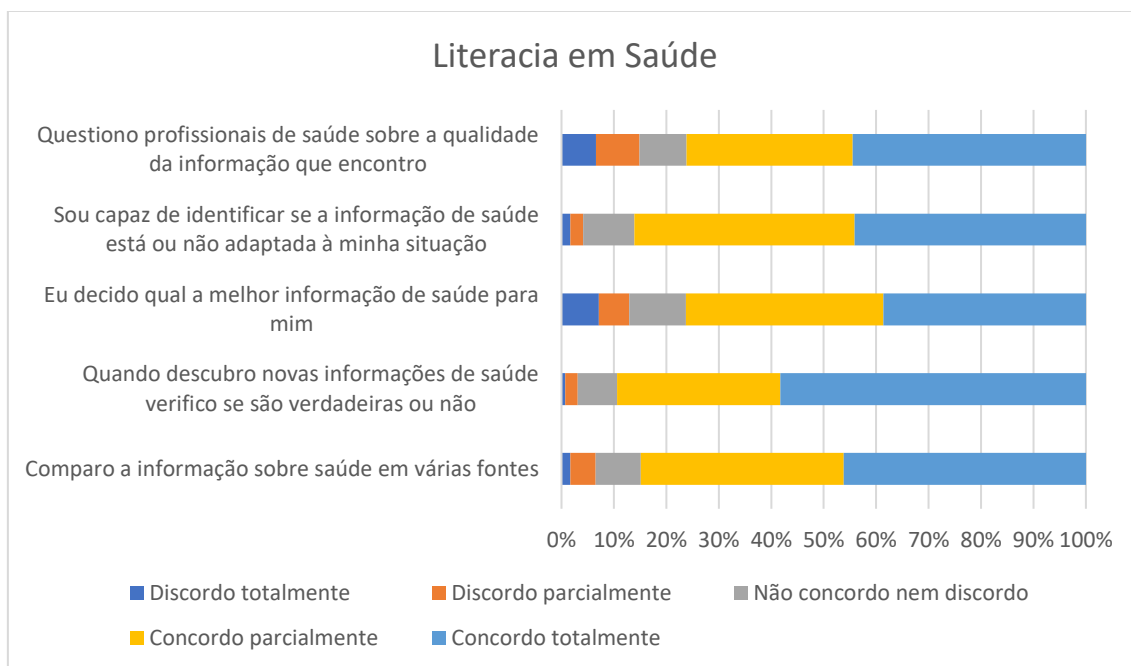
Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão
Religiosidade	Com que regularidade frequenta ou participa em atividades religiosas?	297	1	8	2,21	1,287

4.3 Literacia em Saúde

A Literacia em Saúde foi avaliada com base em cinco afirmações de Montagni et al. (2021), através de uma escala de concordância com cinco pontos, tal como demonstrado na Figura 10. De um modo geral, verifica-se que os níveis de Literacia em Saúde são elevados. A maioria dos inquiridos compara a informação sobre saúde em várias fontes (84,9% concordam parcialmente ou concordam totalmente) e quando descobre novas informações de saúde verifica se são

verdadeiras ou não (89,5%), sendo que a maioria também questiona profissionais de saúde sobre a qualidade da informação encontrada (76,2%). Paralelamente, a maior parte dos indivíduos decide qual a melhor informação de saúde para si (76,2%) e é capaz de identificar se a informação está ou não adaptada à sua situação (86,1%).

Figura 10
Literacia em Saúde (%)



Em seguida, realizou-se uma análise descritiva, de modo a obter os valores médios para os indicadores da dimensão da Literacia em Saúde (Tabela 6). Foi também avaliada a consistência interna, medida através do Alpha de Cronbach, que se considerou aceitável ($\alpha > 0,6$), de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter verificado a consistência interna, foi criado um Índice Sintético para a dimensão da Literacia em Saúde. O indicador com a média superior é “Quando descubro novas informações de saúde verifico se são verdadeiras ou não”, com uma média de 4,44. Por sua vez, o indicador com média inferior é “Eu decido qual a melhor informação de saúde para mim”, com uma média de 3,95.

Tabela 6
Valores médios de Literacia em Saúde (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Literacia em Saúde	Comparo a informação sobre saúde em várias fontes.	292	1	5	4,23	0,919	
	Quando descubro novas informações de saúde	295	1	5	4,44	0,788	

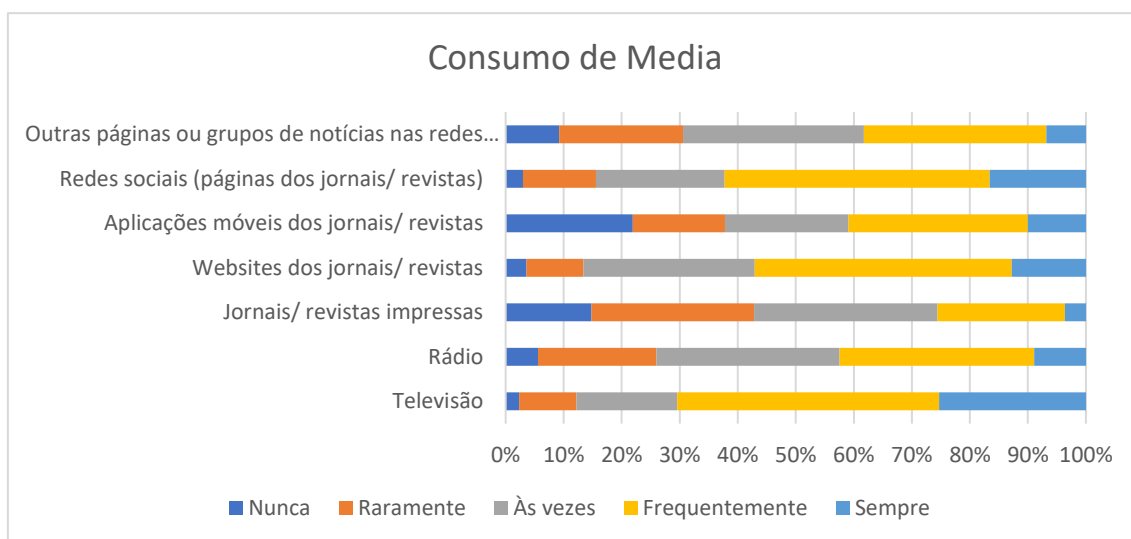
verifico se são verdadeiras ou não.							0,614
Eu decido qual a melhor informação de saúde para mim.	295	1	5	3,95	1,170		
Sou capaz de identificar se a informação de saúde está ou não adaptada à minha situação.	295	1	5	4,24	0,854		
Questiono profissionais de saúde sobre a qualidade da informação que encontro.	290	1	5	3,99	1,208		
Literacia em saúde	273	1,80	5,00	4,1758	0,62697		

4.4 Consumo de Media

O Consumo de Media foi avaliado com a escala de Wasserman and Madrid-Morales (2019), tal como se verifica na Figura 11. A maior parte dos inquiridos recebe notícias frequentemente da Televisão (45,1%), dos Websites dos jornais/revistas (44,3%) e das Redes sociais (45,7%). Nos restantes meios, o Consumo de Media não é elevado.

Figura 11

Consumo de Media (%)



Na Tabela 7 estão apresentamos os valores médios para os indicadores do Consumo de Media. A consistência interna, avaliada através do Alpha de Cronbach, considerou-se aceitável ($\alpha > 0,6$) de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter verificado a consistência interna, foi criado um índice sintético para a dimensão Consumo de Media.

Tabela 7

Valores médios de Consumo de Media (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Consumo de Media	Televisão	304	1	5	3,81	0,999	0,735
	Rádio	304	1	5	3,20	1,041	
	Jornais/ revistas impressas	304	1	5	2,72	1,077	
	Websites dos jornais/revistas	305	1	5	3,53	0,960	
	Aplicações móveis dos jornais/revistas	301	1	5	2,91	1,320	
	Redes sociais (páginas dos jornais/revistas)	302	1	5	3,6	1,002	
	Outras páginas ou grupos de notícias em redes sociais	295	1	5	3,05	1,080	
	Consumo de Media	289	1,00	5,00	3,2645	0,66393	

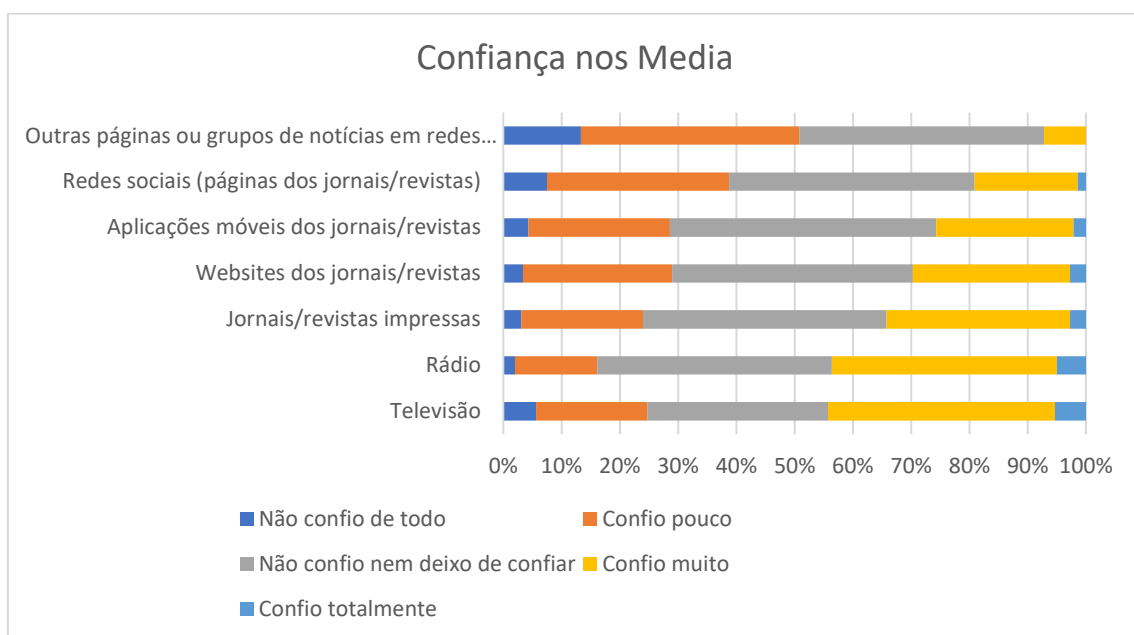
4.5 Confiança nas Fontes de Informação

A Confiança nas Fontes de Informação foi avaliada através de uma escala adaptada de Gonçalves et al. (2021), que se subdivide na Confiança nos Media (entidades) e Confiança nas Pessoas e Organizações. No total, esta escala inclui 16 itens, medidos através de uma escala cinco pontos, que varia entre “não confio de todo” e “confio totalmente”.

4.5.1 Confiança nos Media

A subdimensão Confiança nos Media é composta por sete itens, tal como se verifica na Figura 12. De um modo geral, a Confiança nos Media não é elevada. Na maioria dos itens, a resposta mais frequente foi “não confio nem deixo de confiar”, com a exceção da “Televisão”, na qual a maioria afirma confiar muito (38,9%).

Figura 12
Confiança nos Media (%)



Na Tabela 8 é possível visualizar os valores médios para os indicadores da Confiança nos Media. A consistência interna também foi avaliada através do Alpha de Cronbach, e considerou-se boa ($\alpha > 0,8$) de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter verificado a consistência interna, foi criado um índice sintético para a dimensão da Confiança nos Media.

Tabela 8

Valores médios de Confiança nos Media (N=305)

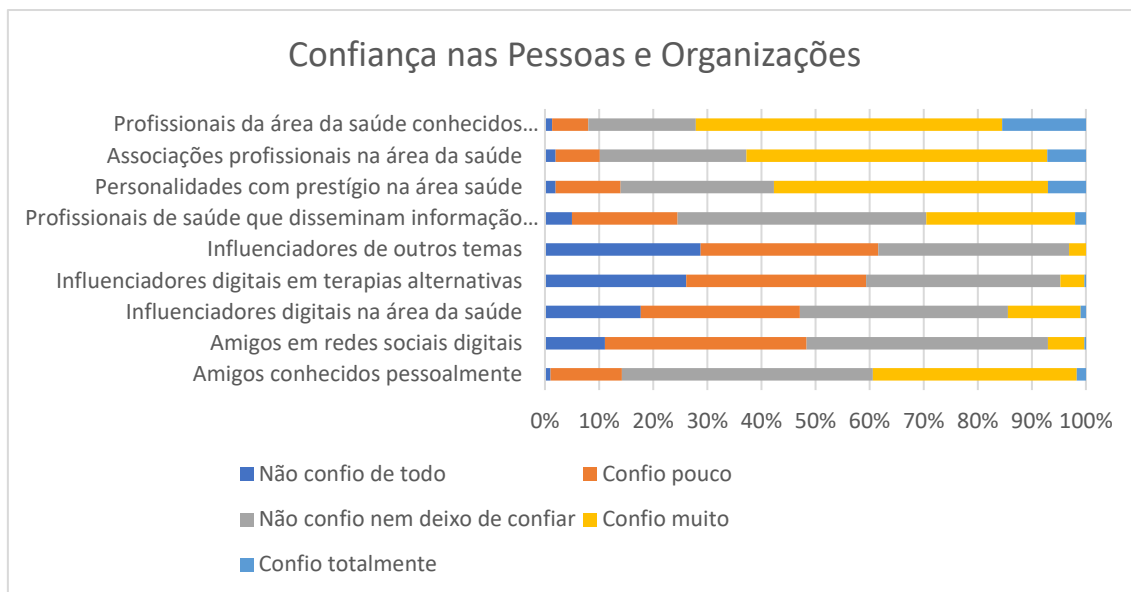
Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança nos Media	Televisão	303	1	5	3,19	0,992	0,877
	Rádio	298	1	5	3,31	0,847	
	Jornais/ revistas impressas	292	1	5	3,10	0,866	
	Websites dos jornais/revistas	293	1	5	3	0,880	
	Aplicações móveis dos jornais/revistas	280	1	5	2,95	0,858	
	Redes sociais (páginas dos jornais/revistas)	294	1	5	2,74	0,883	
	Outras páginas ou grupos de notícias em redes sociais	293	1	5	2,43	0,810	
	Confiança nos Media	260	1,00	5,00	2,9484	0,66959	

4.5.2 Confiança nas Pessoas e Organizações

A subdimensão Confiança nas Pessoas e Organizações inclui nove indicadores. De um modo geral, a Confiança nas Pessoas e Organizações também não é elevada. A maioria dos inquiridos afirma não confiar nem deixar de confiar em seis dos indicadores, à exceção de “Profissionais da área da saúde conhecidos pessoalmente” (56,6%), “Associações profissionais na área da saúde” (55,6%) e “Personalidades com prestígio na área da saúde” (50,7%), nas quais maior parte dos inquiridos afirma confiar muito, tal como se verifica na Figura 13.

Figura 13

Confiança nas Pessoas e Organizações (%)



A Tabela 9 inclui a análise descritiva da Confiança nas Pessoas e Organizações. Foi também avaliada a consistência interna, medida através do Alpha de Cronbach, que se considerou aceitável ($\alpha > 0,6$), de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter verificado a consistência interna, foi criado um Índice Sintético para a subdivisão Confiança nas Pessoas e Organizações. O indicador com a média superior é “Profissionais da área da saúde conhecidos pessoalmente”, com uma média de 3,78. Por outro lado, o indicador com média inferior é “Influenciadores de outros temas”, com uma média de 2,13.

Tabela 9

Valores médios de Confiança nas Pessoas e Organizações (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança nas Pessoas e Organizações	Amigos conhecidos pessoalmente	302	1	5	3,26	0,742	0,782
	Amigos em redes sociais digitais	298	1	5	2,48	0,792	
	Influenciadores digitais na área da saúde	299	1	5	2,51	0,967	
	Influenciadores digitais em terapias alternativas	295	1	5	2,20	0,889	
	Influenciadores de outros temas	292	1	5	2,13	0,866	
	Profissionais de saúde que disseminam informação nas redes sociais digitais	298	1	5	3,02	0,868	
	Personalidades com prestígio na área saúde	300	1	5	3,49	0,867	
	Associações profissionais na área da saúde	295	1	5	3,58	0,821	
	Profissionais da área da saúde conhecidos pessoalmente	297	1	5	3,78	0,836	

	Confiança nas Pessoas e Organizações	275	1,22	5,00	2,9362	0,51091	
--	--------------------------------------	-----	------	------	--------	---------	--

Ao analisar os índices sintéticos das duas subdimensões do determinante Confiança nas Fontes de Informação, verifica-se, na Tabela 10, que as médias da Confiança nos Media (2,9484) e da Confiança nas Pessoas e Organizações (2,9362) são bastante semelhantes e, como já foi referido, não são elevadas.

Tabela 10

Índices sintéticos das subdimensões da Confiança nas Fontes de Informação (N=305)

Subdimensões (índices)	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança nos Media	260	1,00	5,00	2,9484	0,66959	0,877
Confiança nas Pessoas e Organizações	275	1,22	5,00	2,9362	0,51091	0,782

4.6 Confiança Pública

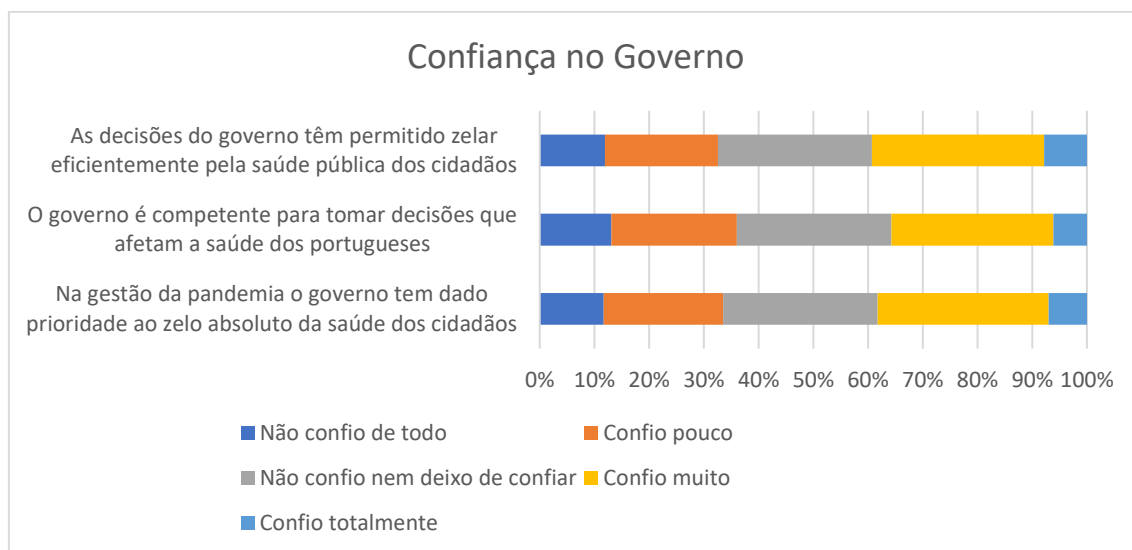
A Confiança Pública foi avaliada através de uma escala adaptada de Mohammadi et al. (2020), com 9 itens que avaliam a confiança dos cidadãos nos motivos, competência e papel do Governo, da Direção-Geral da Saúde e dos Profissionais de Saúde na gestão da pandemia.

4.6.1 Confiança no Governo

A subdimensão Confiança no Governo abrange três afirmações. Em todas as afirmações, a resposta mais frequente é “Confio muito”, contudo, as percentagens estão bastante próximas da resposta “Não confio nem deixo de confiar”, tal como se observa na Figura 14.

Figura 14

Confiança no Governo (%)



Na Tabela 11 estão discriminados os valores médios para os indicadores da Confiança no Governo. A consistência interna foi avaliada através do Alpha de Cronbach, e considerou-se boa ($\alpha > 0,8$) de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter verificado a consistência interna, foi criado um índice sintético para a dimensão da Confiança no Governo. A afirmação “As decisões do governo têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos” possui a maior média (3,03).

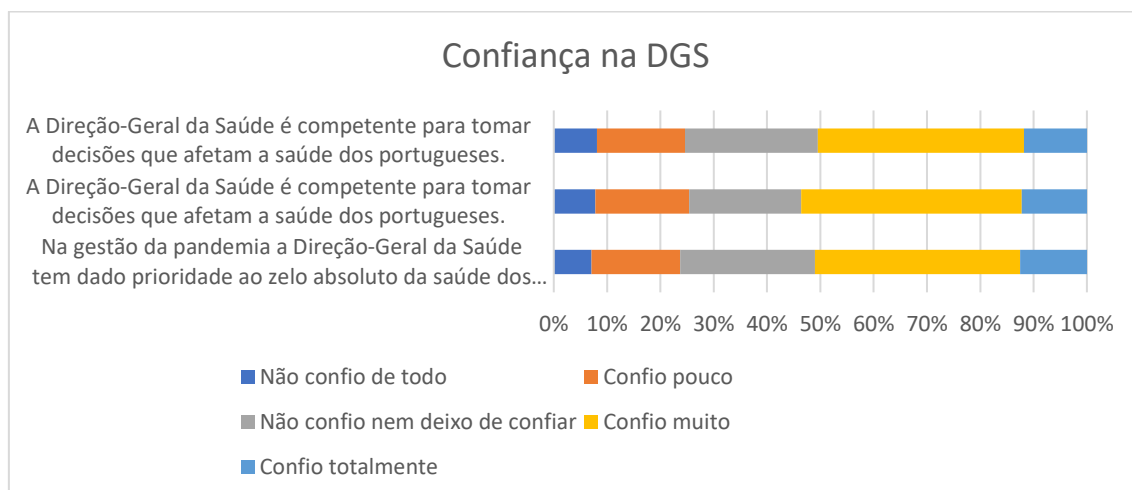
Tabela 11
Valores médias de Confiança no Governo (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança no Governo	Na gestão da pandemia o governo tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos.	298	1	5	3	1,134	0,941
	O governo é competente para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses.	297	1	5	2,93	1,137	
	As decisões do governo têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos.	295	1	5	3,03	1,146	
	Confiança no Governo	291	1,00	5,00	2,9874	1,07961	

4.6.2 Confiança na Direção-Geral da Saúde

A subdimensão Confiança na Direção-Geral da Saúde (DGS) inclui três afirmações, como demonstrado na Figura 15. Através desta análise, verifica-se que os níveis de Confiança na Direção-Geral da Saúde são relativamente elevados, tendo em conta que a maioria dos inquiridos diz, nas três afirmações, confiar muito na DGS.

Figura 15
Confiança na Direção-Geral da Saúde (%)



Na Tabela 12 estão apresentados os valores médios para os indicadores da Confiança na DGS. A consistência interna foi avaliada através do Alpha de Cronbach, e considerou-se boa ($\alpha > 0,8$) de acordo com Daud et al. (2018). Para além disso, foi criado um índice sintético para a Confiança na Direção-Geral da Saúde. De realçar que a média das três afirmações é bastante semelhante.

Tabela 12

Valores médios de Confiança na DGS (N=305)

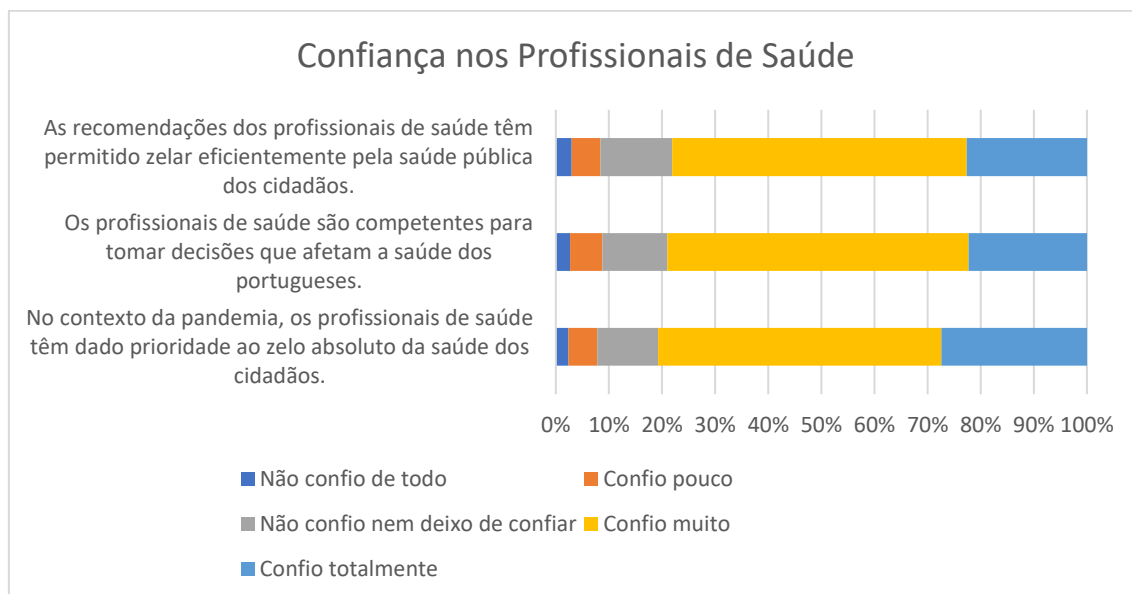
Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança na DGS	Na gestão da pandemia a Direção-Geral da Saúde tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos.	296	1	5	3,33	1,110	0,961
	A Direção-Geral da Saúde é competente para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses.	295	1	5	3,33	1,135	
	As decisões da Direção-Geral da Saúde têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos.	297	1	5	3,30	1,124	
	Confiança na DGS	293	1,00	5,00	3,3117	1,08325	

4.6.3 Confiança nos Profissionais de Saúde

A subdimensão Confiança nos Profissionais de Saúde compreende três indicadores. Os níveis de Confiança nos Profissionais de Saúde são elevados, sendo que a maioria dos inquiridos respondeu “confio muito” em todas as afirmações, tal como se verifica na Figura 16.

Figura 16

Confiança nos Profissionais de Saúde (%)



Na Tabela 13 estão apresentados os valores médios para os indicadores da Confiança nos Profissionais de Saúde. A consistência interna foi avaliada através do Alpha de Cronbach, e considerou-se boa ($\alpha > 0,8$) de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter verificado a consistência interna, foi criado um índice sintético para a dimensão da Confiança nos Profissionais de Saúde. A afirmação “No contexto da pandemia, os profissionais de saúde têm dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos” é a que apresenta a média mais alta (3,98).

Tabela 13

Valores médios de Confiança nos Profissionais de Saúde (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança nos Profissionais de Saúde	No contexto da pandemia, os profissionais de saúde têm dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos.	296	1	5	3,98	0,905	0,924
	Os profissionais de saúde são competentes para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses.	296	1	5	3,90	0,908	
	As recomendações dos profissionais de saúde têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos.	296	1	5	3,89	0,918	
	Confiança nos Profissionais de Saúde	296	1,00	5,00	3,9234	0,84826	

A Tabela 14 inclui os índices sintéticos das três subdimensões da Confiança Pública, verificando-se que a Confiança nos Profissionais de Saúde apresenta a média mais alta (3,9234) e a Confiança no Governo a média mais baixa (2,9874).

Tabela 14

Índices sintéticos das subdimensões da Confiança Pública (N=305)

Subdimensões (índices)	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Confiança no Governo	291	1,00	5,00	2,9874	1,07961	0,941
Confiança na DGS	293	1,00	5,00	3,3117	1,08325	0,961
Confiança nos Profissionais de Saúde	296	1,00	5,00	3,9234	0,84826	0,924

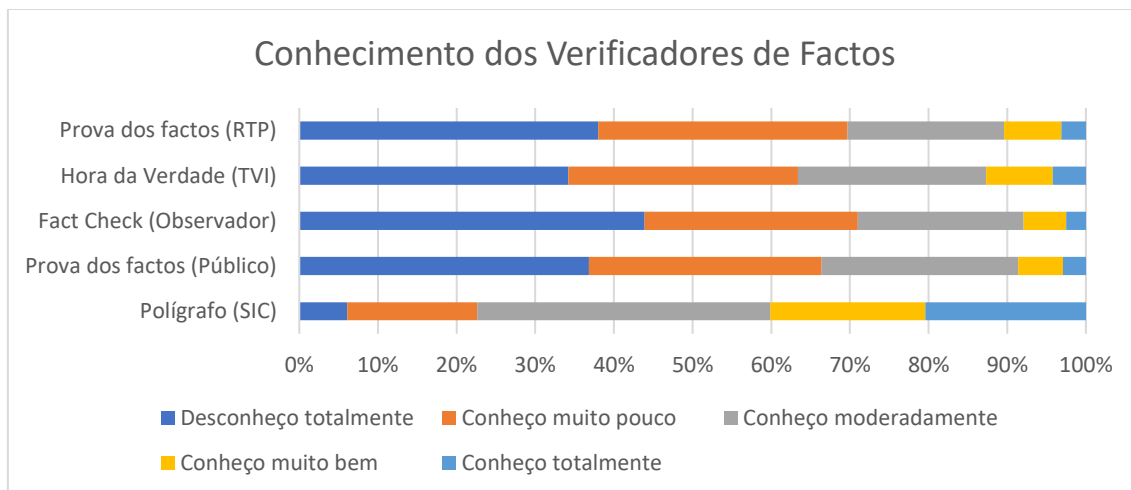
4.7 Consciência da Existência de Verificadores de Factos

A Consciência da Existência de Verificadores de Factos foi avaliada recorrendo a duas escalas, uma que avalia o conhecimento dos verificadores de factos e outra que avalia o acompanhamento dos verificadores de factos existentes em Portugal. De um modo geral, o nível de Consciência da

Existência de Verificadores de Factos é baixo. Tal como se verifica na Figura 17, a maioria dos inquiridos afirma desconhecer totalmente a Prova dos Factos do Público (36,8%), o Fact Check do Observador (43,9%), a Hora da Verdade (34,2%) e a Prova dos Factos da RTP (38%). Relativamente ao Polígrafo, a maioria dos inquiridos diz conhecer moderadamente (37,3%).

Figura 17

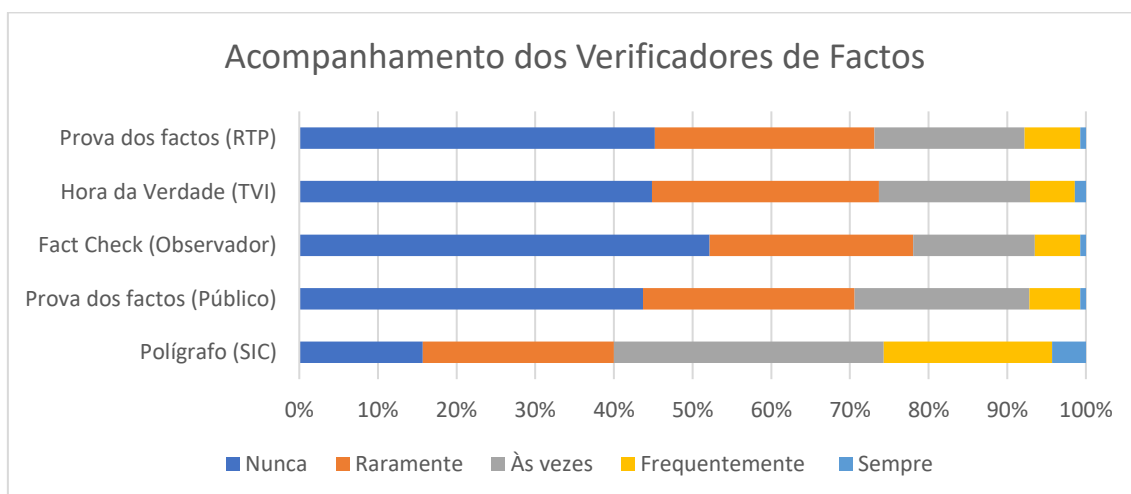
Consciência da existência de verificadores de factos: Conhecimento (%)



No que diz respeito ao acompanhamento dos verificadores de factos, por conseguinte, a maioria dos inquiridos diz nunca acompanhar a Prova dos Factos do Público (43,7%), o Fact Check do Observador (52,2%), a Hora da Verdade (44,8%) e a Prova dos Factos da RTP (45,2%). O Polígrafo é o único verificador de factos que a maioria dos inquiridos diz acompanhar às vezes (34,3%), tal como se verifica na Figura 18.

Figura 18

Consciência da existência de verificadores de factos: Acompanhamento (%)



A Tabela 15 inclui a análise descritiva da Consciência da existência de Verificadores de Factos: Conhecimento. Foi também avaliada a consistência interna, medida através do Alpha de Cronbach, que se considerou aceitável ($\alpha > 0,6$), de acordo com Daud et al. (2018). Após se ter

verificado a consistência interna, foi criado um índice sintético para a dimensão do Conhecimento dos verificadores de factos. O Polígrafo (SIC) é o indicador com a média mais alta (3,32).

Tabela 15

Valores médios da Consciência da Existência dos Verificadores de Factos: Conhecimento (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Consciência da Existência dos Verificadores de Factos: Conhecimento	Polígrafo (SIC)	279	1	5	3,32	1,151	0,749
	Prova dos factos (Público)	280	1	5	2,09	1,049	
	Fact Check (Observador)	280	1	5	1,95	1,045	
	Hora da Verdade (TVD)	284	1	5	2,19	1,125	
	Prova dos factos (RTP)	287	1	5	2,06	1,074	
	Verificadores de Factos: Conhecimento	266	1,00	5,00	2,3195	0,76666	

Na Tabela 16 pode verificar-se a análise descritiva da Consciência da existência de Verificadores de Factos: Acompanhamento. Foi também avaliada a consistência interna, medida através do Alpha de Cronbach, que se considerou aceitável ($\alpha > 0,6$), de acordo Daud et al. (2018). Foi também criado um índice sintético para a dimensão do Acompanhamento dos verificadores de factos. Tal como se observa na Tabela 13, o Polígrafo (SIC) é, mais uma vez, o indicador com a média mais alta (2,74).

Tabela 16

Valores médios da Consciência da Existência dos Verificadores de Factos: Acompanhamento (N=305)

Índice	Indicadores	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Consciência da Existência dos Verificadores de Factos: Acompanhamento	Polígrafo (SIC)	280	1	5	2,74	1,093	0,750
	Prova dos factos (Público)	279	1	5	1,94	0,991	
	Fact Check (Observador)	278	1	5	1,77	0,960	
	Hora da Verdade (TVD)	281	1	5	1,90	0,995	
	Prova dos factos (RTP)	283	1	5	1,90	0,992	
	Verificadores de Factos: Acompanhamento	266	1,00	4,80	2,0496	0,71191	

A Tabela 17 inclui os índices sintéticos dos Verificadores de Factos: Conhecimento e Verificadores de Factos: Acompanhamento. Verifica-se que a média do Conhecimento (2,3195) é superior à do Acompanhamento (2,0496), sendo que nenhuma é elevada.

Tabela 17

Índices sintéticos da Consciência da Existência de Verificadores de Factos (N=305)

Subdimensões (índices)	N	Mín	Máx	Média	Desvio-padrão	Alpha de Cronbach
Verificadores de Factos: Conhecimento	266	1,00	5,00	2,3195	0,76666	0,749
Verificadores de Factos: Acompanhamento	266	1,00	4,80	2,0496	0,71191	0,750

5 Capacidade Para Detetar Notícias Falsas

Para avaliar a capacidade para detetar notícias falsas, tal como já foi mencionado na secção 3.4 os inquiridos tiveram de identificar, de 12 notícias retiradas do website Polígrafo, seis notícias verdadeiras e seis notícias falsas, que foram apresentadas no inquérito por questionário de forma aleatória.

Tendo em conta que os inquiridos tinham quatro opções de resposta (“falsa”, “provavelmente falsa”, “provavelmente verdadeira” e “verdadeira”), a avaliação da capacidade para detetar notícias falsas foi feita da seguinte forma: atribuição de 1 ponto quando a resposta está totalmente correta, 0,5 pontos quando está parcialmente correta e 0 pontos quando está errada. As notas inequívocas obtidas estão apresentadas na Tabela 18 por ordem crescente, juntamente com as frequências e percentagens, sendo que a nota máxima possível é 12 pontos. Verifica-se que, de um modo geral, as pontuações são baixas, sendo a nota mais frequente 4 pontos (12,13%) e 5 pontos (10,49%).

Tabela 18

Notas inequívocas da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas (N=305)

Nota Inequívoca	N	%
0	19	6,23%
0,5	3	0,98%
1	5	1,64%
1,5	9	2,95%
2	16	5,25%
2,5	20	6,56%
3	12	3,93%
3,5	25	8,20%
4	37	12,13%
4,5	26	8,52%
5	32	10,49%
5,5	24	7,87%
6	23	7,54%
6,5	16	5,25%
7	15	4,92%
7,5	12	3,93%
8	3	0,98%
8,5	1	0,33%
9	4	1,31%
11	3	0,98%
Total	305	100

Com base na avaliação em pontos, foi efetuado um diagnóstico geral, dividido por escalões, de “muito insuficiente” a “muito bom”, tal como se verifica na Tabela 19, na qual está apresentada a caracterização descritiva dos resultados. Como já foi referido, as notas são, de um modo geral, bastante baixas, sendo que aproximadamente 75% dos inquiridos obteve uma classificação de “muito insuficiente” ou “insuficiente”.

Tabela 19

Caracterização descritiva da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas (N=305)

Contagens	N	%
Muito Insuficiente (<19%)	52	17,05
Insuficiente (20% a 49%)	176	57,70
Suficiente (50% a 69%)	69	22,62
Bom (70% a 89%)	5	1,64
Muito Bom (90% a 100%)	3	0,98
Total	305	100

Analizamos os desvios em relação à média da nota final da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas para as características demográficas consideradas neste estudo. Foram também realizados testes estatísticos para perceber se existem diferenças estatisticamente significativas, nomeadamente o teste *t*-Student para duas variáveis de agrupamento e o teste de Kruskal-Wallis para mais do que duas variáveis de agrupamento.

Relativamente ao Sexo, tal como se verifica na Figura 19, a média é ligeiramente mais elevada no sexo masculino (0,3713) do que no sexo feminino (0,3627), contudo, não se verifica uma diferença estatisticamente significativa ($t(135)=0,341$; $p=0,734$).

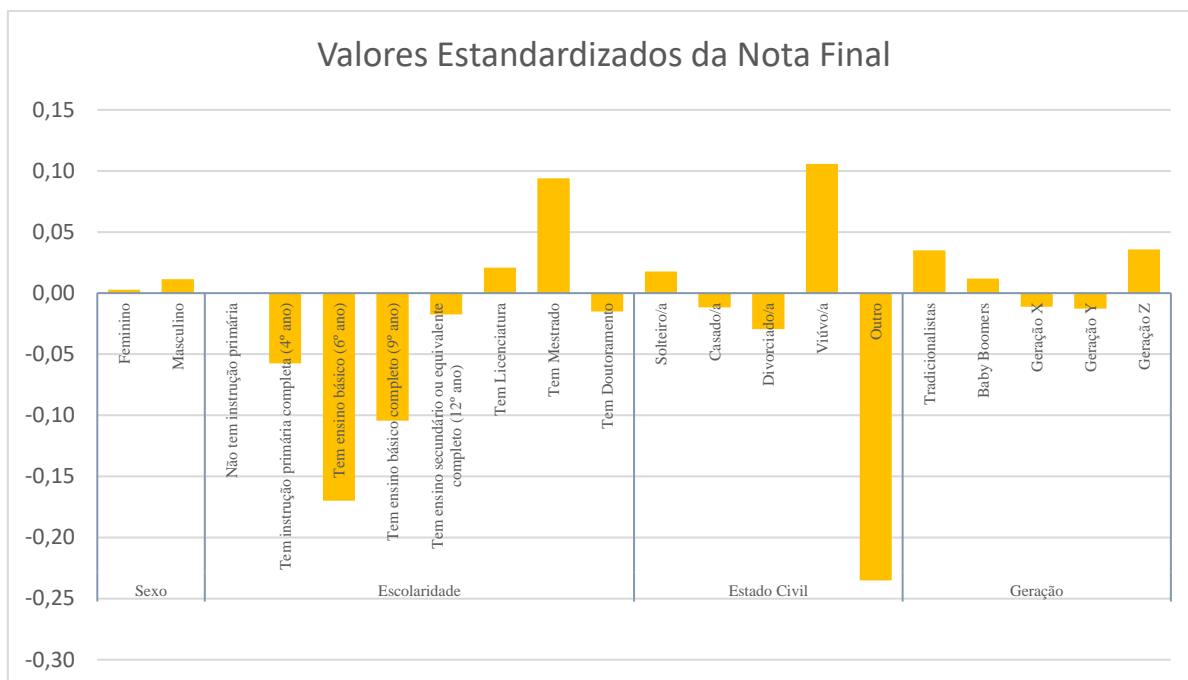
No que diz respeito à Escolaridade, existe uma diferença estatisticamente significativa ($H(6)=21,818$; $p=0,001$), sendo que os inquiridos com licenciatura e, sobretudo, os inquiridos com mestrado possuem uma nota acima da média. Daqui conclui-se que os inquiridos com níveis de escolaridade mais baixos, possuem também notas mais baixas, ou seja, menor capacidade para detetar notícias falsas, com exceção daqueles que têm doutoramento, que também obtiveram pontuações abaixo da média.

Em relação ao Estado Civil, também se verifica uma diferença estatisticamente significativa ($H(4)=14,065$; $p=0,007$), sendo que os inquiridos com a pontuação acima da média são os solteiros e, sobretudo, os viúvos. Por oposição, os casados, divorciados e “outro” estado civil obtiveram pontuações abaixo da média.

Relativamente às Gerações, existe uma ligeira tendência para a Geração X e a Geração Y terem um desempenho inferior à média, existindo também uma tendência para os Tradicionalistas, Baby Boomers e Geração Z terem pontuações superiores à média, contudo, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa ($H(4)=5,095$; $p=0,278$).

Figura 19

Nota final da avaliação da capacidade para detetar notícias falsas por sexo, escolaridade, estado civil e geração



5.1 Religiosidade

Para avaliar se a Religiosidade é um determinante da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, foi realizado o teste de Kruskal-Wallis, que permite perceber se existem diferenças estatisticamente significativas.

A Tabela 20 inclui a média da Religiosidade (2,21) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,12). Considerando a amostra total, verifica-se que não existe diferença estatisticamente significativa ($H(4)=5,587; p=0,232$) entre o grau de Religiosidade e a capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões de diagnóstico).

Tabela 20

Valores médios da Religiosidade e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas

	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Com que regularidade frequenta ou participa em atividades religiosas?	297	1	8	2,21	1,287
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	305	1	5	2,12	0,734

Através na Tabela 21 pode constatar-se que as notas mais frequentes no determinante Religiosidade, considerando a amostra total, são, por esta ordem: Insuficiente, Muito insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom.

Tabela 21

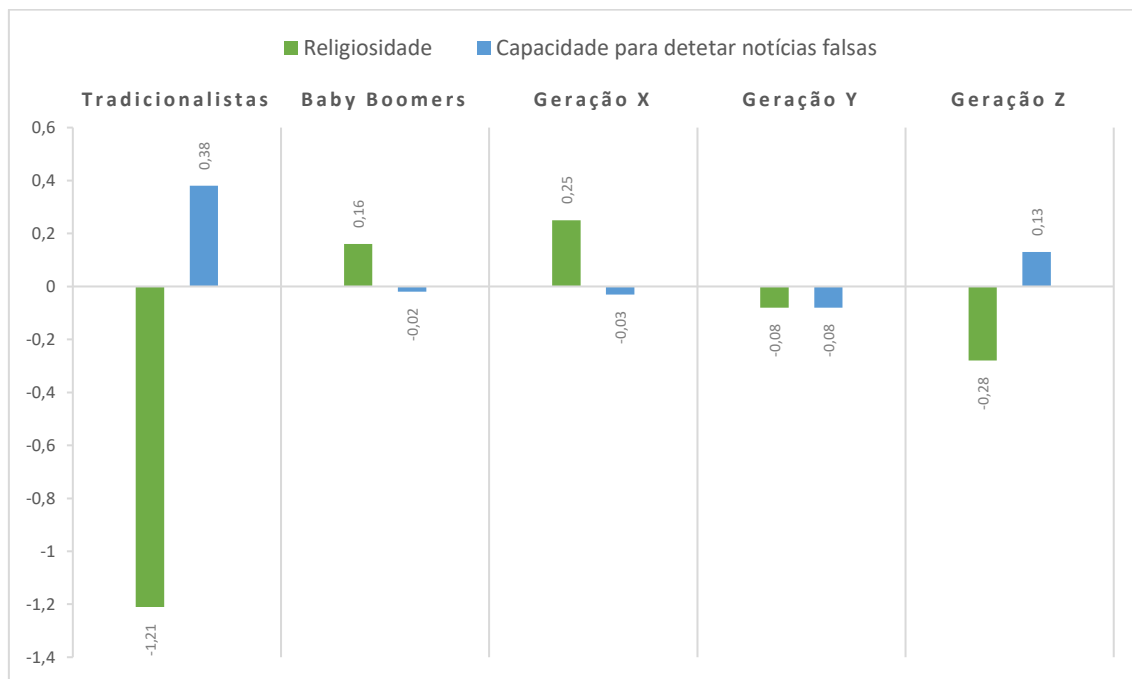
Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Religiosidade

	Diagnóstico final	N	Posto médio
Com que regularidade frequenta ou participa em atividades religiosas?	Muito Insuficiente	50	153,77
	Insuficiente	171	153,86
	Suficiente	68	139,10
	Bom	5	111,60
	Muito Bom	3	79,33
	Total	297	

De forma a analisar as diferenças estatísticas no grau de Religiosidade relativamente à capacidade de identificar notícias falsas por gerações foi introduzido um *slip file* com a variável das gerações e realizado novamente o teste de Kruskal-Wallis.

Figura 20

Valores estandardizados para Religiosidade e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações



Relativamente à geração Tradicionalistas, tal como se pode observar na Figura 20 e na Tabela 22, constata-se que a média de Religiosidade é 1,00, a mais baixa de todas as gerações (efetivamente

abaixo da média geral), e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,50, a mais alta entre as cinco gerações, sendo que diz respeito a apenas dois inquiridos. Considerando apenas os Tradicionalistas, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa ($H(1)=0,000$; $p=1,000$) entre o grau de Religiosidade e os escalões diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

No que diz respeito aos *Baby Boomers*, a média de Religiosidade (2,37) é relativamente superior à da geração anterior e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,10) é inferior. O teste evidencia que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=0,181$; $p=0,981$) entre o grau de Religiosidade e os escalões do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas nos *Baby Boomers*.

Na Geração X e, mais uma vez, a média de religiosidade (2,46) é superior às das gerações anteriores, e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,09, ligeiramente inferior à dos *Baby Boomers*. Na Geração X também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=1,637$; $p=0,651$) na distribuição das médias de Religiosidade pelos diferentes escalões de diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas.

Relativamente à Geração Y verifica-se que a média da religiosidade é 2,13 e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,04, sendo esta a mais baixa de todas as gerações analisadas. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que, mais uma vez, não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=3,600$; $p=0,463$) entre o determinante Religiosidade relativamente ao diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas, na Geração Y.

Por último, na Geração Z verifica-se que a média de religiosidade é de 1,93, sendo a segunda mais baixa de todas as gerações e a média de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é de 2,25, a segunda mais alta de todas as gerações. Na Geração Z também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=3,696$; $p=0,449$) entre o determinante Religiosidade e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Assim sendo, constata-se que não existem diferenças significativas entre gerações relativamente à influência que o grau de religiosidade tem sobre a capacidade de identificar notícias falsas.

Tabela 22

Valores médios de Religiosidade e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações

		N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Tradicionalistas	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	2	1	8	1,00	0,000
	Diagnóstico final	2	1	5	2,50	0,707

Baby Boomers	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	19	1	8	2,37	1,212
	Diagnóstico final	20	1	5	2,10	0,788
Geração X	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	102	1	8	2,46	1,513
	Diagnóstico final	106	1	5	2,09	0,697
Geração Y	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	89	1	8	2,13	1,036
	Diagnóstico final	90	1	5	2,04	0,778
Geração Z	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	82	1	8	1,93	1,142
	Diagnóstico final	84	1	5	2,25	0,709

Desta forma, apesar de as duas gerações que apresentam menor média de religiosidade serem também as que apresentam valores médios mais altos de diagnóstico na capacidade para detetar notícias falsas (Tradicionalistas e Geração Z), não existem diferenças estaticamente significativas entre o determinante Religiosidade e a capacidade para detetar notícias falsas, e por isso, rejeita-se a hipótese nula, que enuncia que níveis mais elevados de religiosidade tendem a originar menor capacidade para identificar notícias ou informação falsa (**H1**). Esta conclusão opõe-se a Robertson and Dyrendal (2018), que afirmaram que uma maior assiduidade na prática religiosa pode impulsionar uma maior crença em informação falsa. Contradiz-se ainda os resultados apontados por Buturoiu et al. (2021), que demonstraram que um grau elevado de religiosidade está associado a uma maior predisposição para acreditar em teorias da conspiração, nomeadamente sobre vacinas contra a COVID-19.

5.2 Literacia em Saúde

Para avaliar se a Literacia em Saúde é um determinante da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, foi usado o mesmo método do ponto anterior, realizando o teste de Kruskal-Wallis, e usando o Índice Sintético da Literacia em Saúde.

Na Tabela 23, verifica-se que a média da Literacia em Saúde é 4,18 e que a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,12. Considerando a amostra total, verifica-se que não existe diferença estatisticamente significativa ($H(4)=1,290$; $p=0,863$) entre o grau de Literacia em Saúde e a capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões de diagnóstico final).

Tabela 23

Valores médios da Literacia em Saúde e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas

	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Literacia em Saúde	273	1	5	4,18	0,627
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	305	1	5	2,12	0,734

Através da Tabela 24, observa-se que as notas mais frequentes no determinante Literacia em Saúde, considerando a amostra total, são, por esta ordem: Bom, Suficiente, Muito Bom, Insuficiente, Muito Insuficiente.

Tabela 24

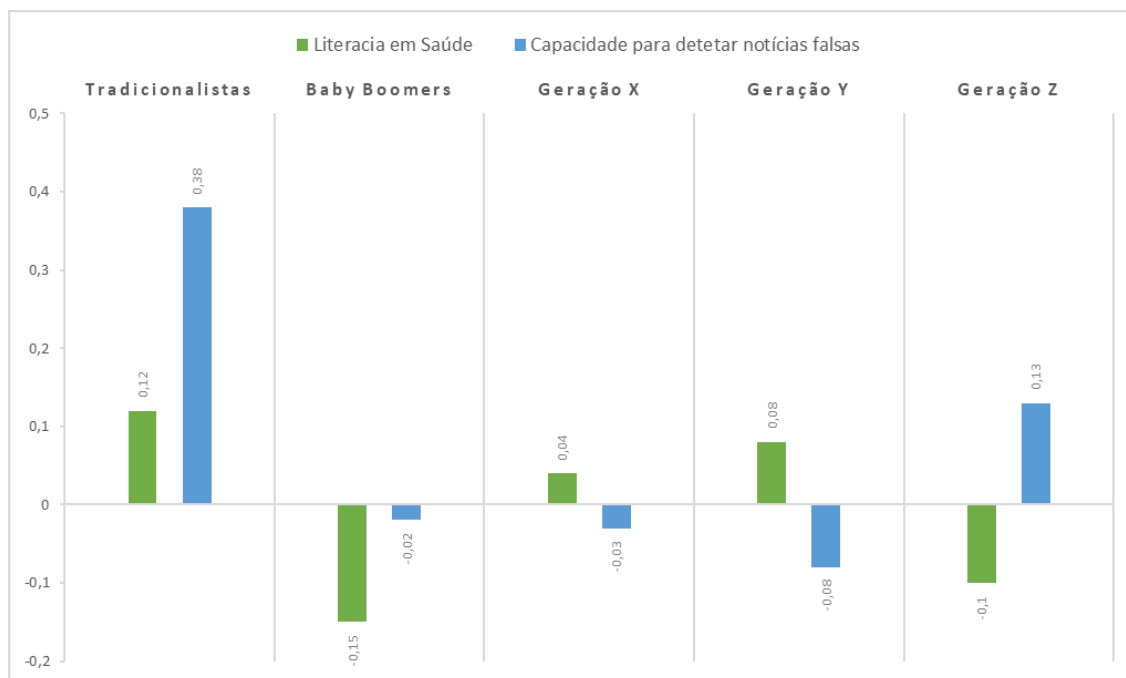
Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Literacia em Saúde

	Diagnóstico final	N	Posto médio
Literacia em Saúde	Muito Insuficiente	37	132,04
	Insuficiente	162	134,54
	Suficiente	67	143,90
	Bom	4	163,50
	Muito Bom	3	141,67
	Total	273	

De forma a analisar as diferenças estatísticas no grau de Literacia em Saúde relativamente à capacidade de identificar notícias falsas, por gerações, foi introduzido um *slip file* com a variável das gerações e realizado novamente o teste de Kruskal-Wallis.

Figura 21

Valores estandardizados para Literacia em Saúde e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações



Relativamente à geração Tradicionalistas, constata-se na Figura 21 e na Tabela 25 que a média de Literacia em Saúde é 4,30, o que é relativamente elevado, e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,50, as duas médias mais elevadas de entre as cinco gerações. No entanto, é importante referir que esta geração inclui apenas dois inquiridos. Considerando apenas os Tradicionalistas, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa ($H(1)=1,000$; $p=0,317$) entre a Literacia em Saúde e a capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões de diagnóstico)

No que diz respeito aos *Baby Boomers*, a média da Literacia em Saúde (4,03) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,10) são inferiores à da Geração anterior. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(2)=0,953$; $p=0,621$) entre o grau de Literacia em Saúde e a capacidade para detetar notícias falsas nos *Baby Boomers*.

Relativamente à Geração X a média da Literacia em Saúde (4,22) é superior à da geração anterior. Na Geração X também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=2,224$; $p=0,527$) entre o grau de Literacia em Saúde e os escalões do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

As médias da Geração Y, que são semelhantes aos da geração anterior, sendo que a média da Literacia em Saúde é 4,26 e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,04, a mais baixa de entre todas as gerações. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que, mais uma

vez, não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=6,219$; $p=0,183$) na distribuição das médias de Literacia em Saúde entre os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões de diagnóstico) na Geração Y.

Por último, na Geração Z, verifica-se que esta geração apresenta a segunda média de Literacia em Saúde mais baixa de entre as cinco gerações (4,08) e a segunda média mais alta do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,25). Na Geração Z também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=2,751$; $p=0,600$) entre a Literacia em Saúde e a capacidade para detetar notícias falsas.

Tabela 25

Valores médios de Literacia em Saúde e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações

		N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Tradicionalistas	Literacia em Saúde	2	1	5	4,30	0,141
	Diagnóstico final	2	1	5	2,50	0,707
Baby Boomers	Literacia em Saúde	16	1	5	4,03	0,692
	Diagnóstico final	20	1	5	2,10	0,788
Geração X	Literacia em Saúde	95	1	5	4,22	0,606
	Diagnóstico final	106	1	5	2,09	0,697
Geração Y	Literacia em Saúde	83	1	5	4,26	0,609
	Diagnóstico final	90	1	5	2,04	0,778
Geração Z	Literacia em Saúde	76	1	5	4,08	0,613
	Diagnóstico final	84	1	5	2,25	0,709

Assim sendo, apesar de a geração que tem a média mais alta de Literacia em Saúde ser também a geração com a maior média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (Tradicionalistas), os valores das médias são bastante semelhantes em todas as gerações e não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a Literacia em Saúde e a capacidade para detetar notícias falsas. Desta forma, rejeita-se a hipótese nula, que diz que níveis mais elevados de literacia em saúde tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa (**H2**). Estes resultados não vão ao encontro do que foi afirmado por Apfel and Tsouros (2013), que reportam que numa sociedade complexa, na qual os indivíduos estão cada vez mais expostos a desinformação, nomeadamente sobre saúde, a literacia em saúde assume um papel cada vez mais preponderante, visto que, apesar dos inquiridos desta investigação apresentarem nível relativamente elevados de literacia em saúde, a sua capacidade para detetar notícias ou informação falsa é diminuta. Contudo, tal como Montagni et al. (2021) afirmaram, uma possível justificação pode ser o facto de as perguntas sobre literacia em saúde serem

relativamente fáceis, ou seja, mesmo as pessoas com níveis baixos de literacia poderiam fornecer boas repostas.

5.3 Consumo de Media

Para avaliar se o Consumo de Media é um determinante da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, foi realizado o teste de Kruskal-Wallis, usando o índice sintético do Consumo de Media.

Na Tabela 26 verifica-se que a média do Consumo de Media é 3,26. Considerando a amostra total, verifica-se que não existe diferença estatisticamente significativa ($H(4)=2,162$; $p=0,706$) entre o determinante Consumo de Media e a capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões de diagnóstico).

Tabela 26

Valores médios do Consumo de Media e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas

	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Consumo de Media	273	1	5	3,26	0,664
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	305	1	5	2,12	0,734

Através da Tabela 27 verifica-se que as notas mais frequentes no Consumo de Media são, por esta ordem: Bom, Suficiente, Insuficiente, Muito Insuficiente, Muito Bom.

Tabela 27

Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Consumo de Media

	Diagnóstico final	N	Posto médio
Consumo de Media	Muito Insuficiente	48	134,71
	Insuficiente	167	147,28
	Suficiente	66	147,47
	Bom	5	163,70
	Muito Bom	3	97,00
	Total		289

O determinante Consumo de Media carece de uma análise mais detalhada, dado que o índice sintético não revela todas as informações que permitam tirar as conclusões necessárias. Assim sendo, foram analisados os indicadores deste determinante e realizado o teste de Kruskal-Wallis, considerando a amostra total, que revelou uma diferença estatisticamente significativa no

indicador “Televisão” ($H(4)=15,391$; $p=0,004$), que indica que as pessoas que vêm televisão com mais frequência têm tendência a ter um bom desempenho no diagnóstico da capacidade para identificar notícias falsas (consultar Apêndice D).

De forma a analisar as diferenças geracionais, foi introduzido um *slip file* com a variável das gerações e realizado novamente o teste de Kruskal-Wallis.

A Tabela 28 apresenta a análise descritiva resumida dos indicadores do Consumo de Media, divididos por gerações², revelando que os Tradicionalistas apresentam médias maiores em quase todos os indicadores, com exceção da “Rádio” e das “Aplicações móveis dos jornais/revistas”. Esta geração é também a que apresenta a média maior do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,50), seguida da Geração Z (2,25). Importa referir que as médias das gerações são, no geral, semelhantes.

O teste de Kruskal-Wallis revelou diferenças estatisticamente significativas na Geração X, no indicador “Televisão” ($H(3)=9,469$; $p=0,024$), o que nos indica que é nesta geração que se inserem as pessoas que vêm televisão com mais frequência e que têm tendência a ter um bom desempenho no diagnóstico da capacidade para identificar notícias falsas. Importa referir que o teste revelou também diferenças estatisticamente significativas na Geração Y e na Geração Z, que dizem respeito a apenas um caso e, por isso, são considerados valores outliers e não vão ser tidos em conta nesta análise³.

Tabela 28

Valores médios dos indicadores do Consumo de Media e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações

Indicadores	Tradicionalistas	Baby Boomers	Geração X	Geração Y	Geração Z
Televisão	4,50	4,20	3,80	3,68	3,87
Rádio	2,50	3,05	3,39	3,39	2,83
Jornais/ revistas impressas	4,00	3,30	2,90	2,81	2,26
Websites dos jornais/revistas	4,00	3,40	3,39	3,57	3,70
Aplicações móveis dos jornais/revistas	2,50	2,45	3,14	3,04	2,61
Redes sociais (páginas dos jornais/revistas)	4,00	3,16	3,33	3,57	4,10
Outras páginas ou grupos de notícias em redes sociais	3,50	2,84	3,04	3,13	3,04
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	2,5	2,10	2,09	2,04	2,25

² A tabela completa encontra-se no Apêndice D

³ A tabela com as estatísticas dos testes encontra-se no Apêndice D

Desta forma, tendo em conta que o teste de Kruskal-Wallis revelou que as pessoas que vêm televisão com mais frequência têm tendência a ter um “Bom” no desempenho no diagnóstico da capacidade para identificar notícias falsas e não mostrou nenhuma diferença estatisticamente significativa em relação às pessoas que recebem informações mais frequentemente da Internet, rejeita-se a hipótese nula, que diz que as pessoas que obtêm mais informação através da televisão, em detrimento da Internet, têm menos capacidade para identificar notícias falsas (**H3**). Estes resultados argumentam contra o que foi concluído por Wasserman and Madrid-Morales (2019), tendo em conta que os autores revelaram que os indivíduos que mais recebem notícias através da Internet ou através da leitura de jornais demonstram maior consciência de exposição a notícias ou informação falsa e o consumo de notícias televisivas surge associado a uma menor perceção de exposição a notícias falsas.

5.4 Confiança nas Fontes de Informação

Para avaliar se a Confiança nas Fontes de Informação é um determinante da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, foi realizado o teste de Kruskal-Wallis, que permite perceber se existem diferenças estatisticamente significativas.

A Tabela 29 revela que a média da Confiança nas Fontes de Informação é 2,95. Considerando a amostra total, verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=9,032$; $p=0,060$) entre o determinante Confiança nas Fontes de Informação e a capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões do diagnóstico).

Tabela 29

Valores médios da Confiança nas Fontes de Informação e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas

	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Confiança nas Fontes de Informação	241	1	5	2,95	0,506
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	305	1	5	2,12	0,734

Através da Tabela 30 pode observar-se que as notas mais frequentes no determinante Confiança nas Fontes de Informação são, por esta ordem: Muito Bom, Bom, Suficiente, Insuficiente, Muito Insuficiente.

Tabela 30

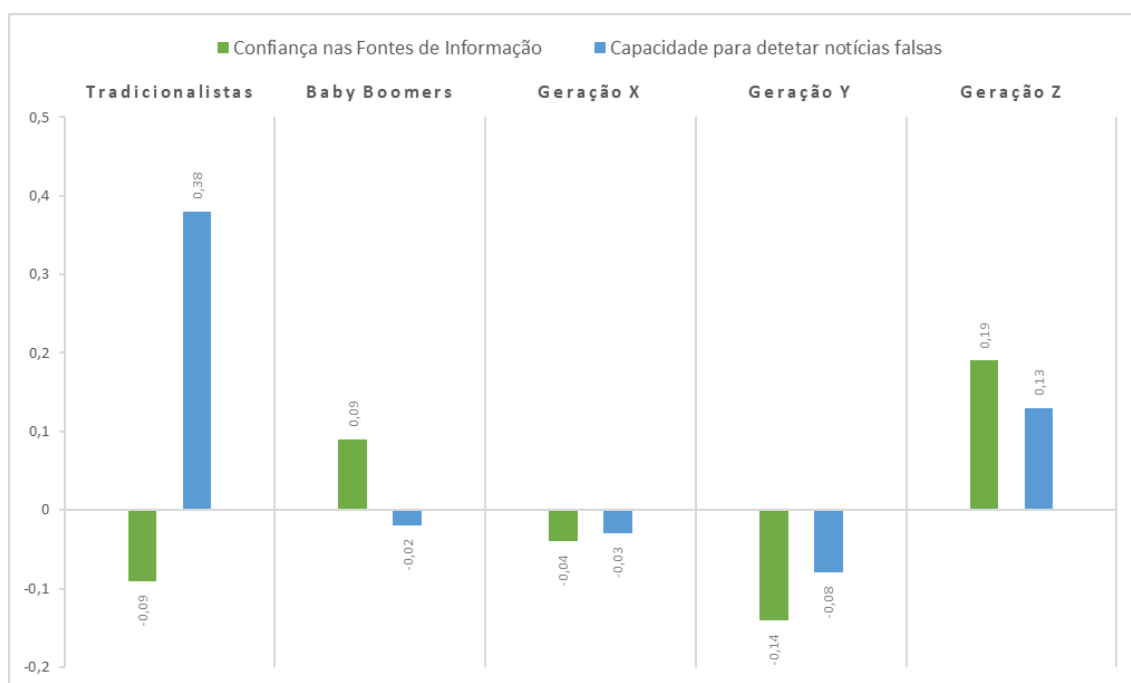
Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Confiança nas Fontes de Informação

	Diagnóstico final	N	Posto médio
Confiança nas Fontes de Informação	Muito Insuficiente	42	99,81
	Insuficiente	140	119,25
	Suficiente	53	138,72
	Bom	5	146,30
	Muito Bom	1	190,00
	Total		241

De forma a analisar as diferenças geracionais, foi introduzido um *slipt file* com a variável das gerações e realizado novamente o teste de Kruskal-Wallis.

Figura 22

Valores estandardizados para Confiança nas Fontes de Informação e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações



Relativamente à geração Tradicionalistas, constata-se na Figura 22 e na Tabela 31 que a média Confiança nas Fontes de Informação é 2,96 e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,50. Considerando apenas os Tradicionalistas, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa ($H(1)=1,000; p=0,317$) entre as médias de Confiança nas Fontes de Informação e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas. No entanto, é importante referir que esta geração inclui apenas dois inquiridos.

No que diz respeito aos *Baby Boomers*, a média da Confiança nas Fontes de Informação (3,04) é ligeiramente superior à da geração anterior e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,10) é inferior. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=7,176$; $p=0,066$) na distribuição das médias de Confiança nas Fontes de Informação entre os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (medida através dos escalões de diagnóstico) nos *Baby Boomers*.

Relativamente à Geração X, a média da Confiança nas Fontes de Informação (2,91) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,09) são ligeiramente inferiores às médias da geração anterior. Na Geração X também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(2)=1,146$; $p=0,564$) entre as médias da Confiança nas Fontes de Informação e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Os dados relativos à Geração Y, indicam que esta geração apresenta médias mais baixas que as das gerações anteriores, sendo que a média da Confiança nas Fontes de Informação é 2,81, a mais baixa de entre as cinco gerações, e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,04. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que, mais uma vez, não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=6,150$; $p=0,188$) entre as médias da Confiança nas Fontes de Informação entre os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas na geração em análise.

Por último, relativamente à Geração Z, verifica-se que esta geração apresenta a média de Confiança nas Fontes de Informação (3,14) mais elevada de todas as gerações. Na Geração Z, o teste de Kruskal-Wallis revelou que existem diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=7,987$; $p=0,046$) na distribuição das médias de Confiança nas Fontes de Informação entre os escalões do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas, que diz apenas respeito a um caso, portanto não o vamos considerar nesta análise (consultar Apêndice E).

Tabela 31

Valores médios da Confiança nas Fontes de Informação e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações

		N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Tradicionalistas	Confiança nas Fontes de Informação	2	1	5	2,86	0,196
	Diagnóstico final	2	1	5	2,50	0,707
Baby Boomers	Confiança nas Fontes de Informação	13	1	5	3,04	0,468
	Diagnóstico final	20	1	5	2,10	0,788
Geração X	Confiança nas Fontes de Informação	87	1	5	2,91	0,504
	Diagnóstico final	106	1	5	2,09	0,697

Geração Y	Confiança nas Fontes de Informação	72	1	5	2,81	0,517
	Diagnóstico final	90	1	5	2,04	0,778
Geração Z	Confiança nas Fontes de Informação	66	1	5	3,14	0,465
	Diagnóstico final	84	1	5	2,25	0,709

Tendo em conta que, considerando a amostra total, bem como a divisão por gerações, não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a Confiança nas Fontes de Informação e a capacidade para detetar notícias falsas, rejeita-se a hipótese nula que diz níveis mais baixos de confiança nas fontes de informação tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa (**H4**). Estes resultados contradizem o estudo de Wasserman and Madrid-Morales (2019) que, ao avaliarem confiança em organizações noticiosas nacionais, locais e internacionais, e em sites de redes sociais, revelaram que, na África do Sul, aqueles que percebem que estão mais expostos a informação falsa, são também os que relatam níveis mais baixos de confiança nos media.

5.5 Confiança Pública

Para avaliar se a Confiança Pública é um determinante da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, foi realizado o teste de Kruskal-Wallis, que permite perceber se existem diferenças estatisticamente significativas.

Na Tabela 32 verifica-se que a média da Confiança Pública é 3,40. Considerando a amostra total, verifica-se existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=27,016$; $p=<0,001$) entre o determinante Confiança Pública e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas, que indica que pessoas com maior nível de Confiança Pública têm tendência para terem melhores resultados no diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (consultar Tabela 33)

Tabela 32

Valores médios da Confiança Pública e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas

	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Confiança Pública	284	1	5	3,40	0,881
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	305	1	5	2,12	0,734

Através da Tabela 33 pode constatar-se que as notas mais frequentes no determinante Confiança Pública são, por esta ordem: Muito Bom, Suficiente, Bom, Insuficiente, Muito Insuficiente.

Tabela 33

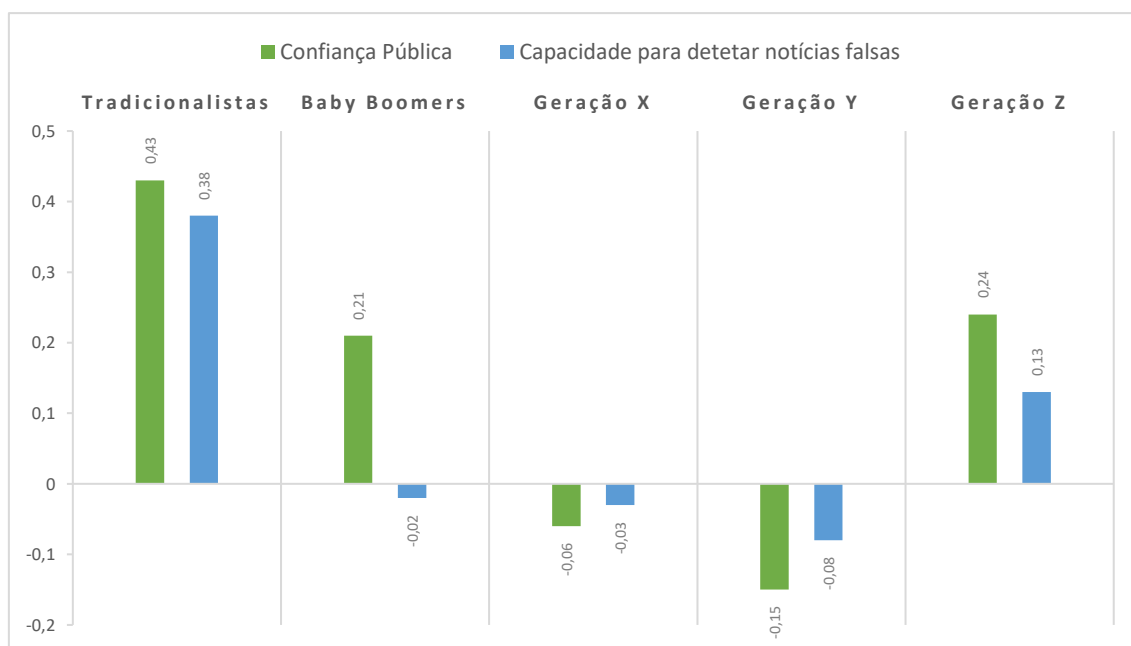
Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Confiança Pública

	Diagnóstico final	N	Posto médio
Confiança Pública	Muito Insuficiente	45	96,16
	Insuficiente	164	140,38
	Suficiente	68	173,48
	Bom	4	168,75
	Muito Bom	3	216,17
	Total	284	

De forma a analisar as diferenças geracionais, foi introduzido um *slipt file* com a variável das gerações e realizado novamente o teste de Kruskal-Wallis. Os resultados são apresentados na Figura X.

Figura 23

Valores estandardizados para Confiança Pública e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações



Analisando a Figura 23 e a Tabela 34, verifica-se que, para os Tradicionalistas, a média da Confiança Pública é 3,83 e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,50, as mais altas entre as cinco gerações. Considerando apenas os Tradicionalistas, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa ($H(1)=1,000$; $p=0,317$) entre as médias da Confiança Pública e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas. No entanto, é importante referir que esta geração inclui apenas dois inquiridos.

No que diz respeito aos *Baby Boomers*, a média da Confiança Pública (3,61) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,10) são inferiores à da Geração anterior. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(2)=1,752$; $p=0,417$) nas médias de Confiança Pública entre os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas nos *Baby Boomers*.

Relativamente à Geração X a média da Confiança Pública (3,34) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,09) são ligeiramente inferiores às médias das gerações apresentadas anteriormente. Na Geração X o teste de Kruskal-Wallis revelou diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=2,224$; $p=8,794$) na distribuição das médias de Confiança Pública pelos escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas, indicando que os inquiridos da Geração X com níveis mais altos de Confiança Pública têm tendência para terem um melhor desempenho na capacidade para detetar notícias falsas (consultar Apêndice F).

A Geração Y apresenta médias ligeiramente mais baixas que as das gerações anteriores, sendo que a média da Confiança Pública é 3,25, a mais baixa das cinco gerações e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,04. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=5,689$; $p=0,224$) entre as médias de Confiança Pública nos diferentes escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Por último, relativamente à Geração Z, verifica-se que esta geração apresenta a segunda média de Confiança Pública mais alta (3,64), antecedida apenas pelos Tradicionalistas. Para além disso, é também a geração com a segunda média de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas mais elevada (2,25), antecedida apenas pelos Tradicionalistas. Na Geração Z também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=8,738$; $p=0,068$) entre as médias de Confiança Pública nos diferentes escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Tabela 34

Valores médios da Confiança Pública e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações

		N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Tradicionalistas	Confiança Pública	2	1	5	3,83	1,493
	Diagnóstico final	2	1	5	2,50	0,707
Baby Boomers	Confiança Pública	15	1	5	3,61	0,757
	Diagnóstico final	20	1	5	2,10	0,788
Geração X	Confiança Pública	98	1	5	3,34	0,904
	Diagnóstico final	106	1	5	2,09	0,697

Geração Y	Confiança Pública	87	1	5	3,25	0,923
	Diagnóstico final	90	1	5	2,04	0,778
Geração Z	Confiança Pública	79	1	5	3,64	0,759
	Diagnóstico final	84	1	5	2,25	0,709

Assim, tendo em conta que, considerando a amostra geral se concluiu que pessoas com maior nível de Confiança Pública têm tendência para terem melhores resultados no diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas e que os inquiridos da Geração X com níveis mais altos de Confiança Pública têm tendência para terem um melhor desempenho no diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas, não se rejeita a hipótese nula, que diz que níveis mais elevados de confiança pública tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa (**H5**). Estes resultados corroboram os vários estudos que revelam que os indivíduos pesquisam frequentemente nos websites de agências de saúde internacionais e do Ministério da Saúde para obterem informações credíveis (Islam et al., 2020), bem como o facto de ser expectável que as entidades públicas, como o governo, ajudem os cidadãos a tomar decisões informadas (Gonçalves et al., 2021).

5.6 Consciência da Existência de Verificadores de Factos

Para avaliar se a Consciência da Existência de Verificadores de Factos é um determinante da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, foi realizado o teste de Kruskal-Wallis, que permite perceber se existem diferenças estatisticamente significativas.

Através da Tabela 35 verificamos que a média da Consciência da Existência de Verificadores de Factos é 2,18. Considerando a amostra total, verifica-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=5,132; p=0,274$) na distribuição das médias do determinante Consciência da Existência de Verificadores de Factos e os escalões do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Tabela 35

Valores médios da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas

	N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Consciência da Existência de Verificadores de Factos	261	1	5	2,18	0,684
Diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas	305	1	5	2,12	0,734

Através da Tabela 36 é possível constatar que as notas mais frequentes no determinante Consciência da Existência de Verificadores de Factos são, por esta ordem: Muito Bom, Suficiente, Bom, Insuficiente, Muito Insuficiente.

Tabela 36

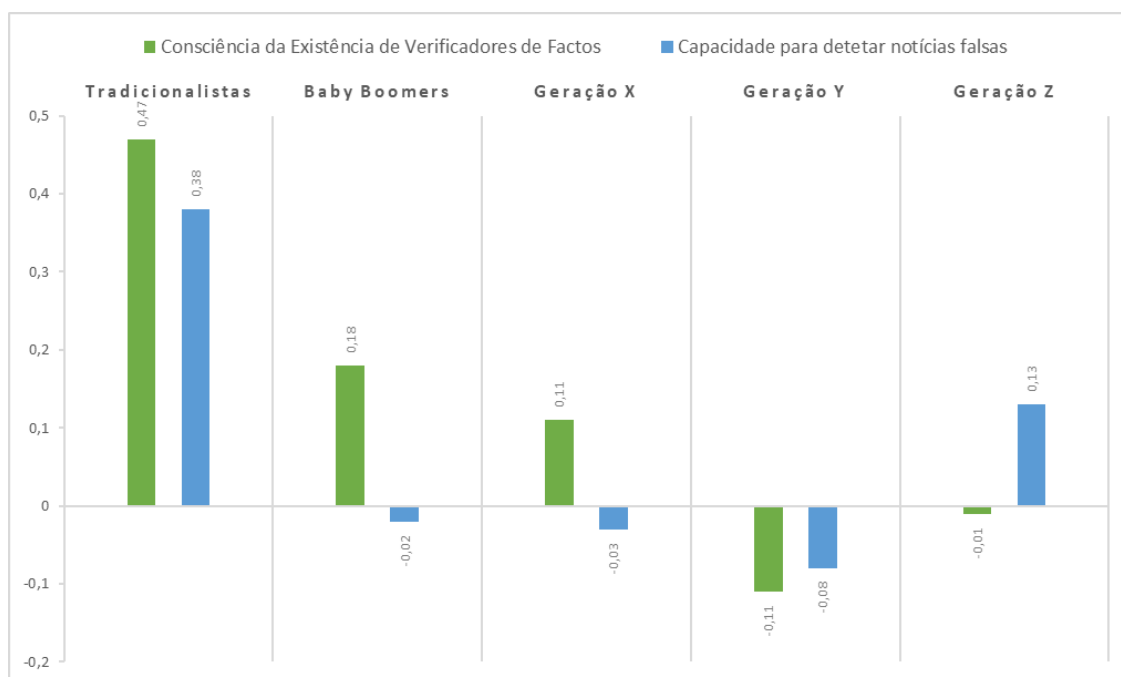
Posto médio do diagnóstico final da capacidade para detetar notícias falsas no determinante Consciência da Existência de Verificadores de Factos

	Diagnóstico final	N	Posto médio
Consciência da Existência de Verificadores de Factos	Muito Insuficiente	36	119,83
	Insuficiente	153	126,51
	Suficiente	64	144,41
	Bom	5	143,70
	Muito Bom	3	186,67
	Total	261	

De forma a analisar as diferenças geracionais, foi introduzido um *slipt file* com a variável das gerações e realizado novamente o teste de Kruskal-Wallis.

Figura 24

Valores estandardizados para Consciência da Existência de Verificadores de Factos e Capacidade de detetar notícias falsas, por gerações



Relativamente à geração Tradicionalistas, constata-se na Figura 24 e na Tabela 37 que a média da Consciência da Existência de Verificadores de Factos é 2,65 e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,50, sendo estas as médias mais altas entre as gerações em análise. Considerando apenas os Tradicionalistas, não há nenhuma diferença estatisticamente significativa ($H(1)=1,000$; $p=0,317$) entre as médias da Consciência da Existência de

Verificadores de Factos e os escalões do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas. No entanto, é importante referir que esta geração inclui apenas dois inquiridos.

No que diz respeito aos *Baby Boomers*, a média da Consciência da Existência de Verificadores de Factos (2,36) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,10) são inferiores à da Geração anterior. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=2,650$; $p=0,449$) entre a Consciência da Existência de Verificadores de Factos e a capacidade para detetar notícias falsas nos *Baby Boomers*.

Relativamente à Geração X, a média da Consciência da Existência de Verificadores de Factos (2,29) e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (2,09) são ligeiramente inferiores às médias das gerações anteriores. Na Geração X também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=2,224$; $p=0,527$) entre a Consciência da Existência de Verificadores de Factos e o diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Na Geração Y a média da Consciência da Existência de Verificadores de Factos é 2,07 e a média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas é 2,04, sendo estas as médias mais baixas de todas as gerações. O teste de Kruskal-Wallis evidencia que, mais uma vez, não existem diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=3,831$; $p=0,429$) entre a Consciência da Existência de Verificadores de Factos e a capacidade para detetar notícias falsas na geração em análise.

Por último, relativamente à Geração Z, verifica-se que esta geração apresenta a segunda média de Consciência da Existência de Verificadores de Factos mais baixa (2,17), antecedida apenas pela Geração Y. Contraditoriamente, é também a geração com a segunda média de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas mais elevada (2,25), antecedida apenas pelos Tradicionalistas. Na Geração Z também não se verificam diferenças estatisticamente significativas ($H(4)=5,759$; $p=0,218$) entre as médias da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e os escalões do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

Tabela 37

Valores médios da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas por gerações

		N	Mín.	Máx.	Média	Desvio-padrão
Tradicionalistas	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	2	1	5	2,65	1,202
	Diagnóstico final	2	1	5	2,50	0,707
<i>Baby Boomers</i>	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	16	1	5	2,36	0,607
	Diagnóstico final	20	1	5	2,10	0,788
Geração X	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	84	1	5	2,29	0,685

	Diagnóstico final	106	1	5	2,09	0,697
Geração Y	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	81	1	5	2,07	0,626
	Diagnóstico final	90	1	5	2,04	0,778
Geração Z	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	76	1	5	2,17	0,725
	Diagnóstico final	84	1	5	2,25	0,709

Desta forma, apesar de a geração que tem a média mais alta de Consciência da Existência de Verificadores de Factos ser também a geração com a maior média do diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas (Tradicionalistas), esta geração inclui apenas dois inquiridos e, para além disso, os valores das médias são bastante semelhantes em todas as gerações e não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a ordenação de médias da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas. Assim sendo, rejeita-se a hipótese nula, que diz que uma maior consciência da existência de verificadores de factos tende a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa (**H6**). Tendo em conta que os projetos de verificação de factos têm crescido para fazer frente ao crescimento da desinformação e como forma de resposta aos obstáculos originados pela constante evolução tecnológica e pela crescente abundância de informação (Oliveira, 2020), os resultados verificados neste estudo acabam por ser contraditórios, dado que mostram que a Consciência da Existência de Verificadores de Factos não é um determinante da capacidade de deteção de notícias falsas. Para além disso, Mestre (2021) afirma que atualmente já há uma certa consciência sobre os verificadores de factos em Portugal, o que não se confirma nos resultados apresentados, dado que os níveis de Consciência da Existência de Verificadores de Factos por parte dos inquiridos desta investigação são baixos. Contudo, importa ainda referir que Mestre (2021) acrescenta que os inquiridos do seu estudo, apesar de conhecerem os meios de verificação de factos, não visitam os seus websites, o que já vai ao encontro das respostas dadas pelos inquiridos deste estudo.

A título de síntese, recuperamos as hipóteses de investigação e a respetiva validação, na Tabela 38:

Tabela 38

Síntese da validação hipóteses

Hipótese	Diagnóstico na amostra	Observações
H1: Níveis mais elevados de religiosidade tendem a originar menor capacidade para identificar notícias ou informação falsa.	Rejeitada	Sem diferenças estatisticamente significativas entre o grau de Religiosidade e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.
H2: Níveis mais elevados de literacia em saúde tendem a originar maior	Rejeitada	Sem diferenças estatisticamente significativas entre a ordenação de médias da Literacia em

capacidade para identificar notícias ou informação falsa.		Saúde e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.
H3: As pessoas que obtêm mais informação através da televisão, em detrimento da Internet, têm menos capacidade para identificar notícias falsas	Rejeitada	Com diferenças estatisticamente significativas que indicam que os inquiridos que vêm televisão com mais frequência têm tendência a ter um “Bom” no desempenho no diagnóstico da capacidade para identificar notícias falsas e não mostrou nenhuma diferença estatisticamente significativa relativamente às pessoas que recebem informações mais frequentemente da Internet.
H4: Níveis mais baixos de confiança nas fontes de informação tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.	Rejeitada	Sem diferenças estatisticamente significativas entre a ordenação de médias da Confiança nas Fontes de Informação e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.
H5: Níveis mais elevados de confiança pública tendem a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.	Confirmada	Com diferenças estatisticamente significativas que indicam que os inquiridos com níveis de Confiança Pública têm tendência para terem melhores resultados no diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.
H6: Uma maior consciência da existência de verificadores de factos tende a originar maior capacidade para identificar notícias ou informação falsa.	Rejeitada	Sem diferenças estatisticamente significativas entre a ordenação de médias da Consciência da Existência de Verificadores de Factos e os escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

6 Conclusão

Nesta investigação procuramos avaliar a capacidade para identificar notícias e informação falsa considerando como potenciais determinantes a religiosidade, literacia em saúde, consumo de media, confiança nas fontes de informação, confiança pública e consciência da existência de verificadores de factos, salientando as diferenças geracionais encontradas na amostra. Para o efeito, recorreremos a uma metodologia quantitativa, baseada num processo hipotético-dedutivo, suportado por inquérito por questionário autoadministrado online para a recolha de dados, sobre uma amostra de 305 participantes. Os inquiridos são maioritariamente do sexo feminino (70%), com idades compreendidas entre os 43 e 62 anos (35,1%), com Licenciatura (42,9%) e solteiro/a (48,1%).

Relativamente aos determinantes da capacidade para detetar notícias ou informação falsa, conclui-se que o nível de Religiosidade dos participantes desta investigação não é muito elevado, tendo em conta que 55,6% diz frequentar ou participar em atividades religiosas apenas esporadicamente ou em ocasiões especiais, sendo a média geral de Religiosidade muito baixa (2,21). Em oposição, os níveis de Literacia em Saúde revelaram-se elevados, tendo em conta que a média de Literacia em Saúde é 4,17. No que diz respeito ao Consumo de Media, a maioria dos participantes recebe notícias frequentemente da Televisão (45,1%), dos Websites dos jornais/revistas (44,3%) e das Redes sociais (45,7%). Para além disso, a Confiança nas Fontes informação não é, de um modo geral, elevada, tendo em conta que, no que concerne a Confiança nos Media a resposta mais frequente foi “não confio nem deixo de confiar” para a maioria dos itens e, a maioria dos inquiridos afirma não confiar nem deixar de confiar em seis dos indicadores da Confiança nas Pessoas e Organizações. Relativamente à Confiança Pública, os níveis são relativamente elevados nos indicadores Confiança no Governo (média geral de 2,9874) e Confiança na DGS (3,3117), sendo que o indicador Confiança nos Profissionais de Saúde é aquele que apresenta médias mais elevadas, com uma média geral de 3,9234. Por último, os inquiridos revelaram níveis de Consciência da Existência de Verificadores de factos baixos, dado que a maioria dos participantes afirma desconhecer totalmente e nunca acompanhar a maioria dos verificadores de factos mencionados, com exceção do Polígrafo.

É importante referir que, dos seis determinantes mencionados, apenas os valores médios de Consumo de Media e da Confiança Pública revelaram diferenças estatisticamente significativas nos diferentes escalões de diagnóstico da capacidade para detetar notícias ou informação falsa e, por conseguinte, para a nossa amostra, estes são os dois únicos determinantes desta competência.

No Consumo de Media, concluiu-se que pessoas que vêm televisão com mais frequência têm tendência a ter um bom desempenho no diagnóstico da capacidade para identificar notícias falsas. Já relativamente à Confiança Pública, os resultados evidenciaram que pessoas com maior nível de Confiança Pública têm também tendência para terem melhores resultados no diagnóstico da capacidade para detetar notícias falsas.

De uma forma global, concluímos ainda que a grande maioria dos indivíduos da amostra não possui capacidade suficiente para detetar notícias falsas, dado que aproximadamente 75% dos inquiridos obteve uma classificação de “muito insuficiente” ou “insuficiente”, independentemente dos determinantes ou gerações em análise.

Através desta investigação podemos constatar que o crescimento das notícias falsas é, cada vez mais, um problema em evidência e que a pandemia da desinformação está longe de ser controlada. Este problema representa uma ameaça grave para a sociedade, potenciando riscos para o bem-estar, para a vivência em sociedade e para a saúde pública.

7 Contribuições e impactos esperados

Acreditamos que os resultados desta investigação representam descobertas importantes acerca do consumo de informação noticiosa das diferentes gerações em Portugal, mas também acerca do problema cada vez mais evidente da desinformação e notícias falsas, sobretudo sobre a COVID-19.

Desta forma, o presente estudo contribuiu com informações e ferramentas, permitindo ampliar o corpo de conhecimento existente, relativamente à capacidade para identificar notícias ou informação falsas das diferentes gerações, salientando seis determinantes pertinentes para essa mesma capacidade. Trata-se de conhecimento factual, que reconhecemos ser relevante e interessante não só para a comunidade académica e científica, mas também para a sociedade geral, tendo em conta que apresenta um retrato que pode ser substancial e impulsionar o desenho de estratégias e possíveis soluções para o combate às notícias falsas e desinformação.

Ainda no domínio científico, contribuímos com a elaboração e apresentação de um artigo intitulado “*Determinantes da capacidade para identificar notícias falsas entre seniores em Portugal: uma proposta*”, no âmbito da 22ª Conferência da Associação Portuguesa de Sistemas de Informação.

8 Limitações (ou fragilidades)

Uma das limitações desta investigação prende-se com o facto de se ter baseado numa amostra por conveniência, o que impede a generalização dos resultados. Efetivamente, não se trata de um estudo representativo da realidade a nível nacional e, sobretudo, das diferentes gerações, tendo em conta que o número de inquiridos em cada geração é bastante díspar, sendo que em algumas das gerações a amostra é muito reduzida e, portanto, não representativa. Assim sendo, fica a necessidade de realização de investigações com maior amplitude e variedade de amostra.

9 Recomendações para trabalhos futuros

Os resultados obtidos nesta investigação podem servir de base para estudos futuros que queiram abordar a temática da desinformação, sobretudo acerca dos determinantes da capacidade para detetar informação falsa.

Neste sentido, trabalhos futuros podem reavaliar o conjunto de determinantes propostos, e/ou outros considerados relevantes (ex.: inteligência emocional e a sua influência na capacidade para identificar notícias ou informação falsa).

Para além disso, tendo em conta a amostra por conveniência, podem ser realizados novas investigações, com uma amostra mais alargada para cada geração, inclusivamente, seria pertinente estudar em profundidade amostras de gerações mais antigas, uma vez que tendem a ser aquelas com competências digitais menos desenvolvidas.

Tendo em conta que esta investigação revelou que, no geral, os inquiridos não têm capacidade para identificar notícias falsas, e os níveis de consciência da existência de verificadores de factos são, no geral, baixos, seria importante estudar motivações que conduzem a este cenário e estratégias que possam combater esta limitação.

Referências bibliográficas

- Aljazeera. (2020). *Iran: Over 700 dead after drinking alcohol to cure coronavirus*.
<https://www.aljazeera.com/news/2020/4/27/iran-over-700-dead-after-drinking-alcohol-to-cure-coronavirus>
- Allcott, H., & Gentzkow, M. (2017). Social media and fake news in the 2016 election. *Journal of economic perspectives*, 31(2), 211-236.
- Amaral, I., & Silveira, P. (2018). Young People and Their Practices of Access and Consumption of News in Social Media. *INTED2018 Proceedings*, 3500-3506.
- Andersen, K., Ohme, J., Bjarnøe, C., Bordacconi, M. J., Albæk, E., & De Vreese, C. H. (2021). Generational gaps in political media Use and civic engagement: From baby Boomers to Generation Z.
- Antunes, M. D. L. (2014). A literacia em saúde: investimento na promoção da saúde e na racionalização de custos.
- Apfel, F., & Tsouros, A. D. (2013). Health literacy: the solid facts. *Copenhagen: World Health Organization*.
- Aramburu, D. V., Escolar, M. P., & Muñoz, G. S. (2019). Teoría del framing y protoperiodismo. Estudio de los atributos asociados a la figura de Magallanes en los diarios de Pigafetta y Francisco Albo. *Revista Latina de Comunicación Social*(74), 64.
- Belluzzo, R. C. B. (2005). Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. *ETD: Educação Temática Digital*, 6(2), 30-50.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F. d., & Ávila, P. (1996). A literacia em Portugal. *Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bigot, L. (2017). *L'essor du fact-checking: de l'émergence d'un genre journalistique au questionnement sur les pratiques professionnelles* Paris 2].
- Botei, M. (2017). MISINFORMATION WITH FAKE NEWS. *Bulletin of the Transilvania University of Brasov. Series VII: Social Sciences. Law*, 10(2).
- Bowles, J., Larreguy, H., & Liu, S. (2020). Countering misinformation via WhatsApp: Preliminary evidence from the COVID-19 pandemic in Zimbabwe. *PloS one*, 15(10), e0240005.
- Bradshaw, S., & Howard, P. N. (2018). The global organization of social media disinformation campaigns. *Journal of International Affairs*, 71(1.5), 23-32.
- Brant, J., Santos, J. d., Dourado, T., & Pita, M. (2021). Regulação de combate à desinformação: estudo de oito casos internacionais e recomendações para uma abordagem democrática. *São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil*.
- Brennen, J. S., Simon, F. M., & Nielsen, R. K. (2021). Beyond (mis) representation: Visuals in COVID-19 misinformation. *The International Journal of Press/Politics*, 26(1), 277-299.
- Bronstein, M. V., Pennycook, G., Bear, A., Rand, D. G., & Cannon, T. D. (2019). Belief in fake news is associated with delusionality, dogmatism, religious fundamentalism, and reduced analytic thinking. *Journal of applied research in memory and cognition*, 8(1), 108-117.
- Buckingham, D. (2005). Educação em meios: alfabetização, aprendizagem y cultura contemporânea paidós comunicação. In: Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica SA.
- Buturoiu, R., Udrea, G., Oprea, D. A., & Corbu, N. (2021). Who Believes in Conspiracy Theories about the COVID-19 Pandemic in Romania? An Analysis of Conspiracy Theories Believers' Profiles. *Societies*, 11(4), 138.
- Cambridge Dictionary. (2022). *Meaning of "fake news" in the English dictionary*.
<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fake-news>
- Campello, B. S., Cendón, B. V., & Kremer, J. M. (2000). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* (Vol. 23). Editora Ufmg.

- Cardoso, G., Baldi, V., Pais, P. C., Paisana, M., Quintanilha, T., & Couraceiro, P. (2018). As Fake News numa sociedade pós-verdade Contextualização, potenciais soluções e análise. *Relatório Obercom*.
- Cardoso, G., Mendonça, S., Paisana, M., & Lima, T. (2016). Perfil sociodemográfico do consumo de notícias em Portugal. *Lisboa: Obercom*.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). Metodologia da Investigação—Guia para Auto-aprendizagem (2ª edição). *Lisboa: Universidade Aberta*, 15, 16.
- Castro, C. A., & Ribeiro, M. S. P. (2004). As contradições da sociedade da informação e a formação do bibliotecário. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 2(1), 41-52.
- Cunha, M. B. d. (2001). Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia.
- Currie Sivek, S., & Bloyd-Peshkin, S. (2018). Where Do Facts Matter? The digital paradox in magazines' fact-checking practices. *Journalism practice*, 12(4), 400-421.
- Dalfovo, M. S., Lana, R. A., & Silveira, A. (2008). Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. *Revista interdisciplinar científica aplicada*, 2(3), 1-13.
- Damian, A. J., & Gallo, J. J. (2020). Promoting health literacy during the COVID-19 pandemic: A call to action for healthcare professionals. *The Harvard Kennedy School Misinformation Review*.
- Daud, K. A. M., Khidzir, N. Z., Ismail, A. R., & Abdullah, F. A. (2018). Validity and reliability of instrument to measure social media skills among small and medium entrepreneurs at Pengkalan Datu River. *International Journal of Development and sustainability*, 7(3), 1026-1037.
- de Paula, L. T., da Silva, T. d. R. S., & Blanco, Y. A. (2018). Pós-verdade e fontes de informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento em Ação*, 3(1), 93-110.
- De Smedt, T., Fastrez, P., Philippette, T., Pérez Tornero, J. M., & Celot, P. (2009). *Study on Assessment Criteria for Media Literacy Levels: A comprehensive view of the concept of media literacy and an understanding of how media literacy level in Europe should be assessed*.
- Delmazo, C., & Valente, J. C. (2018). Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques. *Media & Jornalismo*, 18(32), 155-169.
- Díaz, S. B. (2020). Nuevos hábitos de consumo de informaciones con el auge de los dispositivos móviles/New habits of information consumption with the rise of mobile devices. *Islas*, 62(195), 144-155.
- dos Santos, L. A. B., do Vale Lima, J. M. M., Garcia, F. M. G. P. P., Monteiro, F. T., da Silva, N. M. P., dos Santos, R. J. R. P., . . . de Almeida Fachada, C. P. (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação.
- Dunker, C. (2017). Subjetividade em tempos de pós-verdade. *Ética e pós-verdade*, 09-41.
- Entidade Reguladora para a Comunicação Social. (2015). Públicos e consumos de media: O consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países. <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/consumos-de-media/estudo-publicos-e-consumos-de-media>
- Fallis, D. (2015). What is disinformation? *Library trends*, 63(3), 401-426.
- Feitosa, C. (2017). Pós-verdade e política. *Revista Cult*, 19(07).
- Ferreira, N. A. (2022). Covid-19 e desinformação como fenómeno global: uma visão a partir do fact-checking. *Rotura—Revista de Comunicação, Cultura e Artes*, 2(1), 9-17.
- Franca, M., Fernandes, J. L. J., & Cravidão, F. (2018). Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa. *Cadernos de Geografia*, 38, 7-22.
- Gharpure, R., Hunter, C. M., Schnall, A. H., Barrett, C. E., Kirby, A. E., Kunz, J., . . . Garcia-Williams, A. G. (2020). Knowledge and practices regarding safe household cleaning and disinfection for COVID-19 prevention—United States, May 2020. In (Vol. 20, pp. 2946-2950): Wiley Online Library.
- Gonçalves, G., Piñeiro-Naval, V., & Toniolo, B. P. (2021). Em Quem Confiam os Portugueses? A Gestão da Comunicação Governamental na Pandemia Covid-19. *Comunicação e Sociedade*, 40, 169-187.

- Greene, C. M., Nash, R. A., & Murphy, G. (2021). Misremembering Brexit: Partisan bias and individual predictors of false memories for fake news stories among Brexit voters. *Memory*, 29(5), 587-604.
- Grijelmo, Á. (2017). Pós-verdade: A arte de manipular multidões. *El País Brasil*, 29.
- Gunther, R., Beck, P. A., & Nisbet, E. C. (2018). Fake news may have contributed to Trump's 2016 victory. *Unpublished manuscript*. Retrieved from <https://www.documentcloud.org/documents/4429952-Fake-News-May-Have-Contributed-to-Trump-s-2016.html>.
- Hameleers, M., & Van der Meer, T. G. (2020). Misinformation and polarization in a high-choice media environment: How effective are political fact-checkers? *Communication Research*, 47(2), 227-250.
- Hart, J., & Graether, M. (2018). Something's going on here: Psychological predictors of belief in conspiracy theories. *Journal of Individual Differences*, 39(4), 229.
- Hartley, J. (2012). *Communication, cultural and media studies: The key concepts*. Routledge.
- Islam, M. S., Sarkar, T., Khan, S. H., Kamal, A.-H. M., Hasan, S. M., Kabir, A., . . . Anwar, K. S. (2020). COVID-19-related infodemic and its impact on public health: A global social media analysis. *The American journal of tropical medicine and hygiene*, 103(4), 1621.
- Jenkins, H. (2009). *Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century*. The MIT Press.
- Jennings, W., Stoker, G., Bunting, H., Valgarðsson, V. O., Gaskell, J., Devine, D., . . . Mills, M. C. (2021). Lack of trust, conspiracy beliefs, and social media use predict COVID-19 vaccine hesitancy. *Vaccines*, 9(6), 593.
- Jornal Oficial da União Europeia. (2010). DIRECTIVA 2010/13/UE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 10 de Março de 2010 relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual (Directiva «Serviços de Comunicação Social Audiovisual»). <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2010:095:0001:0024:PT:PDF>
- Kim, S., & Kim, S. (2021). Searching for general model of conspiracy theories and its implication for public health policy: Analysis of the impacts of political, psychological, structural factors on conspiracy beliefs about the COVID-19 pandemic. *International journal of environmental research and public health*, 18(1), 266.
- Kirsch, I. S. (1993). *Adult literacy in America: A first look at the results of the National Adult Literacy Survey*. ERIC.
- Knuutila, A., Herasimenka, A., Au, H., Bright, J., Nielsen, R., & Howard, P. N. (2020). COVID-related misinformation on Youtube. *Li, HO-Y., Bailey, A., Huynh, D., & Chan, J.(2020). YouTube as a source of information on COVID-19: A pandemic of misinformation.*
- Leviston, Z., Walker, I., & Morwinski, S. (2013). Your opinion on climate change might not be as common as you think. *Nature Climate Change*, 3(4), 334-337.
- Lewandowsky, S., Ecker, U. K., & Cook, J. (2017). Beyond misinformation: Understanding and coping with the “post-truth” era. *Journal of applied research in memory and cognition*, 6(4), 353-369.
- Livingstone, S. (2004). Media literacy and the challenge of new information and communication technologies. *The communication review*, 7(1), 3-14.
- Livingstone, S., Van Couvering, E., Thumin, N., Coiro, J., Knobel, M., Lankshear, C., & Leu, D. (2008). Converging traditions of research on media and information literacies. *Handbook of research on new literacies*, 103-132.
- Lopes, P., Pereira, S., Moura, P., & Carvalho, A. (2015). Avaliação de competências de literacia mediática: o caso português. *Revista Observatório*, 1(2), 42-61.
- Lopes, P. C. d. R. (2014). Literacia mediática e cidadania: Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa.
- Maciel, O., Nunes, A., & Claudino, S. (2014). Recurso ao inquérito por questionário na avaliação do papel das Tecnologias de Informação Geográfica no ensino de Geografia. *Revista de geografia e ordenamento do território*, 1(6), 153-177.

- Manjoo, F., & Johnston, D. C. (2008). True Enough: Learning to Live in a Post-Fact Society. *Columbia Journalism Review*, 47(2), 59.
- Martino, L. M. S., & Menezes, J. E. d. O. (2016). Media Literacy: competências midiáticas para uma sociedade midiaticizada. *Libero*(29), 9-18.
- Marwick, A. E., & Lewis, R. (2017). Media manipulation and disinformation online.
- Mcintyre, L. (2018). Post-Truth. 4(3).
- Mestre, R. A. P. (2021). *A importância do fact-checking no mundo atual*
- Meyer, S., Ward, P., Coveney, J., & Rogers, W. (2008). Trust in the health system: an analysis and extension of the social theories of Giddens and Luhmann. *Health Sociology Review*, 17(2), 177-186.
- Mohammadi, M. R., Zarafshan, H., Bashi, S. K., Mohammadi, F., & Khaleghi, A. (2020). The role of public trust and media in the psychological and behavioral responses to the pandemics of COVID-19. Available at SSRN 3586701.
- Montagni, I., Ouazzani-Touhami, K., Mebarki, A., Texier, N., Schück, S., Tzourio, C., & Group, C. (2021). Acceptance of a Covid-19 vaccine is associated with ability to detect fake news and health literacy. *Journal of Public Health*, 43(4), 695-702.
- Montesi, M. (2021). Understanding fake news during the Covid-19 health crisis from the perspective of information behaviour: The case of Spain. *Journal of Librarianship and Information Science*, 53(3), 454-465.
- Moreno, Á., Fuentes Lara, C. M., & Navarro, C. (2020). Covid-19 communication management in Spain: Exploring the effect of information-seeking behavior and message reception in public's evaluation.
- Moscadelli, A., Albora, G., Biamonte, M. A., Giorgetti, D., Innocenzio, M., Paoli, S., . . . Bonaccorsi, G. (2020). Fake news and covid-19 in Italy: Results of a quantitative observational study. *International journal of environmental research and public health*, 17(16), 5850.
- Nelson, T., Kagan, N., Critchlow, C., Hillard, A., & Hsu, A. (2020). The danger of misinformation in the COVID-19 crisis. *Missouri Medicine*, 117(6), 510.
- Nielsen, R. K., & Schrøder, K. C. (2014). The relative importance of social media for accessing, finding, and engaging with news: An eight-country cross-media comparison. *Digital journalism*, 2(4), 472-489.
- Nyhan, B., & Reifler, J. (2010). When corrections fail: The persistence of political misperceptions. *Political Behavior*, 32(2), 303-330.
- OberCom, P. (2016). *Perfil sociodemográfico do consumo de notícias em Portugal*.
- Oliveira, F. A. G. S. (2020). *Fazer Fact-Checking em Portugal*
- Oxford Dictionary. (2016). *Word of the Year 2016*. <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>
- Palacios, M. (2019). Fake news e a emergência das agências de checagem: terceirização da credibilidade jornalística. *Políticas da língua, da comunicação e da cultura no espaço lusófono. Vila Nova de Famalicão: Edições Humus*, 77-92.
- Park, S., Boatwright, B., & Avery, E. J. (2019). Information channel preference in health crisis: Exploring the roles of perceived risk, preparedness, knowledge, and intent to follow directives. *Public relations review*, 45(5), 101794.
- Pennycook, G., Cannon, T. D., & Rand, D. G. (2018). Prior exposure increases perceived accuracy of fake news. *Journal of experimental psychology: general*, 147(12), 1865.
- Pennycook, G., & Rand, D. G. (2020). Who falls for fake news? The roles of bullshit receptivity, overclaiming, familiarity, and analytic thinking. *Journal of personality*, 88(2), 185-200.
- Peters, C. (2016). Spaces and places of news consumption. *The Sage handbook of digital journalism*, 354-369.
- Polígrafo. (2022). <https://poligrafo.sapo.pt/>
- Preston, S., Anderson, A., Robertson, D. J., Shephard, M. P., & Huhe, N. (2021). Detecting fake news on Facebook: The role of emotional intelligence. *PloS one*, 16(3), e0246757.

- Quintanilha, T. L., Paisana, M., & Cardoso, G. (2020). Retrato geracional do consumo online de notícias em Portugal: contributos para o debate sobre literacias digitais. *Comunicação Pública*, 15(28).
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1992). Manual de investigação em ciências sociais.
- Rending, V. (2009). Recomendação da Comissão Europeia sobre literacia mediática no ambiente digital para uma indústria audiovisual e de conteúdos mais competitiva e uma sociedade do conhecimento inclusiva. *Jornal Oficial Da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:227:0009:0012:PT:PDF>
- Reuters Institute. (2017). How can we combat fake news? – The role of platforms, media literacy, and journalism. <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/news/how-can-we-combat-fake-news-role-platforms-media-literacy-and-journalism>
- Ripoll, L., & Matos, J. C. M. (2017). Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 2334-2349.
- Robertson, D. G., & Dyrendal, A. (2018). Conspiracy theories and religion; superstition, seekership, and salvation. *Conspiracy Theories and the People Who Believe Them; Uscinski, JE, Ed.*
- Rozenbeek, J., Schneider, C. R., Dryhurst, S., Kerr, J., Freeman, A. L., Recchia, G., . . . Van Der Linden, S. (2020). Susceptibility to misinformation about COVID-19 around the world. *Royal Society open science*, 7(10), 201199.
- Santos, J. R., & Henriques, S. (2021). Inquérito por questionário: contributos de conceção e utilização em contextos educativos. In: Universidade Aberta.
- Sarr, E. N., Sall, O., & Diagne, A. (2017). SenFact Algorithm: Fact-checking by the confrontation of opinions. 2017 13th International Conference on Natural Computation, Fuzzy Systems and Knowledge Discovery (ICNC-FSKD),
- Sastre, A., & de Carvalho, J. M. (2018). A ESTRATÉGIA DO FACT-CHECKING COMO FERRAMENTA DE COMBATE A FAKE NEWS NO CENÁRIO DO JORNALISMO PÓS-INDUSTRIAL: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA1. In.
- Seaton, J., Sippitt, A., & Worthy, B. (2020). Fact checking and information in the age of covid. *The Political Quarterly*, 91(3), 578-584.
- Shu, K., Wang, S., Lee, D., & Liu, H. (2020). Mining disinformation and fake news: Concepts, methods, and recent advancements. In *Disinformation, misinformation, and fake news in social media* (pp. 1-19). Springer.
- Silva, J. L. C. (2018). Pós-verdade e informação: múltiplas concepções e configurações. XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XIX ENANCIB),
- Silva, M. T. d., Figueiras, R., Brites, M. J., Amaral, I., Maropo, L., Santos, S. C., . . . Pacheco, L. (2017). Audiências e cross-media: estudo de padrões de consumo de notícias em Portugal. *Estudos em Comunicação*, 25, 177-199.
- Sørensen, K., Van den Broucke, S., Fullam, J., Doyle, G., Pelikan, J., Slonska, Z., & Brand, H. (2012). Health literacy and public health: a systematic review and integration of definitions and models. *BMC public health*, 12(1), 1-13.
- Sousa, L. M. M. S., Marques, J. M., Firmino, C. F., Frade, F., Valentim, O. S., & Antunes, A. V. (2018). Modelos de formulação da questão de investigação na prática baseada na evidência.
- Tandoc Jr, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining “fake news” A typology of scholarly definitions. *Digital journalism*, 6(2), 137-153.
- Teixeira, V. M., Marcos, A. D., Machado, M. L. H. G., & Cabral, H. L. T. B. (2018). As fake news e suas consequências nocivas à sociedade. Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online,
- UNESCO. (2020). *Combate à desinfodemia: Trabalhar pela verdade em tempos de covid-19*. <https://pt.unesco.org/covid19/disinfodemic>
- Uscinski, J. E., & Butler, R. W. (2013). The epistemology of fact checking. *Critical Review*, 25(2), 162-180.

- Wardle, C. (2017). *Fake news. It's complicated*. <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking. In: Council of Europe Strasbourg.
- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2018). Thinking about 'information disorder': formats of misinformation, disinformation, and mal-information. J. "fake news" disinformation-UNESCO 43–54 (2018). In.
- Wasserman, H., & Madrid-Morales, D. (2019). An exploratory study of "fake news" and media trust in Kenya, Nigeria and South Africa. *African Journalism Studies*, 40(1), 107-123.
- World Health Organization. (2020a). Coronavirus disease 2019 (COVID-19): situation report, 86.
- World Health Organization. (2020b). *Managing the COVID-19 infodemic: Promoting healthy behaviours and mitigating the harm from misinformation and disinformation*. <https://www.who.int/news/item/23-09-2020-managing-the-covid-19-infodemic-promoting-healthy-behaviours-and-mitigating-the-harm-from-misinformation-and-disinformation>
- Zhou, L., & Zhang, D. (2008). Following linguistic footprints: Automatic deception detection in online communication. *Communications of the ACM*, 51(9), 119-122.

Apêndice A – Instrumento de recolha de dados (questionário)

De seguida, apresenta-se o questionário utilizado neste estudo:

Secção 1 – Caracterização Sociodemográfica	
Indicadores	Escala
Idade	
Sexo	Feminino Masculino
Nível de escolaridade	Lista
Estado civil	Lista
Tem o seu plano de vacinação em dia?	Sim Não Não sei
É regularmente vacinado/a contra a gripe?	Sim Não Não sei
Optou por receber as vacinas contra covid-19?	Sim Não
Acredita que as crianças com menos de 12 anos devem ser vacinadas?	Sim Não

Secção 1 – Perceived exposure e self-efficacy	
Indicadores	Escala
Com que frequência se depara com informação sobre a COVID-19 que considera que <u>não é completamente correta</u> ?	Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre
Com que frequência se depara com informação sobre a COVID-19 que considera que <u>é completamente inventada</u> ?	Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre
Quanto confia na sua capacidade para identificar notícias ou informação falsa?	Não confio de todo Confio pouco Não confio nem desconfio Confio muito Confio totalmente

Secção 2 – Determinantes da capacidade para detetar notícias falsas			
Dimensões	Indicadores	Escala	Fonte
Religiosidade	Com que regularidade frequenta ou participa em atividades religiosas (por exemplo orações, ir à igreja ou lugar de culto, etc.)?	Mais do que uma vez por dia Uma vez por dia Mais do que duas vezes por semana Uma vez por semana	Adaptado de Buturoiu et al. (2021)

		Mais do que duas vezes por mês Uma vez por mês Esporadicamente, em ocasiões especiais Nunca	
Literacia em Saúde	Indique se concorda com as seguintes informações: 1. Comparo a informação sobre saúde proveniente de diferentes fontes; 2. Quando descobro novas informações de saúde verifico se são verdadeiras ou não; 3. Eu decido qual a melhor informação de saúde para mim; 4. Posso afirmar se a informação de saúde está ou não adaptada à minha situação; 5. Inquiro profissionais de saúde sobre a qualidade da informação que encontro.	Discordo totalmente Discordo parcialmente Não concordo nem discordo Concordo parcialmente Concordo totalmente	Montagni et al. (2021)
Consumo de Media	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: - Televisão - Rádio - Jornais/ revistas impressas - Websites dos jornais/ revistas - Aplicações móveis dos jornais/ revistas - Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas) - Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre	Wasserman and Madrid-Morales (2019)
Confiança nas Fontes de Informação	Qual o seu grau de confiança nas seguintes fontes de informação? Media (entidades) - Televisão - Rádio - Jornais/revistas impressas - Websites dos jornais/revistas - Aplicações móveis dos jornais/revistas - Redes sociais (páginas dos jornais/revistas) - Outras páginas ou grupos de notícias em redes sociais Pessoas/ organizações - Amigos conhecidos pessoalmente - Amigos em redes sociais digitais - Influenciadores digitais na área da saúde	Não confio de todo Confio pouco Não confio nem deixo de confiar Confio muito Confio totalmente	Adaptado de Gonçalves et al. (2021)

	<ul style="list-style-type: none"> - Influenciadores digitais em terapias alternativas - Influenciadores de outros temas - Pessoal da saúde que dissemina informação nas redes sociais digitais - Personalidades com prestígio na área saúde - Associações profissionais na área da saúde - Pessoal da área da saúde conhecida pessoalmente 		
Confiança Pública	<p>Indique o nível de confiança:</p> <p>No governo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na gestão da pandemia o governo tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos. 2. O governo é competente para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses. 3. As decisões do governo têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos. <p>Na Direção-Geral da Saúde:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na gestão da pandemia a Direção-Geral da Saúde tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos. 2. A Direção-Geral da Saúde é competente para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses. 3. As decisões da Direção-Geral da Saúde têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos. <p>Nos profissionais de saúde (médicos e enfermeiros)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. No contexto da pandemia, os profissionais de saúde tem dado prioridade ao zelo absoluto da saúde dos cidadãos. 2. Os profissionais de saúde são competentes para tomar decisões que afetam a saúde dos portugueses. 3. As recomendações dos profissionais de saúde têm permitido zelar eficientemente pela saúde pública dos cidadãos. 	<p>Não confio de todo</p> <p>Confio pouco</p> <p>Não confio nem deixo de confiar</p> <p>Confio muito</p> <p>Confio totalmente</p>	<p>Desenvolvemos uma escala adaptada de Mohammadi et al. (2020) com 9 itens que avaliam a confiança dos cidadãos nos motivos, competência e papel do governo, da Direção-Geral da Saúde e dos profissionais de saúde na gestão da pandemia.</p>

Consciência da Existência de Verificadores de Facto	Relativamente aos verificadores de factos, indique os que conhece e acompanha: 1.Polígrafo (SIC) 2.Prova dos factos (Publico) 3.Fact Check (Observador) 4.Hora da Verdade (TVI) 5.Prova dos factos (RTP)	Duas escalas que avaliam: -Conhecimento: Desconheço totalmente Conheço muito pouco Conheço moderadamente Conheço muito bem Conheço totalmente -Acompanhamento: Nunca Raramente Às vezes Frequentemente Sempre
---	---	---

Secção 2 – Capacidade para detetar notícias falsas			
Dimensões	Indicadores	Escala	Fonte
Notícias falsas	A Universidade Johns Hopkins, nos EUA, reconhece que há pessoas que terão sido vacinadas contra a COVID-19 sem saberem, através dos testes PCR utilizados para detetar a infeção pelo novo coronavírus.	Falsa Provavelmente falsa Provavelmente verdadeira Verdadeira	(Polígrafo, 2022)
	Relatório do Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (CDC), dos Estados Unidos da América, informou que 80% dos casos de COVID-19, “causados pela variante Ómicron”, têm origem em pessoas vacinadas.		
	O governo do Reino Unido admite que tomar duas doses da vacina contra a COVID-19 danifica o sistema imunitário.		
	A Pfizer acrescentou um ingrediente nas vacinas para crianças que tem como objetivo evitar ataques cardíacos		
	A tabela da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostra que a vacina contra a COVID-19 provoca mais efeitos secundários, num menor período de tempo, do que qualquer outro medicamento.		
	O documento de atualização do Plano de Vacinação contra a COVID-19 mostra que já foi aprovada a administração de seis doses da vacina da Pfizer em Portugal.		
Notícias verdadeiras	Os países europeus com maiores taxas de vacinação são os que registam menos mortes por COVID-19, de acordo com os dados compilados no portal “Our World in Data”, partilhados pela Comissão Europeia (CE).		
	Os migrantes ilegais podem vacinar-se contra a COVID-19 e a sua situação		

irregular não é comunicada ao SEF, segundo a Direção-Geral de Saúde (DGS).		
Um Jardim zoológico nos Estados Unidos está a administrar vacinas aos animais mais suscetíveis à COVID-19.		
Um estudo lançado pela revista científica “The Lancet Psychiatry” revela que uma em cada três pessoas diagnosticadas com COVID-19 desenvolverá, nos seis meses seguintes, alguma patologia neurológica ou psiquiátrica.		
António Ferreira, médico internista e ex-presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de São João, no Porto afirma que a taxa de ocupação dos hospitais públicos foi menor em 2020, durante a pandemia, do que em 2019.		
A pílula contraceptiva tem maior probabilidade de criar coágulos sanguíneos do que a vacina da AstraZeneca, confirma David Rodrigues, coordenador da Unidade de Medicina Geral e Familiar do Hospital CUF Torres Vedras e professor da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.		

Apêndice B – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Religiosidade

Estatísticas Descritivas

Gerações (Andersen et al., 2021)		N	Média	Estatística do teste Padrão	Mínimo	Máximo
Tradicionalistas	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	2	1,00	,000	1	1
	DiagnosticoNota	2	2,50	,707	2	3
Baby Boomers	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	19	2,37	1,212	1	5
	DiagnosticoNota	20	2,10	,788	1	4
Geração X	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	102	2,46	1,513	1	8
	DiagnosticoNota	106	2,09	,697	1	5
Geração Y	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	89	2,13	1,036	1	5
	DiagnosticoNota	90	2,04	,778	1	5
Geração Z	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	82	1,93	1,142	1	7
	DiagnosticoNota	84	2,25	,709	1	5

Postos

Gerações (Andersen et al., 2021)		DiagnosticoNota	N	Posto médio
Tradicionalistas	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	Insuficiente	1	1,50
		Suficiente	1	1,50
		Total	2	
Baby Boomers	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	Insuficiente	10	10,40
		Suficiente	4	9,50
		Total	19	
		Muito Insuficiente	4	9,63
		Bom	1	9,50
Geração X		Insuficiente	60	53,49
		Suficiente	24	45,29

	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	Total	102	
		Muito Insuficiente	17	53,35
		Muito Bom	1	49,50
Geração Y	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	Insuficiente	53	45,21
		Suficiente	14	49,32
		Total	89	
		Muito Insuficiente	18	44,69
		Bom	3	34,67
		Muito Bom	1	10,00
Geração Z	Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?	Insuficiente	46	43,38
		Suficiente	25	39,26
		Total	82	
		Muito Insuficiente	9	43,89
		Bom	1	15,50
		Muito Bom	1	15,50

Estatísticas de teste^{a,b}

Gerações (Andersen et al., 2021)		Com que regularidade frequente ou participa em atividades religiosas?
Tradicionalistas	H de Kruskal-Wallis	,000
	df	1
	Significância Sig.	1,000
Baby Boomers	H de Kruskal-Wallis	,181
	df	3
	Significância Sig.	,981
Geração X	H de Kruskal-Wallis	1,637
	df	3
	Significância Sig.	,651
Geração Y	H de Kruskal-Wallis	3,600
	df	4
	Significância Sig.	,463
Geração Z	H de Kruskal-Wallis	3,696
	df	4
	Significância Sig.	,449

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: DiagnosticoNota

Apêndice C – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Literacia em Saúde

Estatísticas Descritivas

Gerações (Andersen et al., 2021)		N	Média	Estadística do teste Padrão	Mínimo	Máximo
Tradicionalistas	LitSaude	2	4,30	,141	4	4
	DiagnosticoNota	2	2,50	,707	2	3
Baby Boomers	LitSaude	16	4,03	,692	2	5
	DiagnosticoNota	20	2,10	,788	1	4
Geração X	LitSaude	95	4,22	,606	3	5
	DiagnosticoNota	106	2,09	,697	1	5
Geração Y	LitSaude	83	4,26	,609	2	5
	DiagnosticoNota	90	2,04	,778	1	5
Geração Z	LitSaude	76	4,08	,613	2	5
	DiagnosticoNota	84	2,25	,709	1	5

Postos

Gerações (Andersen et al., 2021)		DiagnosticoNota	N	Posto médio
Tradicionalistas	LitSaude	Insuficiente	1	2,00
		Suficiente	1	1,00
		Total	2	
Baby Boomers	LitSaude	Insuficiente	10	8,80
		Suficiente	4	9,25
		Total	16	
		Muito Insuficiente	2	5,50
Geração X	LitSaude	Insuficiente	55	48,40
		Suficiente	24	52,69
		Total	95	
		Muito Insuficiente	15	39,53
		Muito Bom	1	40,50
Geração Y	LitSaude	Insuficiente	50	38,07
		Suficiente	14	53,18
		Total	83	
		Muito Insuficiente	15	40,70
		Muito Bom	1	66,50
		Bom	3	53,67
Geração Z	LitSaude	Insuficiente	45	39,80
		Suficiente	24	34,69
		Total	76	

Muito Insuficiente	5	49,50
Muito Bom	1	22,50
Bom	1	32,50

Estatísticas de teste^{a,b}

Gerações (Andersen et al., 2021)		LitSaude
Tradicionalistas	H de Kruskal-Wallis	1,000
	df	1
	Significância Sig.	,317
Baby Boomers	H de Kruskal-Wallis	,953
	df	2
	Significância Sig.	,621
Geração X	H de Kruskal-Wallis	2,224
	df	3
	Significância Sig.	,527
Geração Y	H de Kruskal-Wallis	6,219
	df	4
	Significância Sig.	,183
Geração Z	H de Kruskal-Wallis	2,751
	df	4
	Significância Sig.	,600

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: DiagnosticoNota

Apêndice D – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação ao Consumo de Media

Estadísticas Descriptivas

Gerações (Andersen et al., 2021)		N	Média	Estadística do teste Padrão	Mínimo	Máximo
Tradicionalistas	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	2	4,50	,707	4	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	2	2,50	,707	2	3
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	2	4,00	,000	4	4
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	2	4,00	,000	4	4
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	2	2,50	2,121	1	4
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas	2	4,00	,000	4	4
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	2	3,50	,707	3	4
	DiagnosticoNota	2	2,50	,707	2	3
	Baby Boomers	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	20	4,20	,696	3
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio		20	3,05	1,099	1	4

	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	20	3,30	1,129	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	20	3,40	,995	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	20	2,45	1,050	1	4
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas	19	3,16	1,068	1	4
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	19	2,84	1,119	1	4
	DiagnosticoNota	20	2,10	,788	1	4
Geração X	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	105	3,80	,975	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	106	3,39	1,083	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	106	2,90	1,032	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	106	3,39	,981	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	104	3,14	1,136	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas	106	3,33	1,012	1	5

	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	101	3,04	,989	1	5
	DiagnosticoNota	106	2,09	,697	1	5
Geração Y	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	90	3,68	1,079	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	90	3,39	,944	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	89	2,81	,940	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	90	3,57	,875	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	89	3,04	1,269	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas	89	3,57	,878	2	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	87	3,14	,979	1	5
	DiagnosticoNota	90	2,04	,778	1	5
Geração Z	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	84	3,87	,979	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	83	2,83	,960	1	5
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	84	2,26	1,110	1	5

Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	84	3,70	1,003	1	5
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	83	2,61	1,553	1	5
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas)	83	4,10	,932	1	5
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	83	3,04	1,283	1	5
DiagnosticoNota	84	2,25	,709	1	5

Postos

Gerações (Andersen et al., 2021)		DiagnosticoNota	N	Posto médio
Tradicionalistas	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	Insuficiente	1	1,00
		Suficiente	1	2,00
		Total	2	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	Insuficiente	1	1,00
		Suficiente	1	2,00
		Total	2	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Insuficiente	1	1,50
		Suficiente	1	1,50
		Total	2	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Insuficiente	1	1,50
		Suficiente	1	1,50
		Total	2	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Insuficiente	1	2,00
		Suficiente	1	1,00
		Total	2	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes	Insuficiente	1	1,50
		Suficiente	1	1,50

	meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas)	Total	2	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	Insuficiente	1	1,00
		Suficiente	1	2,00
		Total	2	
Baby Boomers	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	Insuficiente	11	10,41
		Suficiente	4	12,75
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	Total	20	
		Muito Insuficiente	4	6,88
		Bom	1	17,00
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Insuficiente	11	9,27
		Suficiente	4	12,88
		Total	20	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Muito Insuficiente	4	10,25
		Bom	1	15,50
		Insuficiente	11	10,68
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Suficiente	4	8,13
		Total	20	
		Muito Insuficiente	4	11,38
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas)	Bom	1	14,50
		Insuficiente	11	9,45
		Suficiente	4	11,25
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou	Total	20	
		Muito Insuficiente	4	11,75
		Bom	1	14,00
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Insuficiente	11	10,05
		Suficiente	4	8,13
		Total	20	
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Muito Insuficiente	4	12,13
Bom		1	18,50	
Insuficiente		10	8,40	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Suficiente	4	10,13	
	Total	19		
	Muito Insuficiente	4	12,75	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Bom	1	14,50	
	Insuficiente	10	9,30	
	Suficiente	4	9,50	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Total	19		
	Muito Insuficiente	4	13,38	

	grupos de notícias nas redes sociais	Bom	1	5,50
Geração X	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	Insuficiente	62	55,66
		Suficiente	25	59,22
		Total	105	
		Muito Insuficiente	17	36,06
		Muito Bom	1	20,50
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	Insuficiente	62	52,14
		Suficiente	25	63,16
		Total	106	
		Muito Insuficiente	18	46,94
		Muito Bom	1	14,50
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Insuficiente	62	55,77
		Suficiente	25	53,20
		Total	106	
		Muito Insuficiente	18	47,72
		Muito Bom	1	24,00
	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Insuficiente	62	57,22
		Suficiente	25	53,80
		Total	106	
		Muito Insuficiente	18	41,22
		Muito Bom	1	36,50
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Insuficiente	62	54,38	
	Suficiente	25	53,94	
	Total	104		
	Muito Insuficiente	16	45,81	
	Muito Bom	1	7,00	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas	Insuficiente	62	58,73	
	Suficiente	25	46,32	
	Total	106		
	Muito Insuficiente	18	47,69	
	Muito Bom	1	13,50	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	Insuficiente	60	54,78	
	Suficiente	24	44,81	
	Total	101		
	Muito Insuficiente	16	48,19	
	Muito Bom	1	17,50	
Geração Y	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	Insuficiente	53	44,18
		Suficiente	14	52,00
		Total	90	
		Muito Insuficiente	19	43,03

	Bom	3	52,00	
	Muito Bom	1	52,00	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	Insuficiente	53	44,65	
	Suficiente	14	49,61	
	Total	90		
	Muito Insuficiente	19	44,26	
	Bom	3	42,83	
	Muito Bom	1	64,50	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Insuficiente	52	38,06	
	Suficiente	14	54,14	
	Total	89		
	Muito Insuficiente	19	54,63	
	Bom	3	50,50	
	Muito Bom	1	78,50	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Insuficiente	53	43,04	
	Suficiente	14	48,75	
	Total	90		
	Muito Insuficiente	19	50,97	
	Bom	3	34,67	
	Muito Bom	1	59,00	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Insuficiente	52	42,79	
	Suficiente	14	48,75	
	Total	89		
	Muito Insuficiente	19	49,29	
	Bom	3	32,17	
	Muito Bom	1	64,50	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas	Insuficiente	53	43,08	
	Suficiente	13	51,96	
	Total	89		
	Muito Insuficiente	19	47,34	
	Bom	3	29,67	
	Muito Bom	1	57,50	
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	Insuficiente	50	39,99	
	Suficiente	14	49,39	
	Total	87		
	Muito Insuficiente	19	51,47	
	Bom	3	40,17	
	Muito Bom	1	38,50	
Geração Z	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	Insuficiente	48	45,27
		Suficiente	25	42,14
		Total	84	

	Muito Insuficiente	9	29,39
	Bom	1	73,00
	Muito Bom	1	6,00
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	Insuficiente	48	46,61
	Suficiente	25	35,78
	Total	83	
	Muito Insuficiente	8	39,38
	Bom	1	19,50
	Muito Bom	1	19,50
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Insuficiente	48	42,02
	Suficiente	25	41,70
	Total	84	
	Muito Insuficiente	9	43,83
	Bom	1	76,00
	Muito Bom	1	40,00
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Insuficiente	48	42,78
	Suficiente	25	45,08
	Total	84	
	Muito Insuficiente	9	32,56
	Bom	1	75,50
	Muito Bom	1	21,00
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Insuficiente	47	41,43
	Suficiente	25	45,00
	Total	83	
	Muito Insuficiente	9	39,94
	Bom	1	38,50
	Muito Bom	1	16,00
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas)	Insuficiente	48	41,49
	Suficiente	24	49,08
	Total	83	
	Muito Insuficiente	9	23,78
	Bom	1	69,00
	Muito Bom	1	33,50
Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais	Insuficiente	47	41,82
	Suficiente	25	42,56
	Total	83	
	Muito Insuficiente	9	39,89
	Bom	1	36,50
	Muito Bom	1	61,00

Estatísticas de teste^{a,b}

Gerações (Andersen et al., 2021)		Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Televisão	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Rádio	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Jornais/ revistas impressas	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Websites dos jornais/ revistas	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Aplicações móveis dos jornais/ revistas	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Redes sociais (páginas dos jornais/ revistas)	Com que frequência recebe notícias dos seguintes meios: Outras páginas ou grupos de notícias nas redes sociais
Tradicionalistas	H de Kruskal-Wallis	1,000	1,000	,000	,000	1,000	,000	1,000
	df	1	1	1	1	1	1	1
	Significância Sig.	,317	,317	1,000	1,000	,317	1,000	,317
Baby Boomers	H de Kruskal-Wallis	3,960	2,146	1,281	1,136	3,061	2,856	2,459
	df	3	3	3	3	3	3	3
	Significância Sig.	,266	,543	,734	,768	,382	,414	,483
Geração X	H de Kruskal-Wallis	9,469	5,447	2,060	4,552	3,652	6,035	3,900
	df	3	3	3	3	3	3	3
	Significância Sig.	,024	,142	,560	,208	,302	,110	,272
Geração Y	H de Kruskal-Wallis	1,536	1,115	11,122	2,768	2,734	3,120	4,060
	df	4	4	4	4	4	4	4
	Significância Sig.	,820	,892	,025	,597	,603	,538	,398
Geração Z	H de Kruskal-Wallis	7,967	5,767	2,144	4,883	1,789	10,414	,812
	df	4	4	4	4	4	4	4
	Significância Sig.	,093	,217	,709	,299	,775	,034	,937
99	H de Kruskal-Wallis	1,500	1,500	,500	1,500	1,500	1,500	2,000
	df	1	1	1	1	1	1	1
	Significância Sig.	,221	,221	,480	,221	,221	,221	,157

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: DiagnosticoNota

Apêndice E – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Confiança nas Fontes de Informação

Estadísticas Descriptivas

Gerações (Andersen et al., 2021)		N	Média	Estatística do teste Padrão	Mínimo	Máximo
Tradicionalistas	Confiança nas Fontes de Informação	2	2,86	,196	3	3
	DiagnosticoNota	2	2,50	,707	2	3
Baby Boomers	Confiança nas Fontes de Informação	13	3,04	,468	2	4
	DiagnosticoNota	20	2,10	,788	1	4
Geração X	Confiança nas Fontes de Informação	87	2,91	,504	1	4
	DiagnosticoNota	106	2,09	,697	1	5
Geração Y	Confiança nas Fontes de Informação	72	2,81	,517	1	4
	DiagnosticoNota	90	2,04	,778	1	5
Geração Z	Confiança nas Fontes de Informação	66	3,14	,465	2	4
	DiagnosticoNota	84	2,25	,709	1	5

Postos

Gerações (Andersen et al., 2021)		DiagnosticoNota	N	Posto médio
Tradicionalistas	Confiança nas Fontes de Informação	Insuficiente	1	1,00
		Suficiente	1	2,00
		Total	2	
Baby Boomers	Confiança nas Fontes de Informação	Insuficiente	7	5,00
		Suficiente	2	10,50
		Total	13	
		Muito Insuficiente	3	10,67
		Bom	1	3,00
Geração X	Confiança nas Fontes de Informação	Insuficiente	51	45,64
		Suficiente	22	44,34
		Total	87	
		Muito Insuficiente	14	37,50
Geração Y	Confiança nas Fontes de Informação	Insuficiente	42	34,82
		Suficiente	9	42,28
		Total	72	
		Muito Insuficiente	17	32,38

		Bom	3	57,17
		Muito Bom	1	63,00
Geração Z	Confiança nas Fontes de Informação	Insuficiente	38	33,80
		Suficiente	19	39,37
		Total	66	
		Muito Insuficiente	8	16,94
		Bom	1	43,00

Estadísticas de teste^{a,b}

Gerações (Andersen et al., 2021)		Confiança nas Fontes de Informação
Tradicionalistas	H de Kruskal-Wallis	1,000
	df	1
	Significância Sig.	,317
Baby Boomers	H de Kruskal-Wallis	7,176
	df	3
	Significância Sig.	,066
Geração X	H de Kruskal-Wallis	1,146
	df	2
	Significância Sig.	,564
Geração Y	H de Kruskal-Wallis	6,150
	df	4
	Significância Sig.	,188
Geração Z	H de Kruskal-Wallis	7,987
	df	3
	Significância Sig.	,046

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: DiagnosticoNota

Apêndice F – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Confiança Pública

Estatísticas Descritivas

Gerações (Andersen et al., 2021)		N	Média	Estatística do teste Padrão	Mínimo	Máximo
Tradicionalistas	Confiança Pública	2	3,83	1,493	3	5
	DiagnosticoNota	2	2,50	,707	2	3
Baby Boomers	Confiança Pública	15	3,61	,757	2	5
	DiagnosticoNota	20	2,10	,788	1	4
Geração X	Confiança Pública	98	3,34	,904	1	5
	DiagnosticoNota	106	2,09	,697	1	5
Geração Y	Confiança Pública	87	3,25	,923	1	5
	DiagnosticoNota	90	2,04	,778	1	5
Geração Z	Confiança Pública	79	3,64	,759	1	5
	DiagnosticoNota	84	2,25	,709	1	5

Postos

Gerações (Andersen et al., 2021)		DiagnosticoNota	N	Posto médio
Tradicionalistas	Confiança Pública	Insuficiente	1	1,00
		Suficiente	1	2,00
		Total	2	
Baby Boomers	Confiança Pública	Insuficiente	8	8,56
		Suficiente	4	9,13
		Total	15	
		Muito Insuficiente	3	5,00
Geração X	Confiança Pública	Insuficiente	57	48,17
		Suficiente	25	61,30
		Total	98	
		Muito Insuficiente	15	34,37
		Muito Bom	1	57,50
Geração Y	Confiança Pública	Insuficiente	51	44,05
		Suficiente	14	52,61
		Total	87	
		Muito Insuficiente	18	34,22
		Muito Bom	1	68,00
		Bom	3	53,67
Geração Z	Confiança Pública	Insuficiente	46	38,84
		Suficiente	24	45,17

	Total	79	
	Muito Insuficiente	7	22,29
	Muito Bom	1	78,00
	Bom	1	55,50

Estatísticas de teste^{a,b}

Gerações (Andersen et al., 2021)		Confiança Pública
Tradicionalistas	H de Kruskal-Wallis	1,000
	df	1
	Significância Sig.	,317
Baby Boomers	H de Kruskal-Wallis	1,752
	df	2
	Significância Sig.	,417
Geração X	H de Kruskal-Wallis	8,794
	df	3
	Significância Sig.	,032
Geração Y	H de Kruskal-Wallis	5,689
	df	4
	Significância Sig.	,224
Geração Z	H de Kruskal-Wallis	8,738
	df	4
	Significância Sig.	,068

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: DiagnosticoNota

Apêndice G – Tabelas assessórias dos testes estatísticos em relação à Consciência da Existência de Verificadores de Factos

Estadísticas Descritivas

Gerações (Andersen et al., 2021)		N	Média	Estatística do teste Padrão	Mínimo	Máximo
Tradicionalistas	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	2	2,65	1,202	2	4
	DiagnosticoNota	2	2,50	,707	2	3
Baby Boomers	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	16	2,36	,607	2	4
	DiagnosticoNota	20	2,10	,788	1	4
Geração X	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	84	2,29	,685	1	5
	DiagnosticoNota	106	2,09	,697	1	5
Geração Y	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	81	2,07	,626	1	4
	DiagnosticoNota	90	2,04	,778	1	5
Geração Z	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	76	2,17	,725	1	4
	DiagnosticoNota	84	2,25	,709	1	5

Postos

Gerações (Andersen et al., 2021)		DiagnosticoNota	N	Posto médio
Tradicionalistas	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	Insuficiente	1	2,00
		Suficiente	1	1,00
		Total	2	
Baby Boomers	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	Insuficiente	7	7,86
		Suficiente	4	10,75
		Total	16	
		Muito Insuficiente	4	8,88
		Bom	1	2,50
Geração X	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	Insuficiente	52	43,31
		Suficiente	22	44,77
		Total	84	
		Muito Insuficiente	9	29,67
		Muito Bom	1	66,00
Geração Y	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	Insuficiente	49	39,76
		Suficiente	14	45,29

		Total	81	
		Muito Insuficiente	14	37,14
		Bom	3	46,50
		Muito Bom	1	79,50
Geração Z	Consciência da Existência de Verificadores de Factos	Insuficiente	43	34,14
		Suficiente	23	43,17
		Total	76	
		Muito Insuficiente	8	45,13
		Bom	1	71,50
		Muito Bom	1	32,50

Estatísticas de teste^{a,b}

Gerações (Andersen et al., 2021)		Consciência da Existência de Verificadores de Factos
Tradicionalistas	H de Kruskal-Wallis	1,000
	df	1
	Significância Sig.	,317
Baby Boomers	H de Kruskal-Wallis	2,650
	df	3
	Significância Sig.	,449
Geração X	H de Kruskal-Wallis	3,682
	df	3
	Significância Sig.	,298
Geração Y	H de Kruskal-Wallis	3,831
	df	4
	Significância Sig.	,429
Geração Z	H de Kruskal-Wallis	5,759
	df	4
	Significância Sig.	,218

a. Teste Kruskal Wallis

b. Variável de Agrupamento: DiagnosticoNota